

RPO TERRITÓRIO ATIVIS  
CORPO ATIVISMO TERR  
VISMO CORPO TERRITÓR  
RIO **ATIVISMO** CORPO T  
TERRITÓRIO ATIVISMO C  
ATIVISMO **CORPO** TERR  
RRITÓRIO ATIVISMO CO  
ORPO TERRITÓRIO ATIV  
TÓRIO ATIVISMO CORPO  
O **TERRITÓRIO** ATIVISMO  
CORPO ATIVISMO TERR  
IVISMO CORPO TERRITÓ

# ATIVISMO, CORPO E TERRITÓRIO

**CONFLITOS E DISPUTAS EM TORNO DA  
LUTA INTERSECCIONAL POR BENS COMUNS:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO LARGO DO AROUCHE  
E DAS RESISTÊNCIAS LGBTQIA+**

MARIANA ASSEF LAVEZ  
ORIENTAÇÃO: PAULA FREIRE SANTORO

## AGRADECIMENTOS

À todos os corpos insurgentes que resistiram e resistem no Largo do Arouche. À professora e orientadora Paula Santoro, pelo entusiasmo e pelos questionamentos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. À minha mãe e ao meu pai, Eloá e Reinaldo, por todo o esforço e dedicação, sem vocês esta realização não seria possível. Ao meu irmão Raphael, pelas revisões pacientes e pelo apoio quando mais precisei. À FAU USP e aos amigos que me acompanharam nessa trajetória. À Reylibis, minha companheira, pelo carinho e dedicação neste e em tantos outros projetos conjuntos, ao seu lado os caminhos são mais leves e especiais.



Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço Técnico de Biblioteca  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Lavez, Mariana Assef  
Ativismo, Corpo e Território. Conflitos e disputas em torno da luta interseccional por bens comuns: uma análise a partir do Largo do Arouche e das resistências LGBTQIA+ / Mariana Assef Lavez; orientadora Paula Freire Santoro. - São Paulo, 2020. 122p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Ativismo. 2. Comuns Urbanos. 3. Largo do Arouche. 4. Interseccionalidade Lgbtqia+. I. Santoro, Paula Freire, orient. II. Título.



**PALAVRAS-CHAVE: ATIVISMO;  
COMUNS URBANOS; LARGO DO AROUCHE;  
INTERSECCIONALIDADE LGBTQIA+;**

RESUMO

Este trabalho busca compreender como os movimentos sociais e coletivos ativistas têm constituído suas lutas nas cidades por meio da ocupação, apropriação e ressignificação do território. Em termos teóricos, o debate em relação à luta pelos comuns, como um princípio político de resistência às iniciativas neoliberais, tem sido cada vez mais reconhecido como um horizonte impulsionador e articulador das lutas. No entanto, para além da teoria, esta pesquisa se propõe a adentrar nas contradições da prática, a fim de analisar e questionar os impasses relacionados à capacidade do capital de reinventar-se e apropriar-se das lutas.

Para desenvolver esta investigação, o trabalho se baseia na literatura sobre os movimentos a partir da década de 1970 até 2019, desenvolvendo um estudo sobre quem são os atores envolvidos em cada período, quais são suas pautas de luta, seus repertórios de ação, os territórios onde atuam e como se relacionam com o contexto político em que se inserem. Com o objetivo de aprofundar de forma territorializada a pesquisa, e analisar empiricamente os conflitos em torno das lutas pelos comuns e quais são as disputas territoriais que as envolvem, escolheu-se como caso de estudo um território atualmente em disputa na Região Metropolitana de São Paulo: o Largo do Arouche e suas lutas LGBTQIA+ interseccionais, que são hoje objeto de resistência a projetos e políticas higienistas, corroboradas tanto pela atuação do Estado como pelas apropriações e estratégias de mercantilização e elitização do espaço urbano pelo capital imobiliário, que incidem não apenas sobre o espaço físico, mas essencialmente sobre as identidades expressas nesse território.

This work aims to comprehend how the social movements and the activist collectives has endeavored their struggles in cities through occupation, appropriation and resignification of the territory. In a theoretical approach, the debate on the struggle for commons, as a political principle of resistance to neoliberal initiatives, has been increasingly recognized as a propelling perspective and an articulator of struggles. Notwithstanding, beyond the theory, this research focus on the practical contradictions, in order to analyze and question the impasses related to the capacity of the capital to reinvent itself and to appropriate the struggles. To develop this analysis, this inquiry is based on the literature on the movements from the 70´s until 2019, developing a study on the actors engaged in each period, their struggle agendas, their repertoires of actions, the territories where they act and how they are related to the political context which they are inserted in. With the purpose to deepen the research in a territorialized approach, as well as to analyze empirically the conflicts related to the struggles for commons and the respective territorial disputes, it has been chosen, as a case study, a territory currently under dispute in the Metropolitan Area of São Paulo: the Largo do Arouche and the intersectional LGBTQIA+ struggles therein, which are nowadays object of resistance to hygienist projects and policies developed by both the State and the appropriation and strategies of commodification and gentrification of the urban space by the real state capital, with effects not only on the physical space, but mainly on the identities expressed in this territory.

**KEYWORDS: ACTIVISM;  
URBAN COMMONS; LARGO DO AROUCHE,  
INTERSECTIONALITY LGBTQIA+;**



ABSTRACT

ÍNDICE

	<b>INTRODUÇÃO</b>	08		<b>ANEXOS 1: MAPAS</b>	92
01/	<b>A LUTA PELOS COMUNS COMO PRINCÍPIO POLÍTICO DOS MOVIMENTOS</b>	12	01/	Inserção Urbana Arouche	92
01.1/	Do conceito às ruas	13	02/	Patrimônio e Memória esc. 1:30000	94
01.2/	Os Comuns sob uma perspectiva feminista	16	03/	Moradia esc. 1:6000	96
01.3/	Apropriação capitalista das lutas pelos comuns	18	04/	Usos esc. 1:6000	98
02/	<b>MILITÂNCIA E ATIVISMO NO BRASIL E SÃO PAULO: UMA LEITURA DAS PAUTAS DE LUTA E DOS REPERTÓRIOS DE AÇÃO 1970-2019</b>	22	05/	Presenças LGBTQIA+ esc. 1:6000	100
02.1/	CEBs, SABs e o Movimento pela Reforma Urbana	23	06/	Presenças LGBTQIA+ esc. 1:8000	102
02.2/	Alargamento dos Espaços Participativos e o Surgimento das ONGs	26	07/	Lançamentos Imobiliários Residencias 1985 - 1999 esc. 1:6000	104
02.3/	Coletivos Ativistas Periféricos: a resignificação das lutas	28	08/	Lançamentos Imobiliários Residencias 1985 - 2010 esc. 1:6000	106
02.4/	Institucionalização dos Movimentos Sociais	29	09/	Lançamentos Imobiliários Residencias 1985 - 2017 esc. 1:6000	108
02.5/	Mobilizações Massivas Conectadas em Rede	32	10/	Potencial de Transfomação esc. 1:6000	110
03/	<b>CONFLITOS EM TORNO DA LUTA INTERSECCIONAL POR BENS COMUNS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO LARGO DO AROUCHE</b>	46	11/	Projetos de Intervenção Urbana esc. 1:6000	112
03.1/	Largo do Arouche: memória e resistência LGBTQIA+	47	12/	Zoneamento esc. 1:6000	114
03.2/	Invisibilizações e segregações: territórios de consumo e apropriação capitalista	52		<b>ANEXOS 2: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS</b>	116
03.3/	Disputas territoriais em torno do Largo do Arouche	54		<b>ANEXOS 3: TERMO DE CONSENTIMENTO</b>	118
03.4/	“Anônimos do Arouche”: entrevistas com ocupantes LGBTQIA+ do Largo	64		<b>ANEXOS 4: QUADRO DE AMOSTRAGEM</b>	119
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	84			
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	86			

## INTRODUÇÃO



Este trabalho parte de interesses e inquietações que permearam os anos de graduação na FAUUSP, a partir de vivências dentro e, sobretudo, fora de sala de aula, que trouxeram questionamentos fundamentais acerca da maneira como estudamos, compreendemos e intervimos no espaço urbano. A importância histórica dos movimentos sociais e coletivos ativistas para a construção de territórios insurgentes na luta por cidades mais democráticas, humanas e inclusivas, instigou o desenvolvimento desta pesquisa, que busca compreender como são constituídas suas resistências nas cidades por meio da ocupação, apropriação e ressignificação do território.

O desenvolvimento da pesquisa partiu de abordagens teóricas e foi encaminhada no sentido de analisar contradições internas e externas aos movimentos, que constituem barreiras para o avanço de suas lutas, por meio do estudo de seus repertórios de ação, e de análises empíricas voltadas ao território onde atuam. Para tal, o trabalho estrutura-se em três capítulos, o capítulo 1, “A luta pelos comuns como princípio político dos movimentos”, apresenta um panorama teórico a partir de diferentes abordagens, entre diferentes autoras e autores, acerca dos conceitos e significados da política dos comuns e das práticas de comunalização, analisando estas abordagens como potentes e transformadoras, mas procurando compreender as contradições que as lutas pelos comuns atravessam diante de contextos onde o espaço urbano parece funcionar como mercadoria submetida às lógicas de apropriação capital e especulação. Este primeiro capítulo é dividido em três itens:

(i) “Do conceito às ruas”, em que se articula o estudo teórico com uma análise das atuações dos

movimentos altermundialistas desde a reemergência contemporânea da ideia do comum como discurso e horizonte político;

(ii) “Os Comuns sob uma perspectiva feminista”, em que se investiga o comum como um território de atuação histórica na luta anticolonial das mulheres pelo acesso comunal à terras como fonte de subsistência e segurança alimentar, e pela coletivização do trabalho reprodutivo como proteção da pobreza e da violência de gênero;

(iii) “Apropriação capitalista das lutas pelos comuns”, em que se analisam os impasses relacionados às capacidades do capital de reinventar-se para apropriar-se das lutas e examinam-se as dificuldades de avançar de experiências locais autônomas para escalas mais amplas e estruturais nas cidades, como um horizonte concreto de transformação e emancipação.

O capítulo 2, “Militância e Ativismo no Brasil e São Paulo”, por sua vez, procura ir além da teoria e compreender como os diferentes movimentos sociais e coletivos ativistas têm constituído suas lutas e resistências nas cidades. Esse capítulo parte da revisão da literatura sobre os movimentos sociais a partir da década de 1970 até 2019, analisando quem são os atores envolvidos em cada período, quais são suas pautas de luta, como se articulam, quais são os territórios onde atuam, como se relacionam com o contexto político em que se inserem e quais são seus repertórios de ação. Assim, o capítulo é desenvolvido em cinco partes: (i) CEBs, SABs e o Movimento pela Reforma Urbana; (ii) Alargamento dos espaços participativos e o surgimento das ONGs; (iii) Coletivos ativistas periféricos: a ressignificação das lutas; (iv) Institucionalização dos Movimentos sociais; (v) Mobilizações massivas conectadas em rede.

No terceiro e último capítulo, “Conflitos em torno da luta interseccional por bens comuns: uma análise a partir do Largo do Arouche e das resistências LGBTQIA+”, explora-se, através da experiência e análise em campo, o que até então foi desenvolvido de forma teórica nos capítulos anteriores, por meio da escolha de um caso de estudo de um território atualmente em disputa



IMG. 01/ ATO NO LARGO DE AROUCHE (2018). FONTE: ACERVO COLETIVO AROUCHIANOS.

IMG. 02/ MARCHA DAS MULHERES NEGRAS EM BRASÍLIA (2015). FONTE: BRASIL DE FATO.

IMG. 03/ INTERVENÇÃO NO LARGO DO AROUCHE (2019). FOTO: AUTORIA PRÓPRIA.



na Região Metropolitana de São Paulo, palco de lutas históricas que são hoje objeto de resistência a projetos e políticas higienistas corroboradas tanto pela atuação do Estado como pelas apropriações e estratégias de mercantilização e elitização do espaço urbano pelo capital imobiliário. Este capítulo é construído em quatro partes:

(i) “Largo do Arouche: memória e resistência LGBTQIA+”, no qual resgata-se a historicidade da constituição do território como um dos mais significativos locais de sociabilidade LGBTQIA+ na cidade de São Paulo, e a formação de movimentos de resistência na região, sobretudo a partir do período da ditadura militar no Brasil e das políticas de perseguição e extermínio empreendidas na época, e analisa-se como as práticas de limpeza social da região criminalizavam corpos específicos considerados indesejáveis, não somente enquanto a suas orientações sexuais, mas essencialmente de suas identidades de gênero, raça e classe;

(ii) “Invisibilizações e segregações: territórios de consumo e apropriação caoitalista”, em que problematiza-se a apropriação e incorporação dos discursos da diversidade sexual ao capitalismo e à economia de mercado, voltados ao modelo do homem gay, cisgênero, branco e de classe média alta, e relaciona-se esse fenômeno de apropriação do capital cultural com as estratégias de mercantilização do espaço urbano;

(iii) “Disputas territoriais em torno do Largo do Arouche”, no qual é desenvolvido uma análise dos processos recentes de transformação urbana na região, marcados, por um lado, por projetos de intervenção público-privada para a “revitalização” do Largo, e pela ação do capital imobiliário por meio



de estratégias de marketing voltadas ao público gay elitizado e, por outro, pela resistência dos grupos populares que ocupam o Largo, no enfrentamento dos processos de expulsão e limpeza social em curso, em decorrência das dinâmicas atuais de elitização e mercantilização do espaço urbano;

(iv) “Anônimos do Arouche: entrevistas com ocupantes LGBTQIA+ do Largo”, no qual aprofunda-se, através de uma abordagem interseccional, as vivências, lutas e articulações dos corpos e

IMG. 04/ BLOCO LGBTQIA+ LARGO DO AROUCHE  
(2017). FONTE: JORNAL BANDEIRANTES.

coletivos que resistem no Arouche, investigando os principais empecilhos para que suas lutas e resistências se consolidem e lançando luz sobre possíveis alternativas e estratégias para fortalecer os movimentos e esboçar possíveis caminhos de enfrentamento a projetos de cidades higienistas e antidemocráticas.

Por fim, nas considerações finais, o trabalho encerra com reflexões que permearam a sua elaboração, e com apontamentos construídos tanto a partir das revisões bibliográficas e das análises desenvolvidas, como das entrevistas realizadas. Ainda, são tratadas as possibilidades de discussões mais amplas que o trabalho tenta trazer, a partir de levantamentos e questionamentos que não se limitam apenas ao caso de estudo, mas que de certa forma estão presentes também em diferentes movimentos em diferentes territórios.



## CAP. 01/ A LUTA PELOS COMUNS COMO PRINCÍPIO POLÍTICO DOS MOVIMENTOS



IMG. 05/ MANIFESTAÇÃO OCUPE A CIDADE (2013).  
FONTE: REVISTA CONTINENTE.

O debate em relação aos comuns como um princípio político de resistência às iniciativas neoliberais de subordinar todas as esferas da vida humana à lógica da mercadoria e da propriedade (Dardot; Laval, 2015), tem sido cada vez mais reconhecido no campo teórico sobre movimentos sociais e coletivos ativistas, a partir de diferentes abordagens e autores. Em termos teóricos, a luta pelos comuns apontaria na direção de alternativas coletivas de produção e reprodução social por meio de práticas de fazer-comum, a partir de um conjunto de ações e relações de compartilhamento e reciprocidade (De Angelis, 2007).

Nesse sentido, o comum não seria apenas o território de uma nova geração de grupos ativistas, pois encontraria-se há muito tempo incorporado tanto nas favelas e periferias, devido ao entrelaçamento entre estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social, como historicamente na luta e resistência das mulheres pelo acesso comunal à terras como fonte de subsistência e segurança alimentar, desde a luta anticolonial, e pela coletivização do trabalho reprodutivo como proteção da pobreza e da violência de gênero (Federici, 2013).

Assim, o conceito do comum é continuamente construído, e não carrega sempre o mesmo significado, pois apresenta relação direta com as condições temporais e geográficas de cada contexto (Harvey, 2012; Dardot; Laval, 2016).

Não obstante a abordagem acerca dos comuns esteja consolidada entre diferentes autoras e autores e envolva uma potência transformadora, por vezes é questionada por revelar-se bastante utópica e limitar-se ao campo teórico, deixando de adentrar

nas contradições da prática e de analisar os impasses relacionados à capacidade do capital de reinventar-se para se apropriar das lutas (Teixeira, 2019).

Dessa forma, busca-se neste primeiro capítulo compreender a abordagem teórica acerca do conceito da política dos comuns e das práticas de comunalização - que, em teoria, estabelece uma relação social coletiva e não mercantilizada (Harvey, 2012) - mas questionando as contradições que atravessam, dado que na prática a produção e reprodução cooperativa do comum permanece constantemente sendo cooptada pelo capital (Teixeira, 2019).

### DO CONCEITO ÀS RUAS

As últimas décadas desde 1990 foram marcadas por profundas transformações do capitalismo, tornado mais global e financeirizado, tendo como premissa a liberalização, privatização e desregulação a serviço dos interesses das classes dominantes (Santos, 2002), com uma distribuição extremamente desigual das oportunidades e dos custos produzidos a partir desse sistema, o que tem aprofundado severamente as desigualdades sociais.

Nessa lógica, a urbanização capitalista, sustentada por essa ideologia, que prega a extensão da lógica de mercado a todos os âmbitos da atividade humana (Dardot; Laval, 2015) tem perpetuado a destruição das cidades como um comum social, político e habitável (Harvey, 2012). A crescente onda de cercamentos e privatizações, as novas formas de exclusão e desposseção, e a crise ambiental e social de proporções globais, têm feito reemergir lutas entre diferentes movimentos e ativismos como resistência a esse modelo (Hardt; Negri, 2009).

A rua é um espaço público que historicamente se transformou a partir da ação social de movimentos revolucionários que, por meio de suas atividades e lutas cotidianas, desenvolvem o mundo social das cidades e constroem algo em comum que serve como uma estrutura na qual possam apoiar-se e abrigar-se (Harvey, 2012).

"O COMUM É DINÂMICO. É TANTO O PRODUTO DO TRABALHO COMO OS MEIOS PARA A PRODUÇÃO FUTURA. ESSE COMUM NÃO É APENAS A TERRA QUE COMPARTILHAMOS, MAS TAMBÉM AS LÍNGUAS QUE CRIAMOS, AS PRÁTICAS SOCIAIS QUE ESTABELECEMOS, OS MODOS DE SOCIABILIDADE QUE DEFINEM NOSSAS RELAÇÕES."

(HARVEY, 2012, PP. 134).

Assim, a construção da ideia do comum como um princípio político das lutas sociais passa pela combinação entre recursos, comunidades e práticas de produção e reprodução coletiva e de compartilhamento social, pois o comum refere-se tanto a espaços e recursos materiais, como terras comunais e recursos naturais, como o comum imaterial, cultural e informacional, coletivamente produzido e gerido por uma comunidade por meio de práticas coletivas de comunalização (Harvey, 2012).

A teoria crítica do comum requer uma compreensão da crise capital global atual. Seu sentido deve, necessariamente, ter como centro do debate o enfrentamento das práticas de dominação e exploração produzidos a partir do sistema de globalização neoliberal (Bringas, 2016), de maneira a direcionar o potencial inspirador do comum para um campo de possibilidades e experiências capazes de desenhar alternativas integradas à luta anticapitalista (Harvey, 2012).

A reemergência contemporânea da ideia do comum como discurso e horizonte político deu-se entre os movimentos altermundialistas e ambientalistas que lutam, desde o início da década de 1990, contra a globalização neoliberal e a onda de mercantilização e privatização da natureza, de territórios indígenas e quilombolas, de terras comunais camponesas e de culturas e saberes ancestrais (Silveira, 2020). Esses movimentos ressaltaram a centralidade do comum para a subsistência de diferentes sociedades humanas por milênios, assim como para a preservação e reprodução da natureza. O levante zapatista de 1994 em Chiapas, no México, por exemplo, é um marco desse momento. Contra o plano de reformas neoliberais que se tentava implantar e que incluía a privatização das terras comunais, os indígenas e camponeses se rebelaram e alcançaram desenvolver um modelo alternativo de autogoverno.

Nesse sentido, a teoria do comum relaciona-se com o questionamento das relações de poder, dos processos de exploração e dominação sistêmica que caracterizam os conflitos político-sociais. O comum não é espontâneo, é uma ação política enquanto princípio de estrutura social, que implica em uma co-atividade que envolve redefinir as relações com a natureza, deixando de se basear em sua exploração e passando a ser vista como fonte de vida (Bringas, 2016). Trata-se de redescobrir o território como um direito coletivo que implica em sua utilização social e apropriação política e cultural, por meio de mecanismos de gestão comum, reorganizando a vida coletiva no sentido da construção de uma maior democracia tanto nas relações sociais e institucionais, como de uma prática de organização interna do político por outras formas de vida e existência, não exclusivamente capitalistas (Bringas, 2016).

Desde a crise global de 2008, os discursos acerca dos comuns têm se afirmado e disseminado com ainda mais força como uma concepção de resistência ao discurso neoliberal. Diferentes autores (De Soto, 2014; Dardot, 2016; Laval, 2016;) afirmam que, em 2011, o comum como um princípio e inspiração para as lutas em prol de transformações emergiu de inúmeras revoltas nas ruas de centenas de países, em um novo ciclo de insurgências iniciado nos países árabes e mediterrâneos. O movimento das praças Sintagma em Atenas, Tahrir no Cairo, e da Catalunha em Barcelona, são alguns dos exemplos que, segundo eles, têm enriquecido a política dos comuns com novas demandas, a partir de um novo e singular tipo de energia (De Soto, 2014). Esses movimentos reivindicam tanto a preservação dos comuns nos espaços urbanos, como questionam a democracia representativa, agregando à esfera política do comum o significado da democracia direta, em que a ação política decorre da participação ativa e não se reduz somente à esfera estatal representativa (Dardot; Laval, 2016).

"O SENTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS MOVIMENTOS CONTEMPORÂNEOS NÃO ESTÁ BASEADO SOMENTE NO MODO DE AÇÃO QUE ELES ADOTAM, E NEM MESMO NA PURA CONSCIÊNCIA DO OBJETIVO FINAL BUSCADO. EM VEZ DISSO, TEM A VER COM TRANSFORMAR A RESISTÊNCIA PERSISTENTE E CORAJOSA DE AMPLOS SETORES DA SOCIEDADE ÀS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE EM VONTADE E CAPACIDADE DE TRANSFORMAR AS PRÓPRIAS RELAÇÕES POLÍTICAS, EM IR DA REPRESENTAÇÃO À PARTICIPAÇÃO. ISSO É O QUE SIGNIFICA UNIR A DEMANDA DO COMUM AO SEU MAIOR PONTO DE EXPRESSÃO."

(DARDOT; LAVAL, 2016).

Sob o peso do aprofundamento da crise global, e da socialização de seus custos entre trabalhadores precarizados, jovens desempregados e famílias endividadas, essas insurgências tiveram como horizonte comum a estratégia da ocupação de



IMG. 06/ REVOLTA DA JUVENTUDE  
EM MADRID (2018). FONTE: EL ITAGNOL.

espaços públicos e organização política de forma horizontal, em rede, valendo-se de mecanismos de democracia direta (Hardt; Negri, 2014). Ainda que cada uma dessas lutas seja singular, enraizada em condições locais específicas, elas dialogam entre si, afetando-se. As assembleias populares organizadas a partir das mobilizações nas ruas, e que insurgiram em muitas cidades, tanto no Brasil como em diversos países, transformaram os espaços públicos em interfaces potentes de participação política.

Dessa forma, a construção do comum relaciona-se também com a forma de organização adotada, uma vez que tais manifestações e ocupações buscam não somente proteger o comum das privatizações, mas também instituir novas práticas de fazer-comum (De

Soto, 2014). Nesse sentido, essas lutas não tratam apenas da conservação de um bem comum existente, mas também da coprodução ativa de outras territorialidades, pois a apropriação dos espaços públicos transformam-os em comuns urbanos quando as pessoas ali se reúnem para expressar suas opiniões políticas e fazer suas reivindicações (Harvey, 2012). Essas experiências apontam para um repertório de estratégias capazes de expandir a reprodução dos comuns e seus sentidos (De Soto, 2014).

Assim, a distinção dicotômica entre o privado e o público não é capaz de responder às territorialidades que são coletivamente construídas pela ação de apropriação dos espaços na cidade por parte da população (Soto, 2014). Diferente de bens privados ou até mesmo dos públicos, os comuns compreendem formas de cooperação social e compartilhamento em rede de ideais, culturas, linguagens, afetos e criatividade coletiva pela participação de muitos, constituindo um tecido social produtivo e reprodutivo que rompe com tal dualidade e também com a ideia de uma oposição entre o Estado e o mercado, pois muitas vezes o Estado é um protagonista neoliberal, estando, ele próprio, sujeito à lógica empresarial, agindo como um parceiro do mercado (Dardot; Laval, 2016).

Nessa perspectiva, Silvia Federici (2013) argumenta que a ideia do comum tem oferecido uma alternativa à narrativa de que a propriedade pública e privada e o Estado e o mercado são ambos mutuamente exclusivos e constituem as únicas possibilidades políticas.

No entanto, segundo a análise da autora, a linguagem relacionada aos comuns tem sido apropriada pelo capital e colocada a serviço da privatização, no



intuito de adaptar a ideia do comum aos interesses do mercado. Assim, torna-se ainda mais difícil o desenvolvimento dos comuns não mercantilizados, pois as instituições aprenderam a utilizá-los em função do capital.

Nesse contexto, Federici afirma que a esquerda ainda não foi capaz de dar respostas concretas quanto à problemática de se tomar o comum como princípio organizativo articulador das diversas experiências do comum em curso, de modo que possam formar um projeto político coeso e concreto, que sirva de fundamento a um novo modo de produção e reprodução que não esteja subordinada às relações capitalistas.

## OS COMUNS SOB UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Silvia Federici examina a política dos comuns a partir de uma perspectiva feminista, constituída pela luta contra a discriminação sexual e sobre o trabalho reprodutivo, base sobre a qual a sociedade é construída, com o objetivo de expandir um debate que até então tinha sido dominado por homens. A autora, em seu livro “O Ponto Zero da Revolução” (2013), argumenta que as mulheres são a principal força social que, historicamente, lutaram e resistiram pelo acesso comunal à terras como fonte de subsistência e segurança alimentar, desde a luta anticolonial, e pela coletivização do trabalho reprodutivo como uma maneira de proteger umas a outras da pobreza, da violência de Estado e da violência dos homens. Essas lutas criam uma identidade coletiva, um contra poder tanto no âmbito da casa como da comunidade.

Diante de uma renovação do impulso das privatizações das terras, da extensão dos cultivos

comerciais e do aumento dos preços dos alimentos na era da globalização, as mulheres continuam na linha de frente da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais. A partir do acesso comunal à terra e da resistência às desapropriações, as mulheres estão construindo em todo o mundo uma possibilidade para uma nova sociedade não exploradora, em que a terra é a base para o trabalho de subsistência e fonte de segurança alimentar para milhões de pessoas no planeta.

Federici (2013) traz exemplos de mulheres agricultoras, responsáveis por 80% da produção subsistente na África; a recuperação de florestas na Índia por mulheres que lutavam contra as operações de mineração e construção de represas; a formação de associações de crédito que funcionam como comuns monetários em países da África e Ásia, como Camboja e Senegal; entre outros exemplos que demonstram que é possível desvincular a subsistência “da máquina de guerra e do sistema prisional de que depende a hegemonia do mercado mundial”, ir além do que a autora chama de solidariedade abstrata, construindo novas possibilidades estruturais, que só são possíveis em um processo a longo prazo de conscientização, de intercâmbio cultural e construção de alianças capazes de ampliar a autonomia e parar de sustentar o processo de acumulação de capital dos mercados e “recusar a aceitar que nossa reprodução aconteça às custas dos outros comuns do mundo”, às custas da exploração e degradação ambiental e social.

No entanto, embora as mulheres tenham lutado e ainda lutem, não apenas por sua sobrevivência e subsistência, mas de suas comunidades, o trabalho de subsistência das mulheres e a contribuição dos comuns para a sobrevivência da população são constantemente invisibilizados. A visão capitalista e liberal construiu estrategicamente a concepção

degradada de que o trabalho de subsistência e o trabalho doméstico são não econômicos e improdutivos, na medida em que a acumulação de capital se beneficia e se alimenta desse trabalho e da desvalorização sistemática do trabalho reprodutivo (Federici, 2013).

Na visão de Federici, a reprodução dos comuns envolve, primeiramente, repensar e transformar a vida cotidiana, pois devido ao distanciamento entre produção e reprodução, ignoramos as condições sob as quais vivemos e o impacto social e ambiental de nossos hábitos.

“A GLOBALIZAÇÃO PIOROU A CRISE, AUMENTANDO A DISTÂNCIA ENTRE O QUE É PRODUZIDO E O QUE É CONSUMIDO, INTENSIFICANDO, ASSIM, APESAR DE UM APARENTE AUMENTO NA INTERCONEXÃO GLOBAL, NOSSA CEGUEIRA QUANTO AO SANGUE NA COMIDA QUE COMEMOS, NO PETRÓLEO QUE USAMOS, NAS ROUPAS QUE VESTIMOS, NOS COMPUTADORES COM OS QUAIS NOS COMUNICAMOS. (...) PRECISAMOS SUPERAR O ESTADO CONSTANTE DE NEGAÇÃO E IRRESPONSABILIDADE NO QUE SE REFERE ÀS CONSEQUÊNCIAS DE NOSSAS AÇÕES, RESULTANTES DAS FORMAS DESTRUTIVAS NAS QUAIS A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO É ORGANIZADA NO CAPITALISMO. (...) A PRODUÇÃO DE NOSSA VIDA TEM SIDO INEVITAVELMENTE A PRODUÇÃO DA MORTE DE OUTRAS PESSOAS.”

(FEDERICI, 2013, PP. 317).

A autora afirma que a reprodução dos comuns só é possível a partir da superação dessa alienação, pois nenhum comum pode ser construído com base no sofrimento alheio, não há comuns sem comunidade, sendo comunidade uma qualidade de relações pautadas na cooperação e na preocupação uns com os outros, com o planeta e com os animais que o habitam.

A reconstrução da vida cotidiana é uma necessidade e uma possibilidade, recombinao o que foi separado pela divisão social, sexual e espacial do trabalho sob o capitalismo, redefinindo a reprodução sob moldes mais cooperativos, aproximando o pessoal do político, recriando laços e relações de compartilhamento e reciprocidade a partir da comunalização e coletivização do trabalho de reprodução. Uma parte essencial do processo de conscientização para a constituição de um projeto coletivo de governança que forneça base para uma construção integrada e estrutural que rompa e desconstrua a separação entre o ativismo e a reprodução da vida cotidiana (Federici, 2013).



IMG. 07/ AS MULHERES DA ÁFRICA PODERIAM ALIMENTAR O MUNDO INTEIRO (2016). FOTO: CIAT/ INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DE BOTUCATU UNESP.

## A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DAS LUTAS PELOS COMUNS

Os comuns urbanos, idealmente reproduzidos no âmbito da vida cotidiana, frutos de práticas baseadas no uso, apropriação e gestão compartilhada do espaço, demandam avançar da escala das experiências locais e autônomas para uma escala mais ampla e estrutural das cidades (Harvey, 2012), de maneira a reinventar formas de instituições estruturais e não temporárias que possibilitem um outro modelo de desenvolvimento como um horizonte palpável de transformação e emancipação.

Nesse sentido, o somatório de soluções e arranjos locais não resolvem questões em escalas superiores, as lições de organizações coletivas locais não podem, conforme Harvey (2012), serem traduzidas em lições para recursos comuns em escalas maiores sem recorrer a formas de organização hierárquica, o que encontra resistência no fetichismo organizacional da pura horizontalidade, que defendem uma única forma de organização política não estatal e não hierárquica.

A política neoliberal, na realidade, favorece a descentralização administrativa como a maximização da autonomia local justamente por serem os meios principais para gerar maior desigualdade. É necessário a constituição de estruturas hierárquicas, de maneira a aprimorar a agenda anticapitalista. Os desmontes dos marcos e controles regulatórios, ainda que insuficientes, incentivam ainda mais as práticas predatórias de acumulação do capital (Harvey, 2012).

Assim, iniciativas bem-sucedidas na ação local não são eficazes por si só nos níveis regionais, é



IMG. 08/ GENTRIFICAÇÃO É O NOVO COLONIALISMO (2016). FONTE: JORNAL ESQUERDA.NET.

essencial que as práticas não se limitem somente a visão do micro, pois ao ignorar as contradições de como defender e administrar os comuns em grande escala, impedem o desenvolvimento de soluções mais potentes e estruturais. Soluções efetivas requerem uma combinação mais complexa de horizontalidade com verticalidade, descentralização com hierarquia (Harvey, 2012), um regime de governança com uma combinação de instrumentalidades diversas, não apenas públicas e privadas, mas também coletivas e associativas, que desloquem a hegemonia do poder público, mas que não necessariamente impliquem em uma estratégia de confrontação do Estado, mas em uma relação complementar, no sentido de construir uma gestão institucional mais eficaz.

A prática política deve desdobrar-se tanto no

sentido de fazer pressão para impulsionar que o Estado forneça cada vez mais bens públicos, como com a auto-organização da sociedade para apropriar, usar e reproduzir esses espaços de maneira que ampliem e fortaleçam as qualidades dos comuns não mercantilizados (Harvey, 2012), pois o problema está justamente no fato dos comuns serem frequentemente apropriados pelo capital em sua forma mercantilizada, mesmo quando foi produto de um trabalho coletivo. Muitos projetos de desenvolvimento são subsidiados pelo Estado, em nome do coletivo, quando na realidade os verdadeiros beneficiários são os agentes imobiliários e os consumidores de classe alta (Harvey, 2012).

“O PRINCIPAL MEIO PELO QUAL O COMUM É APROPRIADO NA CIDADE É A EXTRAÇÃO DE TERRAS E DO ALUGUEL DAS PROPRIEDADES. UM GRUPO COMUNITÁRIO QUE LUTA POR MANTER A DIVERSIDADE ÉTNICA EM SEU BAIRRO E PROTEGÊ-LO DA GENTRIFICAÇÃO PODE DESCOBRIR REPENTINAMENTE QUE OS PREÇOS DE SUAS PROPRIEDADES AUMENTAM À MEDIDA QUE OS AGENTES IMOBILIÁRIOS PROPAGANDEIAM PARA OS RICOS O ‘CARÁTER’ MULTICULTURAL, DIVERSIFICADO E MOVIMENTADO DO BAIRRO. QUANDO O MERCADO CONCLUÍSSE SEU TRABALHO DESTRUTIVO, NÃO SÓ OS RESIDENTES ORIGINAIS SERIAM DESPOJADOS DO COMUM QUE ELES HAVIAM CRIADO, COMO TAMBÉM O PRÓPRIO COMUM JÁ SE TERIA DEGRADADO A PONTO DE TORNAR-SE IRRECONHECÍVEL.”

(HARVEY, 2012, PP. 152)

Diversos projetos e intervenções urbanas, por exemplo, muitas vezes já são desenvolvidos com a finalidade de serem mercantilizadores do espaço, pois geram um aumento do valor dos imóveis em seu entorno, negando a possibilidade de moradia acessível devido ao rápido aumento dos preços dos aluguéis. A criação desse tipo de espaço público diminui radicalmente a possibilidade de comunalização, estando voltado apenas para as classes dominantes.

Frequentemente os projetos de revitalização urbana significam “desvitalização” por meio da gentrificação. E esta é, segundo Harvey, a tragédia dos comuns urbanos na atualidade. Os grupos que criam um cotidiano comunitário diverso, estimulante e transformador acabam por perdê-lo para as práticas predatórias dos agentes imobiliários e dos consumidores de classe alta.

Além de capitalizar e mercantilizar bens comuns, a política neoliberal reduz o financiamento dos bens públicos, o que também provoca uma redução da possibilidade de se construir comuns, fato que reflete os impactos da onda de privatizações, controles espaciais, policiamento e vigilância da vida urbana, contribuindo para inibição de novas formas de relações sociais, novos bens comuns, em um processo urbano dominado pelos interesses das classes dominantes.

É nesse sentido que a idealização dos comuns - quando limitada ao conforto teórico das abstrações sem debruçar-se nos detalhes empíricos da prática - é questionada, uma vez que a produção dos comuns, a despeito de sua ideologia anticapitalista, permanece em larga medida sendo cooptada pelo capital, através da transformação da produção social em lucro privado por meio de operações de caráter rentista (Teixeira, 2019), que servem mais aos interesses do capital do que daqueles que se lhe opõem.

Ademais, após décadas de governanças neoliberais, as desigualdades resultantes são tão pronunciadas que o capital, em certa medida, depende de elementos dos comuns para lidar com as contradições que cria, pois suas estratégias de crescimento intensificam tanto as crises de reprodução social e ecológica, que lhe obriga a buscar modos alternativos de

governança de relações sociais para poder seguir fortalecendo sua agenda. Nesse contexto, muitas vezes o Estado desempenha um papel não apenas por fornecer a estrutura política em que a ação neoliberal encontra espaço para prosperar, mas também por intervir diretamente em seu benefício (Teixeira, 2019).

Dessa forma, a luta pelos comuns urbanos é, por vezes, apresentada mais como a imaginação de um devir que um exame da realidade, pois deixa-se de analisar as capacidades do capital de reinventar-se para se apropriar das lutas, tornando ainda mais difícil a construção de caminhos e alternativas concretas que possam efetivamente dar ensejo a uma política mais democrática e não mercantilizadora do espaço urbano.

Ademais, o conjunto de lutas de resistência e movimentos contra-hegemônicos não necessariamente conformam um todo harmônico. São diversos, singulares e, por vezes, dispersos. É inocente crer que múltiplas iniciativas tão variadas podem, subitamente, se unir em movimentos rizomáticos capazes de deslocar todas as assimetrias e exclusões que atravessam, e livrar a política da dominação imposta pelos interesses do capital.

Não se trata de questionar a potência da idealização dos comuns, que busca opor resistência à mercantilização das esferas da vida no contexto neoliberal, instaurando uma dinâmica que, em alguma medida, coloca em questão os imperativos de mercado. Trata-se, primeiramente, de reconhecer a distinção fundamental entre comuns compatíveis com a acumulação do capital e aqueles que lhes são antagônicos e, sobretudo, extrapolar os debates teóricos e compreender, a partir da experiência na prática, as contradições, os conflitos e as disputas

em torno das lutas pelos comuns e que incidem diretamente sobre o território, tendo em vista as capacidades do capital de metamorfosear-se.

Nesse sentido, para além da teoria, é fundamental interrogar como as experiências e iniciativas relacionadas à luta pelos comuns lograrão canalizar sua força em um projeto político concreto e articulado. O comum, por si só, não alcançará consolidar uma nova lógica política estrutural. É essencial que as resistências não se encerrem em enclaves liberados do poder do Estado (De Angelis, 2007), e se articulem em redes de lutas e colaborações mais amplas, através de alianças entre diferentes movimentos, integrando a esfera política

dos comuns à luta anticapitalista, reivindicando políticas estruturais e mecanismos institucionais comprometidos com a justiça social e ambiental, com o desenvolvimento de serviços públicos amplos, que assegurem o direito à moradia digna e de baixo custo, contra o racismo institucional e a opressões de gênero e sexualidade, questões que são indissociáveis em um projeto político que de fato objetive uma transformação social profunda. Apenas no momento em que esses diferentes movimentos se aliarem e articularem é que as insurgências urbanas serão capazes de consolidar-se e não retrocederão ao nível do Estado neoliberal (Harvey, 2012).

IMG. 09/PROTESTOS NA PRAÇA TAHRIR, CAIRO (2013).  
FONTE: BRASIL ESCOLA UOL.





## CAP. 02/ MILITÂNCIA E ATIVISMO NO BRASIL E SÃO PAULO: UMA LEITURA DAS PAUTAS DE LUTA E REPERTÓRIOS DE AÇÃO 1970-2019



Após desenvolver uma parte teórica deste trabalho, que envolveu o estudo dos comuns, este segundo capítulo pretendeu fazer uma recuperação histórica de diferentes movimentos sociais, pautas e repertórios de ação da luta urbana revisando a literatura sobre os movimentos desde a década de 1970 até 2019. A investigação empenhou-se em explorar quem são os atores engajados em cada período, quais são suas pautas de luta, como se articulam, quais são os territórios onde atuam, como se relacionam com o contexto político em que se inserem e quais são seus repertórios de ação.

Sem pretensão de esgotar o tema, o objetivo deste capítulo foi desmistificar a ideia de que os ativismos mais recentes, com fortes narrativas culturais e formados principalmente por jovens, sejam experiências completamente novas, a fim de entender como se relacionam com as lutas anteriores, sobretudo dos movimentos de base, e analisar quais são as dinâmicas de inovações políticas e sociais que se dão na configuração de seus repertórios de luta.

Esta análise parte do entendimento de que os múltiplos movimentos existentes viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas, trazendo experiências que não estão congeladas no passado, mas que se recriam cotidianamente, nas adversidades dos contextos em que estão inseridos, relacionando-se intimamente com as lutas anteriores (Gohn, 2011). As diferentes mobilizações existentes não desaparecem ao longo dos anos, mas se transformam de um período a outro, agregando novos atores e pautas, e reconfigurando seus repertórios de luta.

### CEBs, SABs E O MOVIMENTO PELA REFORMA URBANA

Durante a década de 1970, não apenas no Brasil, mas na América Latina, destacam-se os movimentos populares de oposição aos regimes ditatoriais militares, principalmente os de base cristã, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), fundamentadas na Teoria da Libertação<sup>1</sup>, em que a relação das práticas populares com Igreja Católica se dava em termos de apoio e formação de novas forças sociais, com um distanciamento e autonomia em relação a um Estado autoritário (Sader, 1988).

Naquele período, as CEBs representavam espaços formativos de emancipação, resistência e construção popular de uma classe trabalhadora migrante - oriunda, principalmente, do nordeste do país<sup>2</sup> - nas periferias dos centros urbanos, sobretudo as de São Paulo que, entre 1940 e 1980, viveram uma explosão demográfica, em que a população urbana passou de 26,35% do total para 68,86% (Maricato, 1996). Nesse processo de formação e crescimento das periferias, o aumento da pobreza se colocava como uma forte denúncia ao caráter excludente da expansão urbana sob o Regime Militar (1964-1984) (Marques, 2017), baseada na precarização das condições de moradia e da vida urbana. Este processo é lido por Lúcio Kowarick (1979) como espoliação urbana, definida como:

“(...) UM CONJUNTO DE SITUAÇÕES DE EXTORSÕES QUE SE OPERAM PELA INEXISTÊNCIA OU PRECARIEDADE DE SERVIÇOS DE CONSUMO COLETIVO, QUE JUNTAMENTE AO ACESSO À TERRA E À MORADIA APRESENTAM-SE COMO SOCIALMENTE NECESSÁRIOS PARA A REPRODUÇÃO DOS TRABALHADORES E AGUÇAM AINDA MAIS A DILAPIDAÇÃO DECORRENTE DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO OU, O QUE É PIOR, DA FALTA DESTA. NA GRANDE SÃO PAULO, SÃO INÚMERAS AS MANIFESTAÇÕES DESSA SITUAÇÃO ESPOLIATIVA, QUE VÃO DESDE AS LONGAS HORAS DESPENDIDAS NOS TRANSPORTES COLETIVO ATÉ A PRECARIEDADE DE VIDA NAS FAVELAS, CORTIÇOS OU CASAS AUTOCONSTRUÍDAS EM TERRENOS GERALMENTE CLANDESTINOS E DESTITUÍDOS DE BENFEITORIAS BÁSICAS, ISTO PARA NÃO FALAR DA INEXISTÊNCIA DAS ÁREAS VERDES, DA FALTA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, DA POLUIÇÃO AMBIENTAL, DA EROSIÃO E DAS RUAS NÃO PAVIMENTADAS E SEM ILUMINAÇÃO.”

(KOWARICK, 2000, PP. 223).



<sup>1</sup> A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO É UMA CORRENTE TEOLÓGICA CRISTÃ, ORIGINADA A PARTIR DA DÉCADA DE 1960 NA AMÉRICA LATINA, E QUE PARTE DE UMA LEITURA DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS DE OPRESSÃO COLOCADAS ÀS CLASSES MAIS BAIXAS (FREIRE, 1972).

<sup>2</sup> ESSA POPULAÇÃO, EXPULSA DO CAMPO PELA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, POR UM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE ALGUNS SETORES DA PRODUÇÃO RURAL DESTINADA À EXPORTAÇÃO, E PELA PRECARIEDADE DO TRABALHO, ERA ATRAÍDA ÀS CIDADES QUE SE INDUSTRIALIZAVAM, CONSTITUINDO A NOVA FORÇA DE TRABALHO DOS CENTROS URBANOS (MARICATO, 1996).

IMG. 10/ DIRETAS JÁ (1984). FONTE: WIKI COMMONS.

IMG. 11/ #ELENÃO: MANIFESTAÇÃO CONTRA BOLSONARO (2018). FONTE: EL PAIS.

IMG. 12/ MOVIMENTO PELA REFORMA URBANA (1985). FONTE: ORG. TERRA DE DIREITOS.

Assim, frente ao contexto urbano e político da época, marcado pela exploração dos trabalhadores nas fábricas, combinada com a situação da precariedade dos serviços de consumo coletivo das classes trabalhadoras, obrigadas a se reproduzirem nas periferias das cidades (Serpa, 2018), as CEBs foram essenciais para a articulação e organização dos movimentos sociais urbanos na luta por moradia, transporte, creches, equipamentos públicos e demais serviços (Gohn, 2011). As periferias, portanto, constituíram territórios precursores de insurgência de ações e movimentos sociais populares, resultado das condições socioespaciais de precariedade e segregação colocadas nessas regiões, que levou seus moradores à organização, mobilização e resistência (Morais, 2018).

Em São Paulo, os movimentos sociais não se concentraram apenas nas CEBs. Desde o final dos anos 1940, começam a emergir na cidade as Sociedades Amigos de Bairros (SABs)<sup>3</sup> (Fontes, 2013), organizações de moradores que tinham como objetivo articular e fortalecer suas pautas de luta relacionadas à melhorias urbanas nos bairros em que viviam. Mais antigas que as CEBs, se contrapunham em alguns aspectos, principalmente em relação às práticas populistas e clientelistas presentes nas associações de moradores, sindicatos e nas relações políticas em geral (Gohn, 1997), pois muitos políticos tinham o interesse de transformá-las em seu reduto eleitoral e utilizá-las como um ponto de apoio para sua ascensão (Sousa, 2006).

A partir de 1964, com o golpe militar, as SABs, que até então vinham desenvolvendo ações a partir de um prisma de pressão às instituições, passaram a estar subordinadas ao Estado, como forma de dominação política sobre elas. Os presidentes das SABs passaram a servir como emissários de governos

municipais, servindo como órgãos de prestação de serviço às comunidades (Sousa, 2006).

A repressão política do Regime Militar (1964-1984) também afetou profundamente o movimento operário sindical<sup>4</sup> no Brasil. A capacidade de organização e de resistência dos operários era muito forte nos anos 1950 (Santana, 1999) e, dessa maneira, uma das primeiras iniciativas dos militares foi o controle e a perseguição dos trabalhadores organizados, desmantelando seus espaços de ação política (Carvalho, 2012). Somente a partir do final da década de 1970 – quando o país começa a sentir os sinais da crise econômica, levando o regime militar a perder base de apoio –, que o sindicalismo volta a ganhar força, com a retomada das greves em diversas fábricas do Estado de São Paulo.

A criação o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, formado, em grande parte, por militantes sindicalistas, e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 – que passaram a organizar diversas greves gerais nos anos 1980 –, desempenharam um papel essencial em mobilizações como as Diretas Já – ao lado de diversos outros setores da sociedade civil, principalmente o movimento estudantil, com a refundação da UNE e dos DCEs livres, colocados na ilegalidade pelo Regime Militar em 1966 –, demarcando o início de um novo ciclo de protestos pela redemocratização no Brasil e centrados na questão da Constituinte.

O contexto da formulação da Constituinte foi palco do ressurgimento da pauta da Reforma Urbana, defendida pela primeira vez nos anos 1960 (Grazia, 2003). O Movimento Nacional pela Reforma Urbana se rearticula em 1985, envolvendo vários atores sociais, como movimentos de luta por moradia, sindicatos e acadêmicos. Visando influenciar na

reconstrução institucional do país, o movimento lutava pela garantia do direito à cidade, através de políticas públicas voltadas para a população, tendo como umas das pautas principais a Função Social da Cidade e da Propriedade. O movimento organizou o primeiro Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) em outubro de 1988, onde participaram diversos atores na coleta de assinaturas para a Emenda Popular. Três princípios foram desenvolvidos para nortear as ações do FNRU:

“O DIREITO À CIDADE E À CIDADANIA, ENTENDIDO COMO UMA NOVA LÓGICA QUE UNIVERSALIZE O ACESSO AOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS, A CONDIÇÕES DE VIDA URBANA DIGNA E AO USUFRUTO DE UM ESPAÇO CULTURALMENTE RICO E DIVERSIFICADO E, SOBRETUDO, EM UMA DIMENSÃO POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO AMPLA DOS HABITANTES DAS CIDADES NA CONCLUSÃO DE SEUS DESTINOS; A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE ENTENDIDA COMO FORMA DE PLANEJAR, PRODUZIR, OPERAR E GOVERNAR AS CIDADES SUBMETIDAS AO CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL, DESTACANDO-SE COMO PRIORITÁRIO A PARTICIPAÇÃO POPULAR; A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE, ENTENDIDA COMO A PREVALÊNCIA DO INTERESSE COMUM SOBRE O DIREITO INDIVIDUAL DE PROPRIEDADE, O QUE IMPLICA NO USO SOCIALMENTE JUSTO E AMBIENTALMENTE EQUILIBRADO DO ESPAÇO URBANO.”

(GRAZIA, 2003, PP. 54).

As mudanças na conjuntura política, no início da década de 1980, influenciaram alterações nas pautas de luta dos movimentos. Estes passaram a reivindicar não apenas bens e serviços básicos – característico dos movimentos de base, que inscreviam suas demandas nos direitos sociais tradicionais – mas também reivindicações ligadas aos direitos sociais modernos, de igualdade e liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexualidade e, em alguns casos, estiveram articulados à luta popular, como no caso das lutas por creches (Gohn, 1997). No período de transição do regime militar para a fase da democratização, gradativamente foram sendo construídas redes de movimentos sociais a partir de conselhos e delegacias das mulheres e com pautas étnico-raciais. Nesse momento, portanto, enfatizava-se também o aspecto das mudanças socioculturais e as transformações políticas que os movimentos poderiam gerar, incorporando questões relacionadas às estratégias de ocupação do poder (Gohn, 2011).

<sup>3</sup> AS SABs, QUE ORIGINARAM-SE DOS COMITÊS DEMOCRÁTICOS POPULARES (CDP) - ORGANIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA EM TORNO DA LIDERANÇA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) NOS ANOS 1940 -, ESTÃO PRESENTES ATÉ HOJE NA CIDADE DE SÃO PAULO, EMBORA REESTRUTURADAS, PRINCIPALMENTE AS DOS BAIRROS CENTRAIS, COM INTEGRANTES DE CLASSES MAIS ALTAS QUE, FREQUENTEMENTE, DEFENDEM INTERESSES LOCAIS QUE NÃO VÃO DE ENCONTRO COM AS NECESSIDADES COLETIVAS POPULARES (DUARTE, 2010).

<sup>4</sup> A ASCENSÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL SE DÁ DESDE O INÍCIO DO SÉCULO XX. À MEDIDA QUE AS CIDADES CRESCIAM NO PAÍS COM O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO, A CLASSE TRABALHADORA MARGINALIZADA DOS CENTROS URBANOS LUTAVA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E BUSCAVA SE ORGANIZAR EM ASSOCIAÇÕES SINDICAIS E AGRUPAMENTOS POLÍTICOS. AS AÇÕES DOS OPERÁRIOS PRODUZIRAM INÚMEROS EVENTOS DE FORTALECIMENTO DE SUAS PAUTAS, COMO A GREVE GERAL DE 1917 NA CIDADE DE SÃO PAULO (SANTANA, 1999).



## ESPAÇOS PARTICIPATIVOS E SURGIMENTO DAS ONGs

Os movimentos sociais contribuíram decisivamente, através de demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos civis inscritos na nova Constituição Federal de 1988. Um exemplo desse processo foi a inscrição de um capítulo referente à Política Urbana na Constituição de 88 que, devido a demanda popular advinda do Movimento pela Reforma Urbana, estabeleceu a função social da propriedade.

A Constituição Federal de 1988 marcou, portanto, o início de um processo de alargamento de espaços para a participação da população na tomada de decisões da administração pública. Os questionamentos acerca das diferenças entre democracia direta e democracia representativa e as questões das esferas públicas e privadas, enquanto espaço de participação social, ganham destaque (Gohn, 1997). A questão da autonomia dos movimentos em relação às instituições, tão presente nos anos 1970, foi desaparecendo dos discursos com o aprofundamento do processo de transição democrática. Ocorreu, em certa medida, um deslocamento da energia de reivindicação e protesto popular para a institucionalidade (Morais, 2018). Os movimentos passaram a direcionar sua esfera de ação para a participação na definição das políticas públicas, através dos conselhos de representação de interesses, na tentativa da construção e negociação de novos direitos (Goulart, 2009).

Nesse sentido, o fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990 marcam a presença dos movimentos de moradia e sem-teto na conformação das



políticas públicas de habitação (Miagusko, 2008). Conquistou-se uma ampliação da participação dos movimentos em conselhos e fóruns, envolvendo também articulações com associações profissionais e acadêmicas, que experimentaram diversas iniciativas no desenho das políticas públicas e nos conselhos habitacionais e urbanos.

A partir da segunda metade da década de 1990, as pautas da globalização e maior abertura para o livre mercado, em um cenário de desmanche neoliberal (Miagusko, 2008), com a diminuição das políticas sociais, programas de privatização, e desregulamentação por parte do Estado – que dá

acesso a livre intervenção do capital –, desenvolve uma confluência perversa entre um projeto político democratizante dos movimentos sociais, e um projeto político neoliberal do Estado (Miagusko, 2008). Este projeto político neoliberal, mesmo sendo antagônico às lutas populares, utilizou estrategicamente o discurso de participação e protagonismo da sociedade civil como uma ação que interessava ao Estado legitimar, para acobertar a reposição de um autoritarismo que criminalizava os movimentos e tentava impossibilitá-los de ações diretas.

Dessa forma, os movimentos sociais que operavam fora do campo da intervenção nas políticas de gestão pública eram criminalizados pelo Estado. Fato notório com os movimentos sem-teto, principalmente no centro de São Paulo, que eram criminalizados ao intensificarem sua atuação de ocupação de imóveis abandonados, tanto de propriedade privada como pública, que não cumpriam a função social da propriedade (Miagusko, 2008).

As políticas neoliberais da década de 1990 também propiciaram arranjos para a incorporação de novos atores sociais (Gohn, 1997). Foi a partir desse período que as Organizações Não Governamentais (ONGs) – logo conectadas em torno da Associação Brasileira de ONGs (ABONG)<sup>5</sup> – começaram a ser criadas com maior expressividade. Voltadas para atividades de formação e proposição de políticas públicas que incorporassem a agenda participativa, em uma articulação entre o poder público e a sociedade, tinham como objetivo de atender áreas onde a prestação de serviços sociais era precária e, assim, promover o desenvolvimento de comunidades carentes (Gohn, 1997). Com a ampliação da atuação do terceiro setor, essas iniciativas se tornam

instrumento para os setores do Estado transferirem suas responsabilidades sociais para o âmbito da sociedade civil (Araújo, 2013).

Assim, devido a um conjunto de profundas alterações estatais no modo de operar a economia e as políticas públicas, e na forma de se relacionar com a sociedade civil, se reconhece como legítimos os espaços ocupados por entidades que exercem o papel de mediação entre coletivos organizados e o sistema governamental. Este espaço de mediação, desempenhado pelas ONGs, resgata as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, por aspirações culturais, laços étnicos e afetivos (Gohn, 1997).

<sup>5</sup> A ABONG É UMA ASSOCIAÇÃO NACIONAL, CRIADA EM 1991, COM O OBJETIVO DE FORTALECER AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) QUE ATUAVAM EM DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS, ATRAVÉS DA ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E COM OS GOVERNOS.

IMG. 13/ CRIAÇÃO DO PRIMEIRO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (1988). FONTE: SOS MULHER E FAMÍLIA.

“A COMPLEXIFICAÇÃO DO TECIDO ASSOCIATIVO E A NOVA CONJUNTURA POLÍTICA DOS ANOS 1990 LEVARAM À NECESSIDADE DE OS MOVIMENTOS SOCIAIS TEREM UM PAPEL MAIS PROPOSITIVO, INSTITUINTE. ESTE NOVO PAPEL IMPLICOU UMA RADICALIZAÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO TRAZENDO PARA O PRÓPRIO INTERIOR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AS EXIGÊNCIAS DOS IMPERATIVOS DA DEMOCRACIA. RESULTOU DESTES PROCESSOS UM EMBATE ENTRE A CULTURA POLÍTICA TRADICIONAL VIGENTE NO PAÍS E A CULTURA DE NOVOS VALORES APREGOADA PELA MILITÂNCIA, QUE DIZ RESPEITO À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA POLÍTICA, ESPECIALMENTE ENTRE A JUVENTUDE E SETORES DAS MINORIAS CULTURAIS, (...) QUE HÁ UM INTERESSE MAIOR POR QUESTÕES DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO NO DEBATE POLÍTICO E NÃO APENAS PELAS QUESTÕES PARTIDÁRIAS; A INCORPORAÇÃO DA DIMENSÃO SUBJETIVA E UMA PREOCUPAÇÃO COM O TEMA DA FELICIDADE, A SUPERAÇÃO DA EXPLORAÇÃO, DA OPRESSÃO, O DESEJO DE LIBERDADE E IGUALDADE (...) UMA MAIOR PLURALIDADE SOCIAL, TANTO NA VIDA DOS GRUPOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COMO NA AÇÃO ORIENTADA PARA A ESFERA PÚBLICA. EM SÍNTESE, UMA MUDANÇA NOS VALORES E ORIENTAÇÕES QUE INFORMAM E FUNDAMENTAM A AÇÃO SOCIAL. ”

(GOHN, 1997, PP. 324-325).

As transformações às quais Gohn se refere, que ocorreram a partir do final da década de 1990 na cultura política dos movimentos sociais – em suas identidades, demandas e repertórios –, estão profundamente relacionadas com a conjuntura sociopolítica e econômica do país daquele período.

## COLETIVOS ATIVISTAS PERIFÉRICOS A RESSIGNIFICAÇÃO DAS LUTAS

As reformas neoliberais e o amplo programa de privatizações realizadas, tanto pelo Governo Federal como por diversos Governos do Estado, colocaram o país em uma grave crise econômica e social (Araújo, 2005), que levou ao aumento do desemprego,

a deterioração dos salários, à precarização das relações de trabalho com a ampliação do mercado informal, e ao aumento exponencial da violência entre 1996 e 1999, com um incremento de 18% na taxa de homicídios na cidade de São Paulo e, em algumas regiões da periferia paulista, esses indicadores eram ainda mais altos (Telles, 2012).

“A PAUPERIZAÇÃO GENERALIZADA NAS PERIFERIAS NESSA ÉPOCA DEU-SE NO CENÁRIO DE EROSION DAS PROMESSAS DE PROGRESSO SOCIAL E INDIVIDUAL ASSOCIADAS AO TRABALHO E, MAIS AINDA, AO BINÔMIO TRABALHO-MORADIA, EXPRESSO NO PROJETO DA CASA PRÓPRIA. NO SEU CONJUNTO, CIRCUNSTÂNCIAS DESESTABILIZADORAS QUE REVERBERAM NAS RELAÇÕES SOCIAIS NOS BAIRROS PERIFÉRICOS. POR UM LADO, NO ÂMBITO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMPARTILHADOS: INTERDITOS, DESCONFIANÇAS, MEDO, E O QUE SE CHAMA ESGARÇAMENTO DO TECIDO SOCIAL. NO ÂMBITO DOS SENTIMENTOS: DESCRENÇA, FRUSTRAÇÃO, FATALISMO, SENSAÇÃO DE QUE PORTAS E PROMESSAS HAVIAM SE FECHADO. DESESPERANÇA, POBRE, DESEMPREGADA E ABSORVIDA NAS MATANÇAS CORRUIÇADAS DE JOVENS ENTRE SI E DESTES COM A POLÍCIA, A POPULAÇÃO PERIFÉRICA EMPENHOU-SE EM CONSTRUIR MECANISMOS E INVENTAR FORMAS PARA CONTORNAR A VIOLÊNCIA E SE MANTER VIVA. LUTAR PELA PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA FOI A QUESTÃO CATALISADORA QUE FEZ GIRAR UMA ENGENHARIA PRODUTORA DE FATOS E CIRCUNSTÂNCIAS QUE AFETARAM A VIDA SOCIAL. SOB O PRIMADO DE SOLUÇÕES PRÁTICAS PARA UM CONTEXTO DE MORTE. É NESSE REGISTRO QUE SE PODE ENTENDER O SURGIMENTO DOS COLETIVOS ARTÍSTICOS NAS PERIFERIAS.”

(D’ANDREA, 2013, PP. 14).

Nesse sentido, em resposta ao cenário crítico da época, começam a surgir, no final da década de 1990, sobretudo nos bairros periféricos de São Paulo, grupos ativistas e coletivos culturais – que se consolidam em diversas cidades nos anos 2000 – a partir da formação de uma nova subjetividade e a construção de uma narrativa própria (D’Andrea, 2013). O surgimento desses coletivos está também

diretamente ligado com o processo de formação do espaço urbano periférico e dos movimentos de base que existem, pois suas referências são os movimentos de moradia e de luta por serviços na periferia.

O que ocorre, portanto, é a resignificação das lutas, ampliando as pautas defendidas, agregando novos atores – principalmente jovens –, e reconfigurando os repertórios de ação (Marino, 2016). Desenvolve-se, assim, um hibridismo entre os movimentos, em que a militância e o ativismo transmutam um no outro, enredando coletivos e pautas, compartilhando experiências e estratégias de luta (Neves, 2018).

Esses coletivos constroem diferentes formulações sobre si mesmo e sobre sua posição no mundo, resultado tanto do cenário de crise do final da década de 1990, como da condição de isolamento do morador periférico, causado pela desigual distribuição de infraestrutura e equipamentos públicos no espaço urbano – condição está lida por Maricato como “metrópole periférica” (2001). Exaltam o orgulho periférico e suas potencialidades do mesmo modo que são fenômenos decorrentes desse orgulho, e atuam politicamente a partir de sua condição, reafirmando sua identidade. A posse do orgulho periférico é, portanto, a expressão da existência de uma subjetividade utilizada politicamente através dos coletivos ativistas, em que a produção artística se revelou como uma possibilidade e a cultura como emancipação humana (D’Andrea, 2013).

Assim, a partir dos anos 2000, os movimentos se reestruturam, tanto do ponto de vista dos atores engajados e nas propostas que pautam, como na forma que se organizam, a partir dos meios de comunicação e informação modernos (Gohn, 2011). Os movimentos por direitos civis ganham força,

reivindicatórios de direitos culturais, suas pautas não se dão somente nos âmbitos socioeconômico e trabalhista, lutam pela articulação dessas questões com as diferenças étnicas, raciais, de gênero e sexualidade. Desenvolve-se uma organização mais forte de grupos de mulheres, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra discriminações. O movimento LGBTQIA+ também ganha impulso nas ruas, organizando passeatas, atos de protestos e marchas anuais. O mesmo ocorre com o movimento negro, que se fortalece na construção de identidades e na luta contra a discriminação racial. Segundo Gohn (2011), são movimentos pluriclassistas e que ultrapassam fronteiras, são transnacionais, alguns deles autodenominados como alterglobalização, com agendas de demandas e formas de articulação globais.

## INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidência, em 2002, que governou por dois mandatos consecutivos (2003-2010), desacelerou-se o processo de privatizações e políticas neoliberais empreendidos durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e houve o aumento do valor real do salário mínimo e o desenvolvimento de programas sociais como o Bolsa Família e o Luz para Todos, em 2003, o Programa Universidade Para Todos (ProUni), em 2004, e o Minha Casa Minha Vida, em 2009.

Durante o primeiro governo de Lula, em um contexto de proximidade entre os movimentos sociais e atores estatais, os repertórios de interação Estado – sociedade foram ampliados e intensificados,





IMG. 14/ CÂMARA DOS DEPUTADOS (2020).  
FOTO: LUÍS MACEDO.

experimentando e reinterpretando rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras (Tatagiba, 2014). Os militantes priorizaram o fortalecimento da participação institucionalizada, não apenas por meio da negociação frequente com o Estado, mas também pela ação de dentro das instituições, isto é, através de novos espaços participativos e da ocupação estratégica de cargos como funcionários do governo, transformando a própria esfera estatal em espaço de militância política, o que facilitou que os movimentos sociais pudessem influenciar no desenho das políticas (Tatagiba, 2014).

Assim, desenvolve-se nesse período uma ampliação do cenário associativo para além da sociedade civil, adentrando em novas esferas públicas, a exemplo dos conselhos e conferências nacionais. O Estado transforma suas relações com a sociedade civil organizada, impulsionando políticas públicas participativas, muitas delas coordenadas ou com a participação de lideranças de movimentos sociais. A busca da institucionalização de práticas antes autônomas torna-se constante, possibilitando a criação de inúmeras inovações no campo da gestão democrática (Gohn, 2011).

No campo da Política Urbana, foram alcançadas conquistas muito significativas, como a criação de Conselhos Municipais de Habitação, a aprovação do Estatuto da Cidade<sup>6</sup> em 2001, e a criação, em 2003, do Ministério das Cidades, que passou a integrar as políticas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana.

Com o mandato de Lula, consolida-se o processo de ida da base popular petista periférica para dentro dos gabinetes e dos espaços participativos

institucionalizados, com um certo afastamento da formação de base, confiando apenas na capacidade do partido para mudar a realidade brasileira (Morais, 2018).

Diferentemente dos movimentos sociais urbanos, que apresentam uma longa história de relações com os governos no desenvolvimento de espaços participativos institucionalizados, a história dos movimentos sociais rurais relaciona-se principalmente com as rotinas de protestos de ação direta, bem como a ocupação de terras para pressionar o governo a expropriar grandes terrenos improdutivos para a reforma agrária. Em muitos momentos, os movimentos sociais rurais se recusaram a participar de conselhos, pois acreditavam que de alguma maneira estariam sendo controlados pelo governo, o que faria diminuir o potencial crítico e reivindicativo do movimento (Tatagiba, 2014).

<sup>6</sup> A APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE - LEI FEDERAL 10.527/01 -, EM 2001, SIGNIFICOU A CONQUISTA DE UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE DE MANEIRA A ENFRENTAR A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E A MÁ DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS, E TIROU DA ILEGALIDADE QUASE 40% DA POPULAÇÃO QUE VIVIA EM FAVELAS E LOTEAMENTOS IRREGULARES OU CLANDESTINOS, AO CONSTITUIR UM SUPORTE JURÍDICO E INSTITUCIONAL DOS GOVERNOS LOCAIS COM O OBJETIVO DE ENFRENTAR A DESIGUALDADE, A EXCLUSÃO, A SEGREGAÇÃO, A POBREZA E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (GRAZIA, 2003).

IMG. 15/ MANIFESTAÇÃO MST, BRASÍLIA (2004).  
FONTE: AGÊNCIA BRASIL EBC.





## MOBILIZAÇÕES MASSIVAS CONECTADAS EM REDE

Ao analisar os ativismos mais recentes no Brasil, muitos estudos se debruçaram quase que exclusivamente nas manifestações de junho de 2013. No entanto, como foi mostrado, haviam várias mobilizações em curso. Os coletivos ativistas periféricos de São Paulo começam a insurgir desde o final da década de 1990, como resposta ao arrocho neoliberal e o cenário de pobreza e violência das periferias, e estão imensamente conectados com as lutas anteriores, dos movimentos de base, principalmente de moradia e por serviços na periferia. Portanto, os ativismos mais recentes têm sua origem ligada a outros processos e momentos históricos, existindo e atuando muito antes das manifestações de junho de 2013.

Segundo James Holston (2013) foram os movimentos vindos das periferias urbanas que deram origem aos atores ativos nas mobilizações em curso nas cidades nas últimas duas décadas, pois a consolidação das periferias e tudo o que envolve este processo, a ocupação de terras, conflitos em relação à sua posse, a autoconstrução de moradias e as formas de organização política nesses territórios, fizeram emergir atores políticos e uma nova concepção de cidadania, que questiona os regimes de privilégios. Holston entende esse processo como a construção de uma cidadania insurgente, uma cidadania urbana que tem as cidades como espaço e objeto de reivindicações, arenas onde surgem manifestações que denunciam as injustiças e demandam acesso a direitos, desestabilizando privilégios historicamente enraizados nas normas e rotinas brasileiras.

Nesse sentido, sujeitos políticos nascem da luta



IMG. 16/JORNADAS DE JUNHO  
2013. FONTE: BRASIL DE FATO.

pelo direito à cidade, reinventam a esfera pública a partir da linguagem dos direitos, ressignificando práticas e valores do modelo tradicional de cidadania e contestando os aspectos disjuntivos da nossa democracia, isto é, uma democracia que é incapaz de fazer garantir os direitos civis, sociais e culturais de seus cidadãos de forma universal.

O ciclo mais recente de insurgências, principalmente, a partir de 2010, no Brasil e no mundo, com fortes narrativas culturais e identitárias, emergiram em um conjunto de levantes que ocuparam as ruas e as redes digitais (Gohn, 2014). Conectadas globalmente, essas insurgências aconteceram em diferentes países, tanto no ocidente como no oriente, principalmente em duas frentes, a Primavera Árabe – na Tunísia,

Argélia, Jordânia, Egito, Sudão, Iraque, Líbia, Síria, entre outros – e os ocupies – Occupy Wall Street, Occupy London, 15M Espanha, entre outros (Neves et. al, 2018).

Essas revoltas conectadas em rede globalmente ocorrem em contextos culturais, econômicos e institucionais muito diversos. Contudo, o fio comum que une as massivas rebeliões, é, segundo o sociólogo Manuel Castells (2012), o empoderamento que nasce da sensação de indignação pelos governantes e pela classe política. Esse ciclo de insurgências mais recente, principalmente a partir de 2011, fez emergir com muita força uma nova forma de organização social democrática, um fazer coletivo da multidão, definida pelos autores Michael Hardt (2014) e Antonio Negri (2014) como um conjunto de singularidades, sujeito e produto da prática coletiva, em que uma linguagem comum nasce da indignação e do protesto – como já ocorria com a classe operária – mas com a presença de outros elementos: as singularidades de seus participantes. Quando a “multidão” se move não é simplesmente uma massa, é uma pluralidade de elementos questionando a vida e que, embora seja esta uma das riquezas das insurgências recentes no mundo, apresentam também problemas de unidade e articulação (Negri, 2014).

É nesse cenário insurgente que se desenvolvem as jornadas de junho de 2013 no Brasil, uma onda de protestos que se espalhou por diversas cidades, mobilizando milhares de pessoas em todo o país, motivadas primeiramente pelo aumento das passagens de transporte público e posteriormente, após forte repressão policial, por outras reivindicações, que há tempos geravam insatisfações, tornando as manifestações mais diversas ideologicamente.

A articulação em rede teve um papel essencial na organização dos protestos. Vídeos, fotos e relatos em tempo real tomaram conta das redes sociais. Mapas colaborativos que informavam locais de concentração e pontos de conflito foram amplamente utilizados por parte dos movimentos. Frases de efeito como “Desculpem o transtorno, estamos mudando o país” foram algumas das linguagens desenvolvidas. As marchas, segundo a escritora Heloisa Buarque de Hollanda (2018), permitiram novas formas de políticas de afeto, no sentido de afetar e ser afetado pela multidão.

Múltiplas frentes atuaram nos protestos e novas linguagens emergiram, em um momento de potencialização política de novos discursos e atores, que se organizam conectando as redes digitais aos corpos e territórios (Bogado, 2018). As redes sociais não eram usadas apenas para a divulgação de informações, eram a base para um novo tipo de organização política. As imagens produzidas, cartazes, hashtags, vídeos e fotografias, complementaram os movimentos e os discursos construídos. A combinação entre a ação nas ruas e as narrativas desenvolvidas nas mídias e redes sociais constituíram uma versão contemporânea de espaço público, em que as alianças construídas nas ruas, através da ação coletiva de corpos, se mostram inseparáveis da tecnologia, pois não terminam no momento exato da ação, estabelecendo também novas formas de ação política em rede (Butler, 2018).

Nesse contexto, destaca-se a atuação dos midiativistas e das mídias independentes, enérgicos na produção de contra narrativas políticas, que passam a ser um instrumento da ação de luta.

“HACKEAR E NARRAR AS NOVAS LINGUAGENS DOS ATIVISMOS. (...) OS NINJAS, INSPIRADOS NA ÉTICA HACKER E NA CULTURA DIGITAL, TOMARAM COMO PRÁTICA O HACKEAMENTO DAS NARRATIVAS, O QUE SIGNIFICA DIZER QUE, ALÉM DE PRODUZIREM UM CONTRA DISCURSO EM TORNO DO SENTIDO DAS MANIFESTAÇÕES, TAMBÉM PAUTARAM A MÍDIA CORPORATIVA E OS TELEJORNAIS EM ALGUNS EPISÓDIOS, NOTADAMENTE O QUE REVELOU POLICIAIS INFILTRADOS À PAISANA JOGANDO COQUETÉIS MOLOTOV NA MULTIDÃO, ENTRE OUTRAS PRÁTICAS ARBITRÁRIAS DE IMPLANTAÇÃO DE PROVAS E ABUSOS POLICIAIS.”

(BENTES, 2015, PP. 53).

As conexões não se limitaram às redes, novos laços foram formados entre movimentos de diferentes origens e com diferentes pautas. Os protestos marcaram uma reinserção de corpos coletivos, sem lideranças individualizadas ou estruturas hierárquicas (Hollanda, 2018). A força da multidão tinha um caráter bastante envolvente, principalmente no sentido da construção de um pertencimento, sobretudo por parte dos jovens.

Desenvolve-se, nesse momento, uma ampliação do espaço da ação política. Quando o Movimento Passe Livre reivindicou a diminuição do preço das passagens e até sua gratuidade, e os black blocs pediram o fim da Polícia Militar, eles construíram ações de pressão às instituições “pelo lado de fora”, sem a mediação de representantes políticos. Revelaram um traço que caracterizou diversos protestos ao redor do mundo – como o 15M espanhol ou as manifestações turcas, que também eclodiram em 2013 após a ocupação do parque Taksim Gezi –, de distanciamento dos representantes políticos, questionando partidos e governos. Evidenciou-

se uma autonomia dos manifestantes, que não dependiam do sistema político para operar e agiam por meio de ações diretas de ocupação coletiva dos espaços públicos (Hollanda, 2018).

Após as jornadas de junho, as ruas não mantiveram a mesma efervescência. No entanto, o engajamento dos manifestantes não se perdeu, mas desdobrou-se em outros movimentos, outras demandas, estratégias e linguagens políticas, relacionadas às experiências vivenciadas nos protestos de junho.

Foi nesse momento que o feminismo, como um conjunto de movimentos políticos, sociais e ideológicos, ganhou ainda mais força e consolidou-se como um representante dessa luta continuada da nova geração política. As mulheres tomaram a dianteira na luta e resistência contra o avanço conservador que ameaçava o país.

Em 2015, com a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013 de Cunha, que dificultava o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais, as mulheres se mobilizaram e voltaram a ocupar as ruas com grandes protestos pelos país e, por meio de palavras de ordem como “As puta, as bi, as trava e as sapatão, tá tudo organizada pra fazer revolução” e “O Estado é laico, não pode ser machista, o corpo é nosso, não da bancada moralista”, se engajaram em um ato nacional contra Cunha.

A força das vozes feministas que ecoavam nas ruas demonstrava que a luta das mulheres estava cada vez mais mobilizada e cada vez mais diversa. Após o grande ato “Fora, Cunha”, realizou-se em Brasília a Primeira Marcha das Mulheres Negras, com mais de 50 mil ativistas de diferentes regiões do país, fortalecendo e tornando ainda mais evidente que a luta feminista necessariamente tem que ser antirracista.



IMG. 17 / PRIMAVERA FEMINISTA, LEVANTE CONTRA CUNHA (2015). FONTE: BRASIL DEBATE.



"SOMOS JOVENS, QUILOMBOLAS, COTISTAS, FEMINISTAS, CRISTÃS, LÉSBICAS, MILITANTES PARTIDÁRIAS, MULHERES TRANS, ANARQUISTAS, BISSEXUAIS, IDOSAS, REPRESENTANTES DE POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, SEM-TERRA, PERIFÉRICAS, IMIGRANTES E REFUGIADAS, RURAIS, MÃES, AUTÔNOMAS. A MARCHA CRIOU, A PARTIR DE SUAS MOBILIZAÇÕES, OPORTUNIDADES DE DIÁLOGO REAL ENTRE MULHERES NEGRAS, COM O FORTALECIMENTO MÚTUO DE PAUTAS. OU SEJA, PERMITIU UMA CONSTRUÇÃO A PARTIR DO QUE NOS UNE, NÃO DO QUE NOS SEPARA. "

(JULIANA GONÇALVES, REPRESENTANTE DO CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADE - CEERT - À CARTA CAPITAL EM NOVEMBRO DE 2015).

Nesse sentido, as marchas e mobilizações criam oportunidades para uma maior intersecção das lutas e o fortalecimento mútuo das pautas, na construção de alianças a partir do que une os corpos em um agir coletivo que reivindica um futuro diferente. O conceito de condição compartilhada de precariedade, que a filósofa Judith Butler (2018) desenvolve, demonstra como a precariedade - sendo uma situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência, e à morte -, pode significar um lugar de aliança entre diferentes minorias políticas ou populações consideradas descartáveis, uma aliança que constitui não apenas uma forma social futura, mas uma luta mais generalizada contra a precariedade, que surge de uma vivência experimentada coletivamente nos protestos.

No mesmo período, em agosto de 2015, mulheres trabalhadoras do campo se mobilizaram em uma manifestação que reuniu mais de 70 mil mulheres em



Brasília. A Marcha das Margaridas, em homenagem a Margarida Alves, assassinada em 1983 na Paraíba, ao reivindicar os direitos das trabalhadoras do campo, nasceu durante as organizações da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), um movimento de articulações locais e internacionais, com comitês em 45 países, que pauta principalmente as intersecções de temas de mulheres nas questões econômicas, a partir de uma autonomia das instituições, construindo uma resistência em torno de ações concretas das mulheres nas ruas, para além dos espaços institucionalizados.

Em relação aos modos de organização desses movimentos contemporâneos, destacam-se dois

aspectos: a busca pela horizontalidade, com a formação de microlideranças mobilizadoras de força, em uma recusa do individual em nome do coletivo, e o desenvolvimento de uma linguagem política performática, onde o corpo é a principal forma de expressão, como instrumento de protesto e suporte de comunicação (Sorj, 2014).

As performances dos corpos têm uma função de disputa de poder, pois são o meio de empoderamento daqueles que não estão em posições privilegiadas, questionando as relações de poder e suas estruturas (Vergara, 2015). As marchas reivindicam mais do que demandas às instituições, têm um esforço de construir uma vivência pública coletiva e afetiva.

Para a propagação dessas ideias e engajamentos coletivos, a materialização de campanhas virais adquire muita importância. Discursos difundidos nas redes sociais, por meio das hashtags, ganham destaque, como ocorreu em 2016 com a hashtag #PrimeiroAssédio. O movimento que se expressou nas ruas de diversas cidades do Brasil tomadas por milhares de mulheres, surgiu em meio a indignação com o absurdo caso de estupro de 33 homens contra uma adolescente na zona oeste do Rio de Janeiro. "Mexeu com uma mexeu com todas" foi uma das frases que ecoavam nos protestos, repetidas por uma multidão de mulheres.

Nesse sentido, percebe-se que o sentimento de identificação e pertencimento aos movimentos contemporâneos é construído com base em uma empatia coletiva, em uma identificação subjetiva entre os participantes dos protestos, passando a integrar uma experiência de grupo, mas sem tornar-se impessoal (Bogado, 2018). As reivindicações se dão em torno de questões em comum aos corpos coletivos em ação, problemáticas em comum, que

aproxima e cria laços, a partir da sensibilização em relação a todas as histórias e vivências presentes nos corpos que compõem os movimentos.

No mesmo ano, entre outubro e dezembro de 2015, foram os jovens secundaristas que tomaram frente das mobilizações no país. Conhecida como Primavera Secundarista, o movimento de estudantes do estado de São Paulo contra a reforma de ensino proposta pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), que pretendia fechar mais de 92 escolas e transferir mais de 300 mil alunos da rede pública, surpreendeu o país pela organização estratégica e pela velocidade com que se espalhou. Com a ocupação de 213 escolas por quase 60 dias e inúmeros protestos nas ruas, houve a queda do secretário da educação e a suspensão da reforma pelo governo do estado.

Esse movimento inspirou estudantes de todo o país, que ocuparam cerca de mil instituições de ensino em mais de sete estados em 2016, na luta contra a Reforma do Ensino Médio e contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que propunha congelar os gastos públicos na educação por 20 anos.

Nas manifestações e ocupações dos estudantes, novas formas de organizar o comum foram criadas. A experiência de habitar um mesmo espaço, dividindo todas as tarefas, expandiu ainda mais as possibilidades do potencial de colaboração e das trocas afetivas (Bogado, 2018).

IMG. 18/ MARCHA DAS MARGARIDAS (2015).  
FOTO: CÉSAR RAMOS.

IMG. 19/ SECUNDARISTAS EM LUTA EM SP (2015).  
FOTO: EDUARDO CONSONNI.

IMG. 20/ SECUNDARISTAS EM LUTA EM SP (2015).  
FOTO: ANDRÉ ZUCCOLO.



“O QUE A GENTE FEZ AQUI FOI UMA ESCOLA UTÓPICA, QUE NEM ESTADO NEM PRIVATIZAÇÃO CONSEGUIU FAZER. UMA ESCOLA COM CULTURA, COM CONTEÚDO, COM PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS ALUNOS, TANTO NA LIMPEZA E NA GESTÃO, COMO NA SEGURANÇA, DE TODAS AS FORMAS. FOI IMPECÁVEL.”

(RELATO EXTRAÍDO DO DOCUMENTÁRIO “LUTE COMO UMA MENINA”, DE BEATRIZ ALONSO).

As principais lideranças do movimento estudantil eram as mulheres. A luta feminista ecoou nas mobilizações dos secundaristas. A hashtag das ocupações #LuteComoUmaMenina demonstrou que o convívio nas ocupações permitiu que as mulheres se articulassem com ainda mais força e levantassem também outras pautas. O debate do machismo, das questões de gênero e da cultura do estupro foram constantes dentro e fora das ocupações. Temas interseccionais estiveram muito presentes nas discussões, a questão da representatividade LGBTQIA+, de raça e gênero eram centrais para o movimento.

Ao redor do mundo, nesse período, organizavam-se marchas pelos direitos das mulheres, dos LGBTQIA+, pela luta racial, trabalhista e dos imigrantes. Os protestos demonstraram a capacidade, e a necessidade, de o feminismo se articular com as mais diversas lutas (Bogado, 2018).

No ritmo dessas insurgências, em outubro de 2016, na Argentina, outro movimento articulado por mulheres se tornou mundialmente conhecido, o #NiUnaMenos, mobilizadas contra o feminicídio brutal da adolescente Lucía Pérez de 16 anos, drogada, abusada e assassinada, e contra todos os casos que acontecem diariamente. O grito “Ni Una Menos” ecoou por protestos em toda a América Latina.

Embora todos esses movimentos não sejam fundamentalmente novos, por serem desdobramentos de lutas anteriores, que consolidaram caminhos para a existência de possibilidade futuras, fica claro que os movimentos se encontram em um processo de reestruturação. Nota-se uma reinvenção dos discursos e articulações políticas a partir do potencial comunicativo e integrador das redes sociais, um dos fatores estratégicos e centrais na organização dessas mobilizações, a partir da potencialização das militâncias e do desenvolvimento de maiores articulações e alianças.

As atividades políticas nas redes são múltiplas, muitas vezes pensadas também como mecanismo de pressão nas instituições. Plataformas como Avaaz, por exemplo, criada em 2007, propõe uma relação direta com a política representativa, por meio do colhimento de assinaturas online para pressionar as autoridades, bem como trazer viabilidade a uma causa específica. Contudo, o recurso das redes mais utilizado pelos ativistas insurgentes contemporâneos é o suporte para ações diretas, em uma construção autônoma. Desenvolve-se coletivamente uma

cultura da autonomia nos movimentos, que permitem que os atores envolvidos possam tornar-se sujeitos políticos a partir de seus próprios valores, de maneira independente das instituições (Costa et al., 2018).

Ao estudar os repertórios de luta mais recentes dos movimentos e ativismos, é essencial analisar também os contra-ataques que estes têm recebido, pois o uso das redes sociais como estratégia política não se dá apenas no campo progressista. Os eventos recentes, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, têm demonstrado que a ascensão da extrema

IMG. 21/ #NIUNAMENOS MARCHA PELOS DIREITOS DA MULHER LATINO-AMERICANA (2019). FONTE: MCGILL JOURNAL OF POLITICAL STUDIES.





direita está intimamente ligada com seu poder de controle das redes e da instauração de um caos informacional, tanto por meio da manipulação de algoritmos e dados pessoais da população, como da disseminação de notícias falsas, através de robôs usados irregularmente para o fomento de debates artificializados e polarizados, e na promoção da disseminação do ódio direcionado principalmente às minorias políticas e grupos marginalizados.

Diversos movimentos de extrema direita foram criados em 2014 – e financiados pelos partidos que lideraram o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, a construção do “ódio contra o PT” que culminou com a prisão do ex-Presidente Lula, e da “luta pela corrupção” movida em tese pela Operação Lava Jato<sup>7</sup>, entre outros – com objetivo de mobilizar e manipular a opinião pública por meio das redes. Os protestos de junho de 2013, que tinham grande base popular e progressista, também foram utilizados como uma abertura para as narrativas da direita avançarem (Altman, 2018). Com grande apoio das mídias comerciais, e através da mobilização das classes médias e altas, foram capazes de manipular a direção dos movimentos para um cunho reacionário, a partir da construção de um raciocínio que personifica todos os problemas do país no Partido dos Trabalhadores (PT) – e que, mais tarde, viria a consolidar o período mais obscuro do Brasil desde a época da ditadura militar, a eleição de Jair Messias Bolsonaro.

Os discursos apartidários e de distanciamento das instituições estatais, amplamente difundidos por alguns movimentos e ativismos na contemporaneidade, apresentam limites e podem abrir espaço para a ascensão da extrema direita e para figuras ditatoriais assumirem o país.

Nas eleições municipais de 2016, em oposição a esse distanciamento e negação política institucional, houve uma grande mobilização de novos agentes políticos, articulados através de iniciativas ativistas, para disputarem cargos eleitorais e barrarem o avanço conservador no país. Com o objetivo de ocupar as eleições, integrantes de movimentos, coletivos, partidos e ativistas se uniram em torno de uma construção coletiva e colaborativa, em sintonia com as lutas das cidades, em uma articulação de corpos e lutas. Mandatos coletivos ganharam força e buscaram refazer o sentido da política, uma política feminista e antirracista, a serviço das lutas por justiça social, em uma união das forças do campo progressista.

Plataformas como #MeRepresenta, a Bancada Ativista em São Paulo, o Muitas em Belo Horizonte e a #Partida no Rio de Janeiro, foram alguns dos resultados de uma nova articulação que estava sendo construída, em que a força da coletividade era também um repertório essencial na luta por uma maior participação política.

“A BANCADA ATIVISTA DO PSOL É UMA INICIATIVA PLURIPARTIDÁRIA, QUE TEM COMO OBJETIVO DAR SUPORTE AOS ATIVISMOS QUE ROLAM EM SÃO PAULO POR MEIO DE UMA ATIVIDADE LEGISLATIVA CONECTADA COM AS RUAS, ATRAVÉS DE CAMPANHAS INOVADORAS E PEDAGÓGICAS, COM FOCO EM DIVERSIDADE E COLETIVIDADE. A PROPOSTA É OXIGENAR A POLÍTICA INSTITUCIONAL, PROMOVENDO OS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS QUE DEFENDEMOS, DE MANEIRA COLABORATIVA, PEDAGÓGICA E QUE FUJAM DOS VÍCIOS DA POLÍTICA TRADICIONAL. A MANDATA DA BANCADA É UM ESPAÇO DE FORMULAR E CONSTRUIR CONJUNTAMENTE E LUTAR, DENTRO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL, PELAS CAUSAS QUE JÁ DEFENDEMOS COMO ATIVISTAS NAS REDES E RUAS. ”

(MONICA SEIXAS, ELEITA EM 2016 PELA BANCADA ATIVISTA).

Contudo, como já era esperado desde o golpe que destituiu a ex-presidente Dilma, o avanço conservador no país se consolidou. As eleições municipais de 2016 tiveram como resultado não somente a vitória de partidos tradicionalmente de direita, como o aparecimento inédito de forças autoritárias da extrema-direita, associada aos militares, nas Câmaras Municipais e na vida política das cidades, além do aumento da bancada evangélica - que transformou-se em uma força política também decisa para a ascensão de Bolsonaro à presidência em 2018.

A sistemática sabotagem do governo Dilma paralela à ascensão da direita no país foi determinante para a crise institucional que se instaurou. A construção do golpe se deu tanto no Congresso, como na mídia e em segmentos do Judiciário, que compartilhavam interesses e agiam em sincronia para inviabilizar o governo. O efeito colateral desse processo foi a promoção da ultradireita bolsonarista nas eleições de 2018, que alcançou, além de 56 deputados na Câmara, a presidência.

“O GOLPE QUE DERRUBOU DILMA ROUSSEFF EM 2016, E A ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EM 2018, REPRESENTARAM UMA INFLEXÃO CONSERVADORA COM FORTES IMPACTOS EM DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE BRASILEIRA, MARCADA PELO ABANDONO DAS POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS E PELO FECHAMENTO DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA, E ADOÇÃO DE POLÍTICAS FUNDADAS NA AUSTERIDADE FISCAL. A POLÍTICA URBANA E AS CIDADES BRASILEIRAS SOFRERAM SÉRIOS E GRAVES RETROCESSOS. ESTAMOS DIANTE DA DESCONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE, EXPRESSA NO DESMONTE DE CONQUISTAS SOCIAIS ALCANÇADAS AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS, NO AVANÇO DA INTOLERÂNCIA E DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, E NOS RETROCESSOS NO CAMPO DA DEMOCRACIA E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS. ”

(FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, 2020).



IMG. 22/ PROTESTOS CONTRA O  
IMPEACHMEANT NO BRASIL (2016).  
FONTE: UOL NOTÍCIAS.

<sup>7</sup> A OPERAÇÃO, COM INÍCIO EM 17 DE MARÇO DE 2014, FOI UM CONJUNTO DE INVESTIGAÇÕES, ALGUMAS BASTANTE CONTROVERSAS, REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL DO BRASIL, PELO ENTÃO JUIZ SÉRGIO MORO, VISANDO APURAR UM ESQUEMA DE LAVAGEM DE DINHEIRO, DURANTE AS QUAIS FORAM PRESAS E CONDENADAS MAIS DE CEM PESSOAS, TENDO SEU TÉRMINO EM FEVEREIRO DE 2021.





IMG. 23/ MARCHA DE ESTUDANTES EM DEFESA DA  
EDUCAÇÃO (2019). FOTO: VANGLI FIGUEIREDO.

“Vamos botar um ponto final em todos os ativismos do Brasil” foram as primeiras palavras de Bolsonaro ao assumir a presidência. Desde então, o ataque à tradição de diálogo entre governo e sociedade foi constante. O Decreto 9.759, implementado no dia 11 de abril de 2019, suspendeu o funcionamento de dezenas de órgãos colegiados do governo federal. Entre as instâncias atingidas, estavam mais de 50 conselhos de políticas públicas nos quais a sociedade civil participava. O fechamento dos espaços de participação social, como o Conselho das Cidades – além da extinção do Ministério das Cidades –, bem como o agravamento da perseguição e criminalização dos movimentos sociais e das lutas dos povos tradicionais, marcaram uma ruptura democrática no país.

O decreto suscitou uma mobilização intensa em defesa dos conselhos por parte dos movimentos sociais e grupos acadêmicos, pois embora estes espaços apresentassem diversas necessidades de reestruturação, por muitas vezes se tornarem burocratizados, pouco representativos da diversidade social e com pouca força efetiva no processo decisório (Abers, 2019), nunca cogitou-se extingui-los. A luta se dava no sentido de buscar maneiras de superar essas deficiências, visando aprofundar o potencial democrático dessas instâncias.

Nessa conjuntura de desinstitucionalização da relação entre o Estado e movimentos sociais e ativistas (Abers, 2019), pesquisadores e outros atores da sociedade civil passaram a ter que defender como necessário o que antes já era insuficiente. Em uma reação que busca reduzir danos, parte da sociedade civil tem lutado para reagir aos retrocessos.

Manifestações contra os cortes na educação levaram milhares às ruas em todo o país em maio de 2019. Os protestos foram realizados em mais de 250 cidades e tiveram como estopim os bloqueios do governo Bolsonaro no orçamento do MEC. No entanto, embora haja importantes demonstrações de força de diversos movimentos em oposição ao governo federal, este não tem recuado facilmente.

Nesse sentido, o desafio imposto atualmente, tanto para os movimentos sociais e coletivos ativistas, como para os grupos acadêmicos e políticos de esquerda, tem sido o de se mobilizar efetivamente de maneira conjunta, a fim de assegurar que o que foi construído ao longo de décadas não seja destruído, e, ao mesmo tempo, o de desenvolver uma agenda que permita escapar dos controles da direita e que seja capaz de enfrentar seu modelo de desenvolvimento neoliberal.



IMG. 24/ PROTESTOS CONTRA BOLSONARO  
NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER.  
FOTO: KARINA ZAMBRANA/MÍDIA NINJA.

QUEM SÃO OS ATORES

1970./ 1980./ 1990./ 2000./ 2010./ 2020./

SABs e CEBs; movimentos populares de oposição à Ditadura Militar;

fundação do Movimento de Reforma Urbana, retomada da força do Movimento Operário Sindical e do Movimento Estudantil, criação do MST;

novos atores como ONGs e fundações; institucionalização dos movimentos sociais; movimento negro, feminista e LGBT ganham força; fundação do MTST;

consolidação de redes de coletivos culturais ativistas e de movimentos étnico-raciais, de gênero, LGBTQIA+ e interseccionais;

consolidação de redes de coletivos culturais ativistas e de movimentos étnico-raciais, de gênero, LGBTQIA+ e interseccionais;

TERRITÓRIOS ONDE ATUAM

CEBs países da América Latina, e SABs nas periferias de São Paulo;

FNRU apoio local nas periferias; MST no campo; Movimento Estudantil nos centros urbanos;

ONGs em comunidades carentes; MTST em centros urbanos;

coletivos culturais nas periferias das grandes metrópoles; movimentos “alterglobalização”, que ultrapassam fronteiras, são transnacionais;

movimentos que ultrapassam fronteiras, são transnacionais e conectados regional e globalmente;

PAUTAS DE LUTA

luta por questões urbanas como moradia, transporte, creches, postos de saúde, equipamentos públicos, por emprego e renda;

ciclo de protestos centrados na questão da Constituinte; luta pela garantia do direito à cidade, tendo como umas das pautas principais a função social da propriedade;

exercício da cidadania em termos de instituições, o lugar da participação passar a estar inscrito nas leis; ONGs como mediadores entre a sociedade e o poder público;

reconhecimento das diferenças e direitos sócio-culturais; incorporação da dimensão subjetiva no debate político e o desejo da liberdade e igualdade;

maior intersecção das lutas e do fortalecimento mútuo das pautas, construção de alianças em um agir coletivo que reivindica um futuro diferente;

REPERTÓRIOS DE AÇÃO

CEBs desenvolviam ações mais autônomas em relação às práticas populistas e clientelistas presentes em algumas das SABs;

partidarização da luta - CUT e PT, greves gerais e mobilizações Diretas Já; demandas e pressões para inscrição de direitos na Constituição de 1988;

surgem outras formas de organização popular, mais institucionalizadas com participação da população na gestão pública;

SLAMs como um espaço de autorrepresentação periférica e das minorias políticas a partir da ressignificação da rua e da luta;

articulação em rede como mecanismo da mobilização e criação de alianças; busca pela horizontalidade e microlideranças; linguagem política performática, em que o corpo é a principal forma de expressão;

OBSERVAÇÕES



movimento sindical passa a ser perseguido com o golpe militar, existindo sob controle do Estado;



globalização neoliberal marca a confluência perversa entre um projeto democratizante e um projeto neoliberal, com a criminalização dos movimentos que atuavam fora da esfera institucional;

surgimento dos coletivos culturais diretamente ligado com o processo de formação do espaço urbano periférico, pois as referências desses movimentos são as lutas por questões urbanas na periferias

esses movimentos não são completamente novos, são desdobramentos de lutas antigas que se reestruturam a partir do potencial das redes da reinvenção dos discursos e articulações políticas de protesto e multidão;





## CAP. 03/ CONFLITOS EM TORNO DA LUTA INTERSECCIONAL POR BENS COMUNS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO LARGO DO AROUCHE



Os primeiros capítulos procuraram visitar a teoria dos comuns e reconstruir parte da história dos movimentos de lutas urbanas. Mas como estas teorias e histórias se expressam nas lutas atuais na cidade? Com esta pergunta em mente, foi desenvolvido um capítulo que observa um caso empírico de movimento e luta em um determinado território, a fim de analisar empiricamente os conflitos em torno da luta por bens comuns, como se expressam na cidade, e quais são as disputas territoriais que as envolvem, através do estudo de um território que estivesse atualmente em disputa na Região Metropolitana de São Paulo e fosse palco de ativismos conectados à lutas urbanas.

O objetivo envolveu compreender como os movimentos sociais e coletivos ativistas têm constituído suas lutas nas cidades por meio da ocupação, apropriação e ressignificação do espaço urbano, a partir da identificação de seus repertórios de luta e de como se aproximam da ideia de luta pelos comuns. Como hipótese de fundo, buscou-se aferir se as abordagens dos comuns - que pareciam estar mais consolidadas em torno dos debates teóricos – se revelam utópicas quando deixam de adentrar nas contradições da prática e de analisar os impasses relacionados à capacidade do capital de reinventar-se para se apropriar das lutas.

Inicialmente havia o desejo de articular a pesquisa em torno de diferentes territórios insurgentes, a fim de explorar também as potencialidades de suas interconexões. No entanto, devido ao tempo limitado para a realização e conclusão do trabalho e ao contexto em que foi desenvolvido – durante o período de quarentena em razão da pandemia do coronavírus – optou-se por um único território: o Largo do Arouche e suas lutas LGBTQIA+<sup>8</sup>, que são hoje objeto de resistência a projetos e políticas

higienistas que incidem não apenas sobre o espaço físico, mas essencialmente sobre as identidades expressas nesse território, sendo corroboradas tanto pela atuação do Estado como pelas apropriações e estratégias de mercantilização e elitização do espaço urbano pelo capital imobiliário.

A escolha do Largo do Arouche como território de estudo deste trabalho se deu, entre outros fatores, devido a experiência pessoal da pesquisadora, enquanto mulher lésbica ativista dos direitos LGBTQIA+ e suas interseccionalidades<sup>9</sup>, e por ter um envolvimento prévio com ocupantes do Largo e coletivos atuantes na região, em função de já haver participado de atos e eventos no local, facilitando assim as pontes de contato a serem construídas durante o desenvolvimento do trabalho em um contexto de isolamento social.

### LARGO DO AROUCHE: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA LGBTQIA+

O Largo do Arouche está localizado na região central da cidade de São Paulo, na Subprefeitura da Sé, distrito da República, situado em um ponto limítrofe com os distritos de Santa Cecília e da Consolação (vide mapa 01 - Inserção Urbana Arouche). Apesar da região constar nos mapas da cidade desde 1810, a praça como espaço público surgiu no final do século XIX, no contexto de expansão urbana do vetor Oeste da cidade, realizada no período da transposição do Vale do Rio Anhangabaú. O local antigamente era um descampado, parte da antiga chácara do tenente José Arouche de Toledo (1756-1834), junto a um córrego em sua extremidade Oeste, hoje canalizado sob a Avenida Amaral Gurgel e Rua Dr. Frederico Steidel. Em 1881, a pedido do tenente Arouche, a

chácara foi parcelada, dando origem ao Largo, que chegou a ser denominada de Praça da Legião e Praça dos Milicianos. Somente em 1913 sua denominação foi oficializada como Largo do Arouche.

O Arouche constituiu-se como um dos mais significativos territórios de sociabilidade LGBTQIA+ da cidade de São Paulo, abrigando uma diversidade de práticas e manifestações culturais (vide mapas 04 - Usos e 05/06 - Presenças LGBTQIA+) e tornando-se um símbolo de resistência e pluralidade, frente a uma sociedade marcada pelo machismo estrutural e pela violência contra os corpos que não seguem os padrões heteronormativos impostos.

Nestor Perlongher (1987) foi um dos pioneiros no estudo das relações sociais da comunidade LGBTQIA+ na região do Arouche. Segundo o autor, a partir da década de 1950, essa região passou a ser frequentada pelo público homossexual, majoritariamente masculino, de classe média e alta. Em razão do perfil abastado de seus frequentadores e da quantidade de bares e restaurantes elitizados instalados na região, dentre os quais o primeiro bar gay do país, o Caneca da Prata, fundado em 1960, a região era conhecida como “Boca do Luxo”, em oposição à região da República, a “Boca do Lixo”, devido à presença de grupos marginalizados pela sociedade, como negros e migrantes de classes mais baixas e mulheres cis e trans em situação de prostituição. Ainda segundo Perlongher, a partir dos anos 1970, houve um significativo incremento no número de frequentadores da região, passando a haver uma maior ênfase em sua diversidade. Importantes veículos de informação alternativos da época, como o Lâmpião da Esquina – jornal brasileiro destinado à comunidade LGBTQIA+, que circulou durante os anos 1978 e 1981 – retratava a presença histórica dessas redes de sociabilidade no Largo.

IMG. 29/ PROTESTO CONTRA OPERAÇÃO LIMPEZA NO CENTRO DE SÃO PAULO (1980). FONTE: ACERVO COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO.

<sup>8</sup> EMBORA PARTE DA LITERATURA SOBRE O TEMA UTILIZE TAMBÉM OUTRAS EXPRESSÕES, ESTE TRABALHO NÃO SE PROPÕE A PESQUISAR A EVOLUÇÃO DAS SIGLAS, OPTANDO POR UTILIZAR O TERMO LGBTQIA+ COMO UM CONJUNTO DIVERSO DE MINORIAS SEXUAIS E IDENTIDADES DE GÊNERO.

<sup>9</sup> A ABORDAGEM INTERSECCIONAL NOS LEVA A COMPREENDER COMO AS ARTICULAÇÕES DAS DIFERENTES CATEGORIAS SOCIAIS SE INTER-RELACIONAM E ESTRUTURAM A VIDA DOS SUJEITOS, PRODUZINDO DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS SISTÊMICAS QUE OCORREM EM BASES MULTIDIMENSIONAIS, EM QUE OS DIFERENTES MARCADORES SOCIAIS, COMO IDENTIDADE DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E ORIENTAÇÃO SEXUAL, INTERAGEM EM NÍVEIS MÚLTIPLOS E SIMULTÂNEOS, DE MODO QUE OS SISTEMAS DE OPRESSÃO REFLETEM O CRUZAMENTO E A COEXISTÊNCIA DE MÚLTIPLAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA (DAVIS, 1981; GONZALEZ, 1987; HILL COLLINS, 1990; CRENSHAW, 1995).



IMG. 30/ MANCHETE SOBRE A OPERAÇÃO LIMPEZA (1980). FONTE: ACERVO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.

IMG. 31/ PROTESTO CONTRA OPERAÇÃO LIMPEZA NO CENTRO DE SP (1980). FONTE: ACERVO COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Desde essa época, a comunidade LGBTQIA+ resistia à intensa violência e repressão na região. Durante o período da ditadura militar (1964-1985), as políticas de controle social adotaram operações policiais de perseguição aos grupos mais vulneráveis e estigmatizados, sobretudo as travestis e transsexuais. A ditadura, ao estruturar um complexo aparato de violência, elaborou um projeto de “saneamento moral” da sociedade, pois havia também um objetivo moral para as violências cometidas, de maneira que a vida privada e a esfera íntima passaram a estar no espectro regulador do Estado (Quinalha, 2020). As pessoas eram vigiadas e suas práticas sexuais eram registradas em dossiês. Travestis, prostitutas e homossexuais tornaram-se alvos específicos da repressão policial nas ruas. A sexualidade passou a ser um tema tratado no âmbito da segurança nacional.

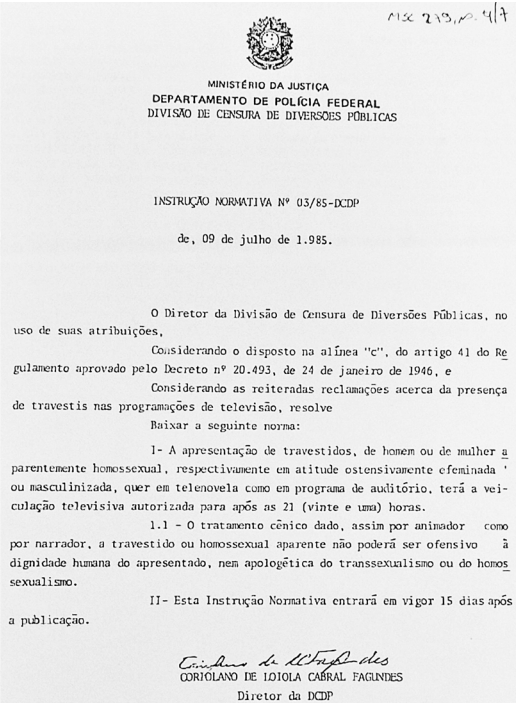
A Operação foi, portanto, uma tentativa de limpeza social na região, a partir da criminalização da apropriação do espaço público por corpos específicos considerados indesejáveis, pois, em oposição a essas perseguições, havia um certa tolerância à presença consumista gay branca e elitizada nos bares e clubes privados (Perlongher, 1987), que a partir desse período passou a ocupar novos pontos de sociabilidade, sobretudo na região dos Jardins (Puccinelli, 2017).

Nesse sentido, apesar da ditadura, boates, bares e espaços privados de sociabilidade entre homossexuais se multiplicaram, pois, à medida que se mantinham no anonimato nesses estabelecimentos elitizados, conseguiam desviar-se das políticas de perseguição (Quinalha, 2020). Contudo, essa não era a realidade dos grupos mais vulneráveis, que geralmente ocupavam o espaço público, e que foram os principais alvos da violência e repressão, uma vez que o cerne das políticas sexuais

da ditadura era reforçar o estigma contra LGBTs, dessexualizando o espaço público ao perseguir coletivos que reivindicavam o reconhecimento de seus direitos (Quinalha, 2020).

Contra a Operação Limpeza, ativistas do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) e do Movimento Negro Unificado (MNU) se articularam e organizaram o que então seria a primeira passeata LGBTQIA+ na história de São Paulo. No dia 13 de junho de 1980, cerca de mil manifestantes se concentraram nas escadarias do Theatro Municipal para protestar, pela primeira vez, contra a repressão e a violência do Estado.

Dois anos após a primeira passeata, outra revolta marcou a história da luta da comunidade LGBTQIA+ em São Paulo em 1983, o levantamento do GALF no antigo Ferro's Bar, localizado na época na Rua Martinho de Prado, no entorno da praça Roosevelt. Desde 1967, o bar era ocupado por mulheres lésbicas e bissexuais, consolidando-se como um ponto de sociabilidade e articulação política, onde a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, o ChanacomChana, era distribuída. No entanto, as invasões policiais eram recorrentes e as frequentadoras eram expulsas do bar, além do confisco e proibição da divulgação de materiais que tratavam da luta LGBTQIA+ na cidade.



IMG. 32/ INSTRUÇÃO NORMATIVA DO ESTADO CONTRA TRAVESTILIDADE (1985). FONTE: ACERVO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.

IMG. 33/ PROTESTO CONTRA A OPERAÇÃO LIMPEZA NO CENTRO DE SP (1980). FONTE: ACERVO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.





Foi nesse contexto que, no dia 19 de agosto de 1983, os donos do estabelecimento expulsaram violentamente as ativistas do local, fato que resultou em um ato político protagonizado por lésbicas e apoiado por grupos feministas que repercutiu nacionalmente, conhecido como o “Stonewall brasileiro”<sup>10</sup>, e que marca a data do Dia do Orgulho Lésbico no Brasil.

Mesmo após a redemocratização do país, a região ocupada pela comunidade LGBTQIA+ no Arouche e República voltou a ser alvo de operações policiais higienistas e genocidas, a partir da construção da ideia de que certos corpos são indesejáveis e devem ser combatidos, uma lógica semelhante à Operação Limpeza. A Operação Tarântula, empreendida em 1987, prendeu mais de 300 travestis e transexuais (Barbosa, et al. 2018), entre muitas outras que foram agredidas.

A Operação foi justificada na época como uma “política de saúde pública”, devido ao surto de AIDS que acometeu o país, de maneira que o preconceito e o estigma de que a comunidade LGBTQIA+ era vetor da doença legitimaram uma série de violações. Nelas, os discursos de ódio funcionaram como operadores políticos no desenvolvimento de práticas de perseguição, expulsão e extermínio, partindo de noções que naturalizam a ideia de que determinados corpos são “perigosos” perante os padrões normativos ideais – o homem, cisgênero, branco e de elite (Barbosa, et al. 2018). Essas operações policiais incentivaram uma série de ataques e assassinatos à população trans, negra e pobre LGBTQIA+ nos anos 1990<sup>11</sup>.

Desde esse período, o Largo do Arouche já representava para a comunidade LGBTQIA+ mais vulnerável um território não apenas de sociabilidade,



mas também de luta e resistência compartilhada. Nesse contexto, a apropriação histórica desse espaço passou a ser um símbolo político de ocupação, tanto pelos encontros sociais diários quanto para a organização de mobilizações por direitos e contra a opressão e violência por parte do Estado e da sociedade.

Assim, embora a formação do Arouche como identidade LGBTQIA+ tenha se dado, inicialmente, pela apropriação da região por parte da classe média e alta dessa comunidade, ao longo dos anos o público não-morador que passou a frequentar e

se apropriar desse território foi se alterando, em contraste também com os atuais moradores da região do Largo, predominantemente de classe média e alta (vide mapa 03 - Moradia).

Diferentemente de outras regiões elitizadas onde há forte presença do público masculino homossexual branco, como a rua Frei Caneca e o Jardins (Puccinelli, 2017), o Arouche abriga a comunidade LGBTQIA+ mais diversa e popular, mulheres trans, travestis, lésbicas, gays e bissexuais. Emergem, assim, diferenças sociais e raciais substanciais, pois muitos desses corpos que se apropriam do local são oriundos das periferias da cidade de São Paulo e de outras cidades da Região Metropolitana, além de outros Estados do país. Esses grupos se deslocam ao Arouche diariamente ou aos fins de semana, encontrando, ali, um refúgio de liberdade, segurança e apoio entre a comunidade para existirem e resistirem suas identidades e sexualidades.

Portanto, o Arouche não constitui uma identidade única ou homogênea, devido à diversidade de corpos que ocupam a região, em que a comunidade não-normativa, além de compartilhar o espaço com outras minorias políticas sociais e raciais, muitas vezes está compreendida nelas.

<sup>10</sup> A REBELIÃO OCORRIDA NO BAR STONEWALL INN, EM NOVA YORK, NO DIA 28 DE JUNHO DE 1969, CONTRA UMA SÉRIE DE INVASÕES DA POLÍCIA NOS BARES FREQUENTADOS POR HOMOSSEXUAIS - QUE ERAM PRESOS E SOFIAM REPRESÁLIAS POR PARTE DAS AUTORIDADES - É UM MARCO DO MOVIMENTO LGBTQIA+, EM QUE O ATIVISMO PELOS DIREITOS DA COMUNIDADE GANHA O DEBATE PÚBLICO E AS RUAS. A PARTIR DESTA ACONTECIMENTO FORAM ORGANIZADOS INÚMERAS MANIFESTAÇÕES EM DIVERSOS PAÍSES, DE MANEIRA QUE A DATA FICOU MARCADA COMO O DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO LGBTQIA+ (QUINALHA, 2020).

<sup>11</sup> ESSE OPERAÇÃO SEGUE PRODUZINDO EFEITOS DEVASTADORES DEPOIS DE MAIS DE TRÊS DÉCADAS, TENDO EM VISTA A SITUAÇÃO DE EXTREMA VULNERABILIDADE DESSES GRUPOS ATUALMENTE NO BRASIL, UM DOS PAÍSES COM MAIS ASSASSINATOS DE LGTBs NO MUNDO, MOTIVADOS POR CRIME DE ÓDIO, HOMOFOBIA E TRANSFOBIA, COM UMA MÉDIA DE UMA MORTE A CADA 26 HORAS – 329 MORTES SOMENTE NO ANO DE 2019 –, SENDO ESTE UM NÚMERO BASTANTE SUBNOTIFICADO DEVIDO À FALTA DE DADOS OFICIAIS, SEGUNDO RELATÓRIO DIVULGADO PELO GRUPO GAY DA BAHIA (GGB).

IMG. 34/ LEVANTAMENTO DO GLF NO ANTIGO FERRO'S BAR (1983). FONTE: ACERVO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.

IMG. 35/ MANCHETE DA FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE A OPERAÇÃO TARÂNTULA (1980). FONTE: ACERVO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.

## Polícia Civil “combate” a Aids prendendo travestis

Da Reportagem Local

A Polícia Civil do Estado resolveu lutar no “combate” à Aids na cidade de São Paulo. Com este objetivo, foi lançada na madrugada anterior a “Operação Tarântula”, um comando especial de policiamento que visa realizar detenções flagrante de travestis nos principais locais de prática do “travestir”, oficialmente do “fregueses” nas ruas públicas. As primeiras ações da “Tarântula” já resultaram em 56 prisões, segundo Marcelo Prudente Jr., 52, delegado-chefe do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (De-ir). Cruz afirma que a operação “será durar o ano todo”.

A operação está sob o comando do delegado Marcelo Alencar Aranha, e é composta por uma equipe composta por titulares dos distritos policiais Vila Clementino, Itaim-Bibi, Campo Belo e Vila Mariana (baixos da zona sul de São Paulo).

Segundo Cruz, o objetivo da “Operação Tarântula” é basicamente

### Tarântula é uma aranha europeia

Segundo o “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”, “tarântula” é uma espécie de aranha europeia da família dos lécides, cuja picada causa febre, delírio e, segundo a crença popular, singulares sintomas que levariam o doente a cantar e dançar. De acordo com a enciclopédia Lello Universal, sua picada causa aturamento e profunda melancolia, daí os antigos acreditarem que a vítima devesse agitar-se ininterruptamente para sair desse estado.

“Espantar a freguesia” e assim diminuir a propagação da doença. “Os tempos de Nostradamus estão chegando”, diz. Ele afirma acreditar que estamos num período pré-apocalíptico. No entanto, a operação não será efetuada durante o Carnaval, já que “os travestis tiram folga nesta época”, declara.

Cruz nega ter dito que pretende enquadrar os detidos na Lei de Segurança Nacional, ou que pretenda submetê-los a testes de Aids no

### Acidente na Régis Bittencourt mata quatro e fere dois

Da Reportagem Local

Um acidente envolvendo dois caminhões e três automóveis na rodovia Régis Bittencourt (que liga São Paulo a Curitiba, no Paraná), ocorreu às 6h30 de ontem, provocou a morte de quatro pessoas e ferimentos leves em outras duas. O choque, ocorrido no km 331 da rodovia, próximo à cidade de Jauquília (70 km a sudeste de São Paulo), provocou também a interdição das pistas, nos dois sentidos, do horário do acidente até as 10h30. Logo após a liberação, o tráfego ficou lento por algum tempo.

O Fusca de chapas JK 8630 SP teria se chocado —segundo a Polícia Rodoviária Federal— com o caminhão Mercedes Benz CX 5825 PR, cujo motorista, Antônio Valença, 24, sofreu ferimentos leves. Todos os ocupantes do Fusca (Paulo Miasaki, 28; Tereza Miasaki, 58; Maria Valença, 20; e Julieta da Conceição, 55) morreram no local. O motorista do

### Prefeito de cidade do Ceará é morto por desconhecido

Do Correspondente em Fortaleza

O prefeito de Maracanaú (município da região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará), Almir Freitas Dutra (PDS), morreu ontem, às 22h30, após ser atingido na cabeça por disparos de revólver. O crime ocorreu quando Dutra e sua mulher, Angela Maria, saíram de uma churrascaria da cidade, nas proximidades da casa do prefeito. Segundo testemunhas, o casal voltava a pé para casa quando um homem mascarado aproximou-se e disparou contra o prefeito.

O fotógrafo Sebastião de Moura Alves, que estava perto de Dutra, disse que o autor dos disparos tinha o rosto coberto por uma máscara carnavalesca, da mesma forma que dois outros homens que, os três mascarados fugiram em um Corcel preto sem placas.

Dutra foi pega chacoalhada pela separação do distrito do município de

### Em MG é preso acusado de assalto a caminhoneiro

Das Agências

Foi preso ontem num sítio localizado na zona oeste de Belo Horizonte (MG) o motorista de caminhão Francisco Pereira de Souza, acusado de integrar a quadrilha de assalto de caminhoneiros que atua na região via Rio-Bahia. Segundo o delegado do Departamento de Polícia do Estado de Minas Gerais Renato Trade, após prisão, desde dezembro Francisco escondera no sítio, cujo dono identificado como Hilton, funcionário da siderurgica Mannesmann. Ele seria um dos maiores receptáculos de cargas roubadas de caminhões.

O delegado Trade disse que Francisco aliciava caminhoneiros que simulassem assaltos, passando a carga para a quadrilha, sob o pretexto de que as bobinas de aço inoxidável e chapa de ferro. Em seguida, faziam denúncia de assalto à polícia. De posse do caminhão, a quadrilha o desmontava para vender as partes. Ocasionalmente, também roubavam



## INVISIBILIZAÇÕES E SEGREGAÇÕES: TERRITÓRIOS DE CONSUMO E APROPRIAÇÃO CAPITALISTA

Historicamente, grande parte dos espaços de sociabilidade LGBT nas cidades tem sido produzida como territórios de consumo, a partir de uma visibilidade mercantilizada que se reflete no espaço urbano através da formação de mercados segmentados, muitas vezes voltados especificamente à uma parcela mais elitizada dessa população. Assim, o desenvolvimento do “pinkmoney” como segmento econômico tem ensejado a possibilidade de uma experiência homossexual realizada por meio do consumo (Bulgarelli, 2018).

A sigla GLS, por exemplo, utilizada antigamente, foi criada pelo mercado e não pela militância como um conceito para referir-se a um grupo consumidor específico e definir espaços, produtos e serviços gay-friendly. A sigla indicava tanto as pessoas que se identificavam como Gays (G) e Lésbicas (L), como as “Simpatizantes” (S), numa intenção de alcançar um maior número de consumidores e usuários potenciais. Com o tempo, essa sigla caiu em desuso, por ser considerada excludente e pela tentativa de dissociar a comunidade de conceitos mercadológicos e consumistas. Assim, a sigla LGBT passou a ser empregada com um caráter mais político-social, referindo-se ao conjunto das minorias sexuais e de identidades de gênero.

Muitos dos territórios de consumo homossexual, sobretudo quando apresentam uma tendência à homogeneização dos espaços e das pessoas que os habitam, se consolidam como “guetos gays” (Perlongher, 1987), notórios em cidades da América do Norte e da Europa. Contudo, em um olhar mais atento, essa noção de guetificação não se aplica à

cidade de São Paulo, nem a outras cidades brasileiras (Facchini, et al. 2014) (Puccinelli, 2017). Isso porque a espacialização dos territórios de encontro e cultura LGBTQIA+ não se trata de um recorte espacial segregado, pois não há uma tipificação homogênea dos frequentadores, como na região do Arouche, apropriado por corpos diversos e interseccionais. Assim, o que existe na realidade é o desenvolvimento de um circuito devido a mobilização do mercado relacionada a cena gay (vide mapa 05 e 06 - Presenças LGBTQIA+).

Esse fenômeno de apropriação do capital cultural por parte do mercado está relacionado com as estratégias de marketing para vender espaços como sendo cosmopolitas, intencionalmente produzidos para serem reconhecidos como charmosos e sofisticados. Nesse sentido, o consumo da diferença é incorporado pelo lucro, de maneira a tomar como imagem de referência o consumidor homem, gay, branco e afluente, por constituírem o segmento mais rentável do nicho LGBTQIA+ no mercado, tendendo assim a refletir os ideais, estilos e comportamentos concebidos pela sociedade heteronormativa capitalista e hegemônica (Rodrigues, 1996, apud Camara, et al. 2011).

Nesse sentido, a construção que personifica a comunidade LGBTQIA+ em uma identidade homogênea branca e elitizada é frequentemente utilizada por parte do capital como estratégia de consumo e mercantilização do espaço urbano, invisibilizando, segregando e marginalizando os corpos mais vulneráveis que existem e resistem no espaço, e deslegitimando as territorialidades que produzem.

Portanto, é essencial a reconfiguração dos estudos sobre os territórios de sociabilidade LGBTQIA+ a partir de uma perspectiva interseccional, em que a articulação dos diversos marcadores sociais

da diferença, como identidade de gênero, raça, classe e orientação sexual, são centrais para a compreensão de sistemas de opressão que refletem o cruzamento e a coexistência das múltiplas formas de desigualdades e injustiças sistêmicas, através das quais algumas identidades e corpos são imbuídos de valor e legitimidade, enquanto outros são desvalorizados e marginalizados (Davis, 1981; Gonzalez, 1987; Hill Collins, 1990; Crenshaw, 1995;).

Diversos movimentos LGBTQIA+ interseccionais e politizados contra opressões e violências, na luta pela conquista de direitos, têm denunciado a apropriação e incorporação dos discursos do movimento e da diversidade sexual ao capitalismo e à economia de mercado, incluindo especialmente o modelo de homem gay, cisgênero, branco e de classe média alta. Desde uma perspectiva do orgulho crítico, reivindicam a desmercantilização do movimento, contra o “capitalismo rosa”, que prega o consumismo como sinônimo de visibilidade e como forma de acabar com as opressões, quando na realidade constitui um discurso despolitizado, a partir de uma retórica falsa de empoderamento e “diversidade” que segrega os corpos mais vulneráveis, e objetiva somente a acumulação capital a partir de um consumo cultural especializado.

Um olhar crítico desde e sobre o espaço urbano acerca dessas questões deve analisar e relacionar tais processos de apropriação pelo capitalismo com as dinâmicas imobiliárias de produção do espaço urbano e as intervenções públicas que incidem sobre o território. É fundamental articular os debates sobre os processos de gentrificação e sua relação com empreendimentos comerciais e residenciais voltados para o público homossexual elitizado como uma das múltiplas estratégias do mercado imobiliário para a valorização excessiva do preço do solo urbano e para a expulsão de grupos populares considerados indesejáveis.



IMG. 36/ MANIFESTAÇÃO CONTRA O CAPITALISMO ROSA, MADRID (2013). FONTE: WIKI COMMONS.



## DISPUTAS TERRITORIAIS EM TORNO DO LARGO DO AROUCHE

Segundo o Sindicato de Habitação de São Paulo (SECOVI - SP), de 2010 à 2017, houve um aumento de 111% no número de lançamentos residenciais na região central da cidade de São Paulo. Nesse mesmo período, foram registrados 36 novos empreendimentos imobiliários apenas na Subprefeitura da Sé, 11 deles na região do Largo do Arouche e praça da República (vide mapas 07, 08 e 09 - Lançamentos Imobiliários Residenciais 1985-2017). Este fato não se mostra isolado, pois acompanha as dinâmicas mais recentes, sobretudo a partir da primeira década dos anos 2000, de retomada do Centro pela classe média e alta, depois de mais de duas décadas sendo a região com mais evasão de moradores (Puccinelli, 2017).

Essa retomada se baseia tanto no aproveitamento da infraestrutura urbana existente, como nos recentes investimentos públicos em consonância com as estratégias do mercado imobiliário voltadas a atrair determinado público, uma vez que a construção civil aposta nos serviços e equipamentos da região central como substrato ideal para investimentos imobiliários tendo em vista também os planos de intervenção pública na região (vide mapas 11 - Projetos de Intervenção Urbana e 12 - Zoneamento).

Dessa forma, a área central de São Paulo é apresentada como epicentro de um plano de investimento no sentido de alterar seu perfil social. Processos de expulsão e limpeza social foram observados nos últimos anos, como na região da Luz, com a demolição de cortiços e sucessivas operações policiais truculentas na área conhecida como “Cracolândia” (Tanielle, 2013), além do aumento do

IPTU acima das taxas empregadas no restante da cidade. Assim, na medida em que as complexidades sociais na região central operam como entraves à expansão imobiliária e à apropriação da região por classes dominantes, são desenvolvidos projetos e políticas higienistas com o intuito de retirar, deliberadamente, os grupos considerados indesejáveis.

Nesse sentido, é fundamental questionar em que medida as intervenções da Prefeitura Municipal têm se mostrado substancialmente a serviço do mercado, de maneira a criar condições para que a lógica da apropriação da renda da terra pelo capital se consolide, sobretudo a partir de estratégias pró-gentrificação (Díaz, 2018), que buscam a “renovação” e “revitalização” do território por meio da expulsão da população mais vulnerável e da atração de consumidores mais rentáveis.

É nesse contexto que a região do Largo do Arouche têm sido laboratório do alinhamento entre os discursos do capital imobiliário com as dinâmicas de reestruturação do centro da cidade (vide mapa 10 - Potencial de Transformação), associado às estratégias de marketing das construtoras para a valorização do espaço a partir do público gay elitizado, ao pautar seus discursos na construção de uma imagem cosmopolita, moderna e “diversa” para a região.

Ao examinar tanto o perfil dos empreendimentos imobiliários lançados nos últimos anos, como os planos e projetos de intervenção público-privados para a região, se vê nítido as iniciativas de “revalorização” e “revitalização” no sentido de consolidar o território como livre de características e pessoas “indesejadas”.

“AQUI, A REPÚBLICA, ESTÁ PASSANDO POR UMA REVITALIZAÇÃO MUITO GRANDE E LOGO ESTARÁ DIFERENTE. JÁ MUDOU BASTANTE E IRÁ MUDAR MAIS AINDA. ESSAS PESSOAS QUE MORAM NA RUA, OS CRACKERS, ESTÃO SENDO EXPULSOS, A GENTE ESTÁ EXPULSANDO ELES DAQUI. SÓ O FATO DE EXISTIR A CONSTRUÇÃO, DE OS PRÉDIOS ESTAREM AQUI, JÁ FAZ COM QUE AS PESSOAS VÃO EMBORA, VÃO PARA OUTROS BAIRROS. A GENTE EXPULSA ELES SÓ COM A CONSTRUÇÃO.”

(ENTREVISTA COM UM CORRETOR DO EMPREENDIMENTO SETTIN REPÚBLICA REALIZADA POR PUCCINELLI, 2017).

Puccinelli (2017) analisou, através de um estudo dos materiais de divulgação dos novos empreendimentos e da oratória de seus vendedores, que muitos apresentavam discursos higienistas como mote de valorização dos imóveis e da região da República e do Arouche, a partir, por exemplo, da expulsão da população em situação de rua e dos usuários de droga, como explicitado no trecho selecionado.

Muitas das peças publicitárias analisadas pelo pesquisador se dirigiam diretamente ao público consumidor masculino homossexual, branco, magro, “bem-sucedido”, reproduzindo os ideais normativos hegemônicos, bastante distante da dinâmica atual de apropriação do Largo do Arouche, sobretudo por mulheres trans e jovens gays negros que não perfomam masculinidade, de classes populares e, em sua maioria, moradores das periferias de São Paulo.

“VOCÊS SABEM, CONHECEM, AQUI TEM MUITO GAY, NÉ. ISSO É BOM PARA VOCÊS. E TEM UM PESSOAL DE DOMINGO TAMBÉM QUE É MAIS BAGUNCEIRO. EU NÃO SEI SE ELES VÃO CONTINUAR AQUI, MAS DO SEU APARTAMENTO, MESMO NOS ANDARES MAIS BAIXOS, VOCÊS NÃO VÃO OUVIR NADA.”

(ENTREVISTA COM UM CORRETOR DO EMPREENDIMENTO BK30 AROUCHE REALIZADA POR PUCCINELLI, 2017).



IMG. 37/ EDIFÍCIO BK30 (2018). FONTE: SITE DE DIVULGAÇÃO BKO INCORPORADORA.

IMG. 38/ SETTIN REPÚBLICA (2020). FONTE: SITE DE DIVULGAÇÃO SETTIN INCORPORADORA.

Observa-se que as dinâmicas do mercado imobiliário na região do Arouche têm explorado e se apropriado da identificação do território como sendo um espaço de presença gay - pautada no perfil do homem cis branco de alto poder aquisitivo - para supervalorizar os preços dos empreendimentos, invisibilizando e marginalizando não somente os segmentos populares da comunidade LGBTQIA+ que ocupam o Largo, mas também os demais grupos vulneráveis presentes na região, como a população em situação de rua, considerados indesejados ao representarem para o mercado um empecilho às vendas e à consolidação da alteração do perfil social da região (Pucinelli, 2017).

Nesse contexto em que o estigma e a discriminação da presença de populações marginalizadas na região passaram a ser declarados de forma ainda mais direta, algumas instituições da região do Arouche, com apoio de moradores predominantemente de classe alta do Largo (vide mapa 03 - Moradia) manifestaram abertamente a intenção de expulsar os grupos populares, através de uma carta da Federação Nacional do Turismo (Fenatur) – com sede no Largo do Arouche – de 2014, destinada ao prefeito de São Paulo na época, Fernando Haddad, cobrando providências frente aos “problemas” causados pela “tribo GLS” e pelos “sem-teto” que “destroem” a área do Largo:

“O LARGO DO AROUCHE É UMA DAS PRAÇAS MAIS ANTIGAS E BELAS DA CIDADE DE SÃO PAULO. CONSTANTEMENTE, A SUA PREFEITURA VEM REALIZANDO BENFEITORIAS NO LARGO E QUE RAPIDAMENTE SÃO DESTRUÍDAS PELOS “SEM TETO” E TRIBOS GLS, QUE FREQUENTAM O LOCAL E O TRANSFORMAM EM SEUS DORMITÓRIOS, BANHEIROS E MOTEL A CÉU ABERTO. HOJE, O LARGO DO AROUCHE É UM LUGAR DECADENTE E QUE DEVE SER EVITADO.”

[TRECHO DA CARTA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DO TURISMO, 2014].

A região do Arouche é, portanto, palco de conflitos e disputas territoriais entre diferentes atores, por um lado conformado por empresários do mercado imobiliário e por entidades como a Fenatur e, por outro, pela apropriação popular do Largo enquanto um espaço histórico de memória e resistência LGBTQIA+, cujas identidades têm se transformado ao longo do tempo em um sentido mais diverso e interseccional. Assim, é sobretudo a partir desse contexto que o poder público passa a atuar de forma mais incisiva na região, adotando posições diferentes durante a gestão de Fernando Haddad do PT (2013-2016), e, posteriormente, durante a gestão de João Dória e Bruno Covas do PSDB (2017-2020).

Durante a gestão de Haddad, por meio da Coordenação de Políticas para LGBTQIA+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, foram desenvolvidas ações e programas específicos voltados à essa população, tendo parte das políticas territorializadas na região do Arouche. Entre as principais ações estão a criação de três Centros de Cidadania LGBTQIAs, localizados no Largo do Arouche, em Santo Amaro e São Miguel Paulista, inaugurados em 2015 e 2016 respectivamente, para a promoção da cidadania LGBTQIA+ a partir do suporte e apoio aos serviços públicos municipais, por meio de mediação de conflitos, palestras e sensibilização de servidores, bem como da realização de debates, palestras e seminários. Além das sedes fixas, foram implantados quatro Unidades Móveis que percorrem São Paulo levando serviços que os Centros de Cidadania fornecem, que incluem assistência à saúde, assistência jurídica, atendimento às vítimas de violência, de preconceito e de discriminação, com acompanhamento para a realização de boletins de ocorrência, além de apoio psicológico e de serviço social.

Em 2015 também foi desenvolvido por essa gestão o programa Transcidadania, o primeiro projeto público do Brasil para atender especificamente a mulheres e homens transsexuais em situação de vulnerabilidade, através da promoção da reintegração social por meio da capacitação educacional, qualificação profissional, intermediação na busca por trabalho e redistribuição de renda para o auxílio dos estudos. O programa foi desenhado a partir de uma articulação conjunta entre diferentes coordenadorias e secretarias e buscou parcerias com escolas municipais, a fim de promover um maior alcance das atuações e trazer inovações para as leis que tratavam de direitos trans, como a questão do nome social e da hormonioterapia, que até então não tinham resultados tão efetivos, pelo fato da população mais vulnerável não ter conhecimentos e acesso a todos os instrumentos que podem ampará-las. Ademais, o programa contribuiu para a formação política através de cursos sobre cidadania, direitos humanos, gênero e ativismo, uma vez que objetivo do projeto era que as pessoas atendidas fossem agentes ativos de suas histórias (Miranda, 2017).

O Transcidadania atendeu em torno de 100 pessoas quando foi implementado e, embora não tenha correspondido à demanda absoluta das pessoas transsexuais em situação de vulnerabilidade em São Paulo, constituiu um marco importante e um ponto de inflexão no âmbito das políticas públicas LGBTQIA+, ao ser o primeiro programa a atender um dos grupos mais vulneráveis vítimas de violência de gênero e transfobia, tanto nos núcleos familiares, como nas ruas, além de constituírem grande pacerla da população em situação de prostituição segundo os dados de 2019 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que estimou que 90% das pessoas trans recorrem à prostituição como profissão em ao menos algum momento da vida devido à extrema dificuldade de inserção em outros

mercados de trabalho. Essas conquistas foram fruto das constantes articulações de movimentos e coletivos mobilizados em desenvolver propostas e reivindicar tais políticas, ademais da inserção de ativistas nos espaços de decisão institucional.

Nesse mesmo período durante a gestão de Haddad, diferentemente das políticas e ações mais estruturais implementadas, foi desenvolvido um projeto temporário de urbanismo tático no Arouche, o “WikiPraça”, territorializado no Largo como parte do Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania (POEPC), conduzido pela Coordenação de Direito à Cidade da Secretaria de Direitos Humanos de São Paulo em parceria com a rede Futura Media, fundado pelo espanhol Bernardo Gutiérrez. Criado originalmente na Espanha em 2006 e implementado em 2012 em bairros de classe média/alta na cidade do Rio de Janeiro, o WikiPraça é definido por seus idealizadores - principalmente arquitetos e designers - como um projeto baseado no placemaking para a “reinvenção” dos espaços públicos de forma colaborativa, através da criação de redes de contato entre diferentes atores presentes no território, com o objetivo de ressignificar o espaço por meio de intervenções pontuais utilizando mecanismos e ferramentas digitais de “hackeamento social” e novas tecnologias da informação.

O projeto implementado no Largo do Arouche em agosto de 2014, e que durou apenas um ano, foi publicizado pela prefeitura como “uma ação voltada ao reconhecimento e fortalecimento do direito à cidade das pessoas da comunidade LGBTQIA+ em São Paulo por meio de aulas públicas com temas de participação política, cidadania e protagonismo social, direitos humanos e sexualidade, memória histórica da comunidade LGBTQIA+ e seus direitos”. No entanto, ao analisar a materialização do programa e depoimentos de participantes foi possível observar



que esses temas não foram de fato tratados com Nesse sentido, o “Wiki Arouche” mostrou-se, por vezes, bastante desconexo com a realidade local, ao importar uma referência europeia e tentar replicá-la sem considerar as características e especificidades locais, ignorando questões estruturais de populações vulneráveis que ocupam a região e que carecem de políticas públicas que compreendam suas necessidades e enfrentem questões mais profundas que apenas a elaboração de mobiliários ou hortas urbanas, como desenvolvido no Largo do Arouche durante o projeto.

Com a mudança de gestão da prefeitura de São Paulo em 2017, foi alterada a maneira como estava sendo conduzido o enfrentamento das questões relacionadas às vulnerabilidades da comunidade LGBTQIA+ em São Paulo e a mediação dos conflitos e disputas territoriais na região do Arouche. O governo de João Dória mostrou-se diretamente alinhado aos interesses do mercado imobiliário e aos anseios de reestruturação do centro da cidade a partir de um plano de investimento no sentido de alterar seu perfil social por meio de políticas higienistas e processos de expulsão e limpeza social.

Antes mesmo de assumir o mandato, Dória anunciou, no final de 2016, o projeto de revitalização do Largo do Arouche, em parceria com o escritório franco-brasileiro Triptyque. O projeto, denominado Petit Paris, remete ao desenho urbanístico de inspiração francesa dos Boulevards parisienses de Haussman, uma proposta desconexa com a realidade do território e que invisibiliza tanto as memórias e resistências LGBTQIA+ do Arouche, como os grupos populares que ocupam o Largo. O custo total das intervenções foi estimado em R\$ 3,8 milhões, valor arrecadado por meio de parcerias com empresas privadas como o Consulado Francês.



“FREQUENTEMENTE A REVITALIZAÇÃO SIGNIFICA DESVITALIZAÇÃO POR MEIO DA GENTRIFICAÇÃO. OS GRUPOS QUE CRIAM UM COTIDIANO COMUNITÁRIO DIVERSO, ESTIMULANTE E TRANSFORMADOR ACABAM POR PERDÊ-LO PARA AS PRÁTICAS PREDATÓRIAS DOS AGENTES IMOBILIÁRIOS E DOS CONSUMIDORES DE CLASSE ALTA. O PODER POLÍTICO FREQUENTEMENTE PROCURA REORGANIZAR AS INFRAESTRUTURAS URBANAS E A VIDA URBANA COM O OBJETIVO DE MANTER AS POPULAÇÕES SOB CONTROLE. O CASO MAIS FAMOSO É O DOS BULEVARES PROJETADOS POR HAUSSMANN, EM PARIS, QUE MESMO NA ÉPOCA JÁ ERAM VISTOS COMO UM MEIO DE CONTROLE DAS ATIVIDADES E INSURGÊNCIAS DOS CIDADÃOS.”

(HARVEY, 2012).

O escritório Triptyque contou com a consultoria da empresa IVM Institut pour la Ville en Mouvement, que publicou um relatório, de 2017, que reitera esse discurso higienizador do projeto, ao não tecer um amplo diálogo com a comunidade local, e apontar a comunidade LGBTQIA+ como uma “categoria problemática” da região.

“NAS ENTREVISTAS COM ALGUNS FREQUENTADORES, PERCEBEU-SE QUE A MAIORIA ACREDITA QUE O LARGO PIOROU COM O PASSAR DOS ANOS, RESUMIDAMENTE DEVIDO A UMA MUDANÇA DE PERFIL DO PÚBLICO QUE PASSOU A FREQUENTAR O LOCAL – O QUE ANTES ERA UM ESPAÇO TRANQUILO E MAIS FAMILIAR TRANSFORMOU-SE EM UMA REFERÊNCIA PRINCIPALMENTE PARA O PÚBLICO LGBTQIA+.”

(RELATÓRIO IVM, 2017).

Com o objetivo de fazer frente à iniciativa de Dória, foi formada em 2017 uma Frente de Proteção da Diversidade do Arouche (FPDA), com dezenas de coletivos ativistas, mandatos e lideranças de movimentos sociais, em favor de um plano que consolidasse o Arouche como um território de identidade LGBTQ+ e, especialmente, em favor dos corpos mais vulneráveis que ocupam a região, como as trans e travestis negras e periféricas, que encontram no Arouche uma oportunidade e possibilidade de vida. A Frente conseguiu, juntamente com alguns vereadores como Eduardo Suplicy (PT) e Sâmia Bomfim (PSOL), que a Câmara Municipal organizasse Audiências Públicas com a população para que se debatesse a proposta, contudo, nenhuma revisão do projeto foi realizada.

Em 2018, a Frente apelou aos órgãos de patrimônio, uma vez que o Largo é um bem tombado pelo

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) e está demarcado como uma Área de Proteção Paisagística (APP) (vide mapa 02 - Patrimônio e Memória). Assim, foi protocolado um pedido de reconhecimento do Arouche como patrimônio imaterial da comunidade LGBTQ+ por conta da importância e relevância histórica, social, cultural e política”. Contudo, o Condephaat e o Conpresp negaram as reivindicações da Frente e aprovaram, em abril de 2018, o projeto elaborado pelo escritório Triptyque sem nenhum diálogo ou participação da comunidade, apesar de três pareceres terem sido contrários à proposta, dois de arquitetos da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), José Antonio Zagato e Silvia Ferreira Wolff, e um da representante do Instituto de Arquitetos do Brasil no Condephaat, Sarah Feldman.

Os pareceres contrários ao projeto afirmaram que a apresentação da proposta como um projeto de “revitalização” do Largo do Arouche é, em si,

IMG. 39/ PROJETO PETIT PARIS DO ESCRITÓRIO TRIPTYQUE (2019). FONTE: ARCHDAILY.

IMG. 40/ ANÚNCIO DO INÍCIO DA REFORMA NO LARGO PELA PREFEITURA (2019). FOTO: MARCEL STEINER.





problemática. O Largo do Arouche é um espaço público dinâmico, diverso e ativo, plenamente dotado de “vida” diuturnamente. Enquanto no período diurno o que lhe confere maior característica são as atividades comerciais variadas, à noite é a apropriação da vida local, por distintos grupos sociais, que confere sua agitação, pluralidade e também mais segurança. Nesse sentido, as problemáticas do Largo do Arouche são essencialmente do âmbito de políticas sociais, e não de intervenções físicas baseadas em referentes europeus que descaracterizaram tanto sua configuração e ocupação atual, como a sua memória.

Embora o projeto de “revitalização” do Arouche tenha sido iniciado em abril de 2019, uma decisão liminar proposta pelo Ministério Público de São Paulo, alegando que as mudanças propostas pelo projeto poderiam causar danos permanentes ao Largo, determinou a paralisação das obras, que permaneceram embargadas por seis meses. Dentre as análises contrárias ao projeto realizadas pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), destacam-se:

A PROPOSTA APRESENTA SÉRIAS CONTRADIÇÕES ENTRE O DIAGNÓSTICO DA REGIÃO – QUE INDICAM PROBLEMAS DE GESTÃO URBANA E INSUFICIÊNCIA DE POLÍTICAS SÓCIAS PARA SEU ENFRENTAMENTO – E A INTERVENÇÕES PRETENDIDAS, QUE TRATAM O ESPAÇO APENAS NA PERSPECTIVA IMOBILIÁRIA CONSTRUTIVA;

O PROJETO PROPÕE A FRAGMENTAÇÃO DO LARGO, POIS NÃO O CONSIDERA EM SUA TOTALIDADE, UMA VEZ QUE APENAS DUAS DAS SEIS QUADRAS SERIAM REFORMADAS, RESULTANDO EM SETORES QUE PASSARÃO A TER TRATAMENTOS E PARTIDOS ARQUITETÔNICOS COMPLETAMENTE DISTINTOS, INTERFERINDO EM SUA PERCEPÇÃO E OCUPAÇÃO COMO ESPAÇO PÚBLICO URBANISTICAMENTE UNITÁRIO;

A MULTIPLICIDADE DE NOVOS USOS AO ESPAÇO PODERÁ DEGRADÁ-LO PELO EXCESSO DE ATIVIDADES E OCUPAÇÕES SIMULTÂNEAS, ALÉM DE DESCARACTERIZAR SEUS CANTEIROS

AJARDINADOS PARA ABRIGAR NOVAS INSTALAÇÕES – COMO QUIOSQUES, ARQUIBANCADAS, PALCO E “ESPAÇO KIDS” – CUJAS DEMANDAS SE FORAM COLETADAS NÃO FORAM APRESENTADAS –, E ALTERAM SUBSTANCIALMENTE O DESENHO HISTÓRICO DOS CANTEIROS AO INVÉS DE RECUPERÁ-LOS;

O POTENCIAL RISCO DE DANO À MASSA ARBÓREA, A VEGETAÇÃO RASTEIRA E PERMEABILIDADE DO SOLO DO LARGO, POR MEIO DE ALOCAÇÃO DE INSTALAÇÕES PERMANENTES SOBRE OS CANTEIROS OU NA IMEDIATA ADJACÊNCIA DE RAÍZES AFLORADAS OU NO SUBSOLO DE ÁRVORES DE GRANDE PORTE;

O POTENCIAL RISCO DE DANOS PERMANENTES À AMBIÊNCIA DO AROUCHE EM RAZÃO DA INSERÇÃO DE DIVERSAS INSTALAÇÕES A UM ESPAÇO PÚBLICO JÁ DOTADO DE DIVERSOS ELEMENTOS VISUAIS NATURAIS E ARTIFICIAIS, CAUSANDO ADENSAMENTO CONSTRUTIVO, CRIAÇÃO DE FACES CEGAS INSEGURAS E PONTOS DE OBSTRUÇÃO FÍSICA E VISUAL À CIRCULAÇÃO E OCUPAÇÃO DO LARGO.

Durante o período de paralisação do projeto, o Largo foi abandonado pela Prefeitura que, além de não retirar os entulhos da obra, cortou a iluminação pública da praça, contribuindo para a insegurança da região em uma clara intenção de expulsar os usuários que seguiam se articulando, resistindo e ocupando o local, mesmo em meio às condições precárias que o projeto causou após a colocação de tapumes na praça e a retirada do mobiliário urbano original.

Após a revisão técnica do projeto pela Prefeitura e pelo escritório Triptyque – fato que não alterou significativamente o partido da proposta, que seguiu sob a definição de “Pequena Paris”, sem estabelecer um diálogo real com a comunidade que ocupa o Largo do Arouche –, as obras foram liberadas e retomadas em outubro de 2019. A primeira fase do projeto do Largo foi concluída em março de 2020, com a retirada dos tapumes e a reabertura dos trechos interditados. No entanto, essa primeira etapa, que teve um custo em torno de R\$2,5 milhões, limitou-se a concretagem

do piso e ao alargamento de calçadas, de forma que são poucas as alterações físicas perceptíveis, e até o momento não existe uma previsão para o término das demais etapas do projeto, que deixou de ser administrado pelo escritório Triptyque e passou a ser da Associação Viva Centro.

Embora as alterações físicas no Largo tenham sido pequenas até o momento, o impacto da idealização da proposta apresentada como uma “revitalização” do Arouche foi muito forte. Por um lado, no sentido de reforçar estigmas e discriminações contra os diferentes grupos sociais que ocupam o Largo mas que não se encaixam nesse padrão almejado de “Pequena Paris” – e portanto, não deveriam estar presentes. Por outro, como estratégia para o mercado imobiliário, que têm se apropriado das narrativas e propagandas em torno da proposta de reconfiguração social do Arouche para atrair ainda mais um determinado público de elite e supervalorizar o preço do metro quadrado da região. Este é o caso, por exemplo, do empreendimento imobiliário Boulevard Arouche da construtora Constrac lançado em 2020 em frente ao Largo, que não somente leva em seu nome a própria denominação do projeto, como explora em todos seus materiais de divulgação a existência da intervenção na região.

“UM PROJETO ÚNICO, SITUADO NO CENTRO DE UM DOS BAIRROS MAIS TRADICIONAIS DE SÃO PAULO. PERFEITA LOCALIZAÇÃO, POSICIONADO EM MEIO À REVITALIZAÇÃO DO LARGO DO AROUCHE. SINTA A RARA OPORTUNIDADE DE MORAR EM UM DOS MAIS IMPORTANTES CARTÕES POSTAIS DA CIDADE, TOTALMENTE REVITALIZADO POR UM PREMIADO ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA. UM PROJETO ESPETACULAR QUE PRESERVA TODA A TRADIÇÃO DO CENTRO, TRAZENDO NOVOS ESPAÇOS DE LAZER E CONVIVÊNCIA, COM DESIGN MODERNO E CHARME EUROPEU, QUE FARÃO PARTE DO SEU DIA A DIA, PROPORCIONANDO O LIFESTYLE QUE SEMPRE SONHO.”

(MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO SITE DO EMPREENDIMENTO BOULEVARD AROUCHE).



IMG. 41/ CARTAZ DE DIVULGAÇÃO BOULEVARD AROUCHE (2020). FOTO: AUTORIA PRÓPRIA.



Nesse contexto de intensificação das atividades do mercado imobiliário alinhadas a um processo de limpeza social na região, um dos principais Centros de Acolhimento a pessoas LGBTQ+ de São Paulo, o CC Arouche da General Jardim – que já havia sido alvo de ataques por vândalos no final de 2017 em um claro episódio de ódio contra LGBTQs e trabalhadores que prestavam serviço a essa população –, foi fechado pela Prefeitura em novembro de 2019. A decisão gerou revolta nos coletivos LGBTQs da região, pois o local chegava a atender cerca de 500 pessoas por ano, e somente nas regiões da Santa Cecília, Largo do Arouche, República e Marechal Deodoro aproximadamente 80 LGBTQs em situação de rua estavam sendo atendidas pelo Centro. Segundo a Prefeitura, os atendimentos seriam direcionados ao Centro de Referência e Defesa da Diversidade (CRDD) da República, no entanto este equipamento já se encontrava sobrecarregado, faltavam funcionários e o espaço não comportava as atividades desenvolvidas e, portanto, não seria capaz de atender toda a demanda da região central de LGBTQs em situação de vulnerabilidade social.

A desativação do Centro de Cidadania LGBTQIA+ do Arouche evidenciou o posicionamento da Prefeitura de reforçar a expulsão da comunidade do local, uma vez que o Centro atendia aos grupos mais vulneráveis e fornecia suporte à diversas atividades desenvolvidas por coletivos organizados do Arouche, o que estimulava ainda mais a ocupação da região por esses grupos.

Em meio aos ataques às presenças e apropriações LGBTQIA+ populares do Arouche, esses grupos têm se articulado buscando resistir aos processos de expulsão em curso e garantir sua histórica ocupação sócio-cultural e política do território. O coletivo Arouchianos, criado em 2016 por Gedielson Rodrigo



IMG. 42/AROUCHE, UMA FOTOBIOGRAFIA  
(2019). FOTO: AUTORIA PRÓPRIA.

Costa, Helcio Beuclair e Lucas Killer, atualmente formado por 24 integrantes, tem atuado de forma territorializada no Largo a partir de reivindicações junto ao poder público e da articulação de eventos, debates, atos, oficinas e apresentações culturais com o objetivo de fortalecer o Largo do Arouche como um bem comum, empoderar os corpos que o ocupam, e garantir a visibilidade, representatividade e reconhecimento dessa ocupação. O coletivo busca também ampliar as redes de apoio para os grupos mais vulneráveis por meio de programas humanitários para a população LGBTQIA+ em

situação de prostituição e em situação de rua, e por meio da articulação de estratégias em rede para o fortalecimento de oportunidades de moradia, estudo e trabalho para a comunidade.

A formação de coletivos de acolhimento e proteção entre LGBTQIA+ é uma forma de articulação muito frequente entre jovens vindos das periferias que, ao não serem aceitos na sociedade e se sentirem constantemente ameaçados - dentro e fora de casa -, buscam unir-se e estruturar redes de apoio no esforço de conquistar o espaço público das cidades sem serem violentados. Esses coletivos se autodenominam como “Famílias LGBTQs” e adotam um sobrenome em comum, pois ao não serem aceitos em seus núcleos familiares, buscam reinventar suas relações e unir-se não pelos laços de sangue, mas pelo afeto.

Algumas dessas famílias começaram a ser formadas em São Paulo durante a ditadura militar, na década de 70. Essas redes de pais, mães, irmãos e irmãs com sobrenomes como D'Matthah, Lobos, Mad Queen, Stronger e Vallentyne Lawinny, cresceram, se multiplicaram e se transformaram em importantes espaços de resistência e sociabilidade. Apesar de atualmente, em sua maioria, morarem em bairros distantes da parte central da cidade – ou em bolsões periféricos do centro –, a região do Largo do Arouche é um importante território onde diferentes Famílias LGBTQs se encontram e formam suas subjetividades.

Na luta pela valorização da memória e pela garantia da ocupação desses corpos que resistem no Largo, o Coletivo Arouchianos e a Família Stronger, em parceria com a Casa da Lapa e com apoio da Secretaria Municipal de Cultura, por meio do Programa de Ação Cultural de São Paulo (PROAC), desenvolveram o livro “Arouche, uma Fotobiografia”,



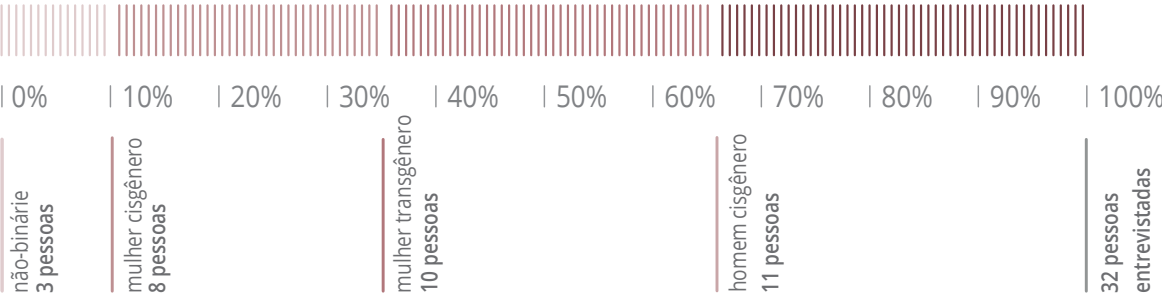
como um manifesto contra a tentativa de invisibilização e expulsão da comunidade e com o intuito de desestigmatizar o espaço mostrando as pessoas que o ocupam. Segundo um dos produtores do projeto, Julio Docsar, a publicação com os “anônimos do Arouche” consolidou-se como uma mostra viva da resistência da diversidade de pretas e pretos, pobres e periféricos que buscam o Arouche para produzir um novo lugar de vida, e que se não fosse essas pessoas ocupando o território, o Largo estaria hoje abandonado.

### “ANÔNIMOS DO AROUCHE”: ENTREVISTAS COM OCUPANTES LGBTQIA+ DO LARGO

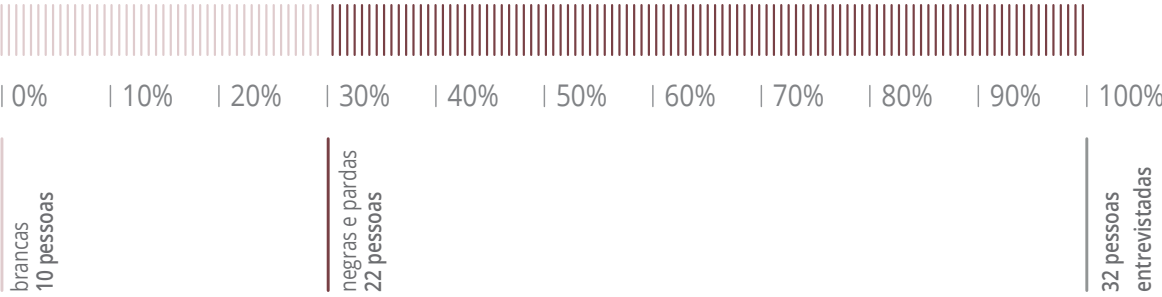
No evento de lançamento do livro “Arouche, uma Fotobiografia”, realizado no Largo do Arouche no primeiro domingo de novembro de 2019, foi possível conversar com maior aproximação com os ocupantes do território, e compreender melhor as identidades e realidades dos corpos que resistem no Largo. Por esse evento ter sido realizado em um período anterior a pandemia, as entrevistas desenvolvidas nessa data foram essenciais para compreender as dinâmicas de ocupação da região em um contexto sem isolamento social.

Foram realizadas 32 entrevistas a partir de um roteiro de perguntas múltipla-escolhas enfocadas em conhecer melhor quem são os ocupantes, em termos de identidade de gênero, raça, orientação sexual, idade, escolaridade e taxa de emprego, e também seus lugares de origem e onde moram atualmente, assim como o tempo como frequentador do Largo, a frequência de ida e período do dia em que frequenta. Ainda, foram abordadas questões como preconceito dentro de casa e liberdade no Largo do Arouche.

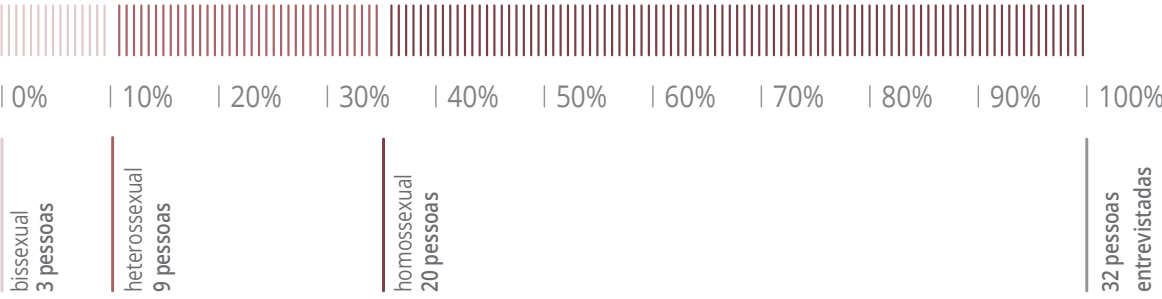
#### GÊNERO



#### RAÇA

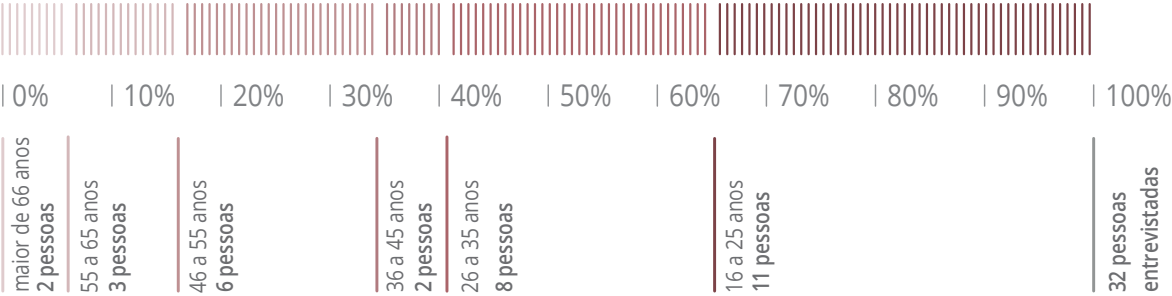


#### ORIENTAÇÃO SEXUAL

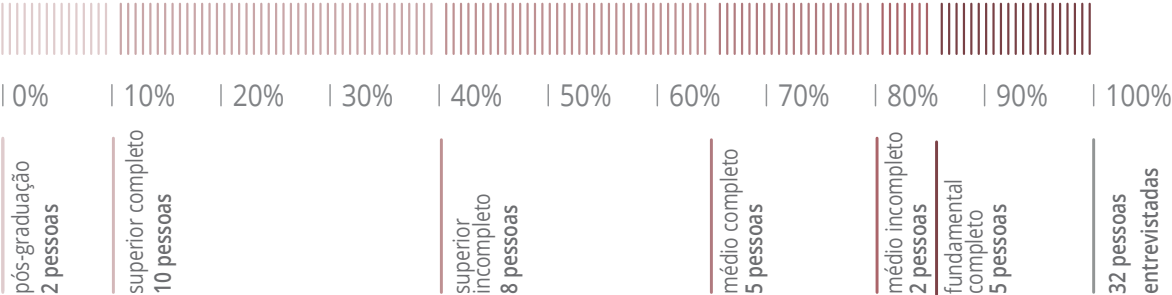




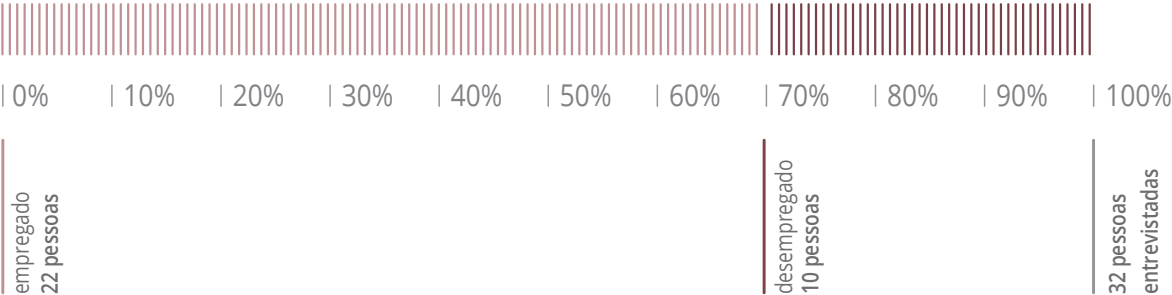
IDADE



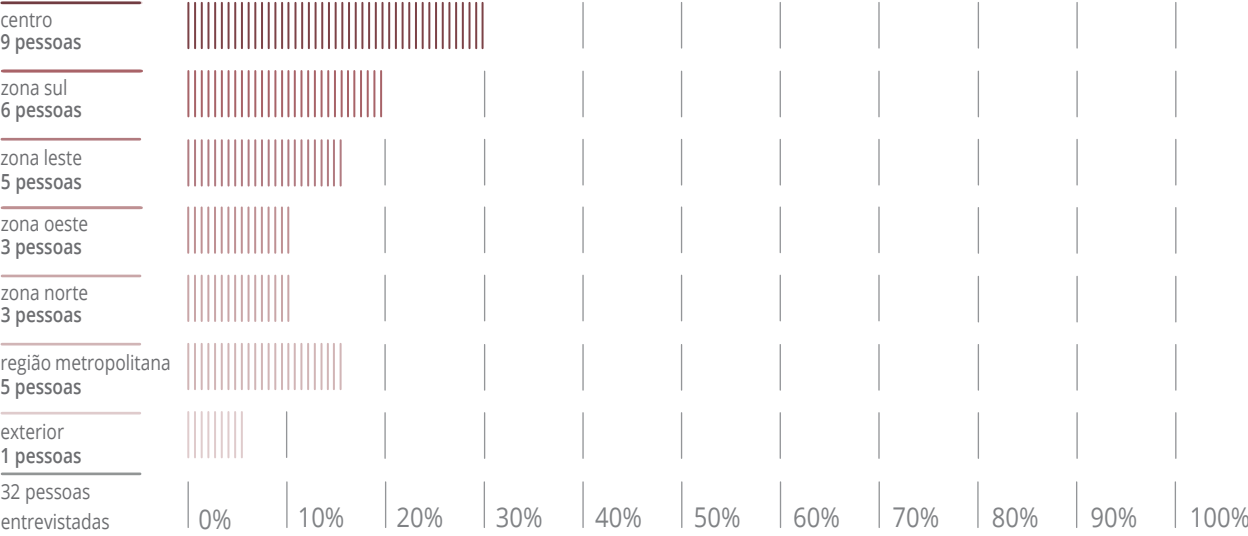
NÍVEL DE ESCOLARIDADE



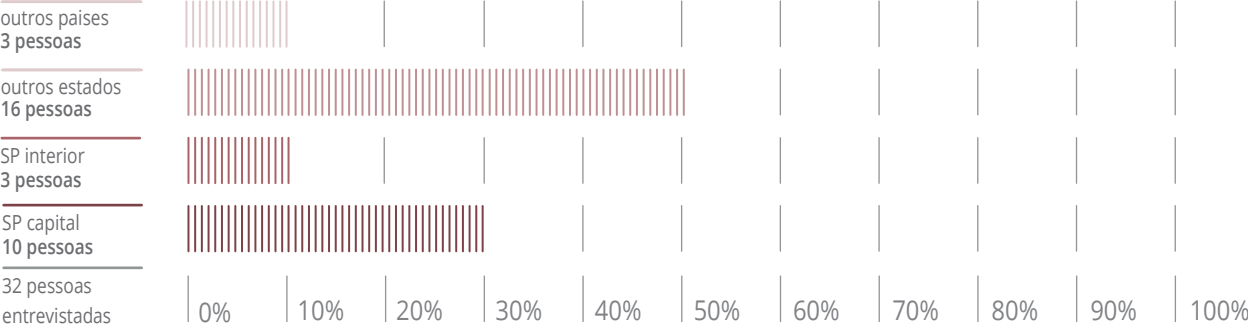
TAXA DE EMPREGO



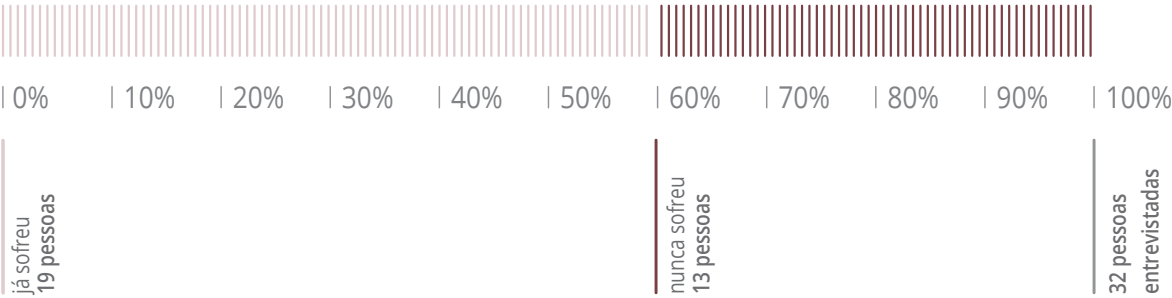
LUGAR ONDE MORA ATUALMENTE



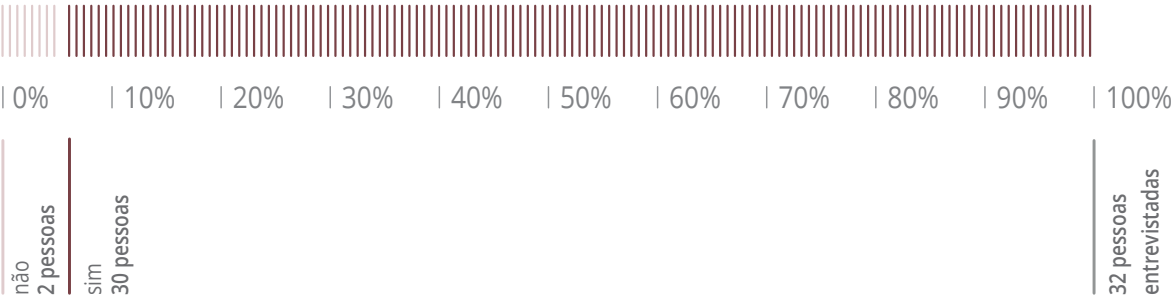
LUGAR DE ORIGEM



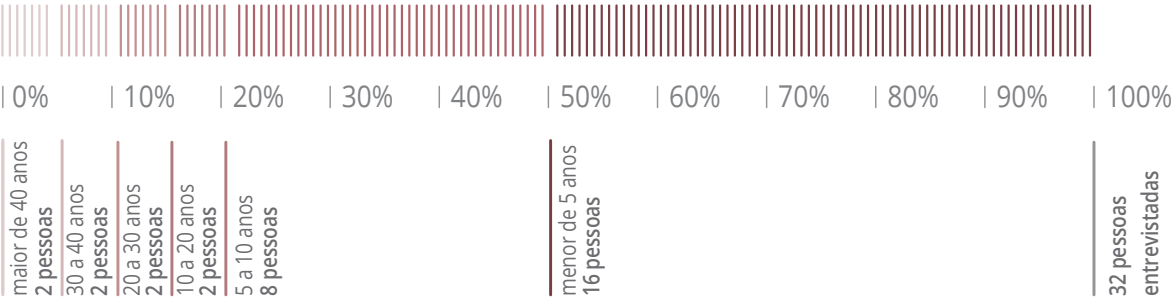
SE JÁ SOFREU PRECONCEITO DENTRO DE CASA



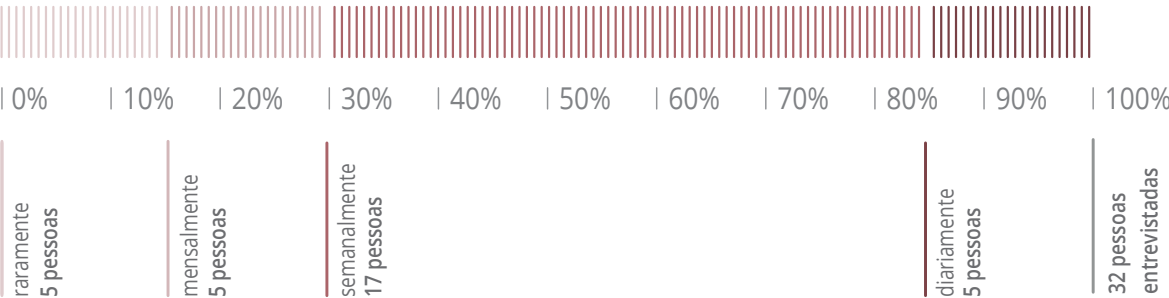
SE SENTE MAIS LIBERDADE NO LARGO DO AROUCHE



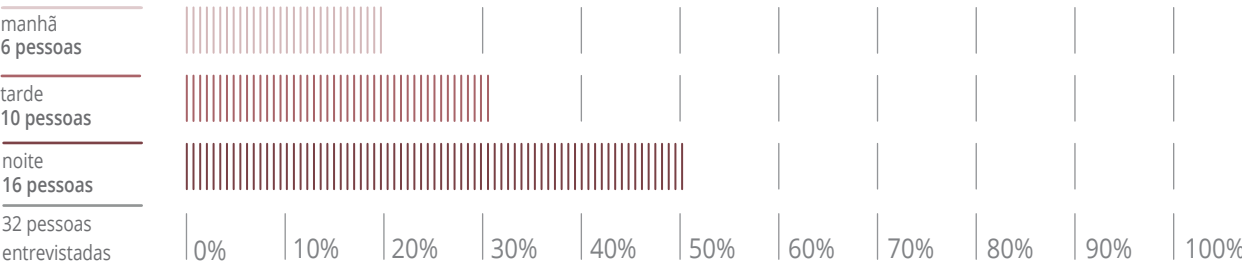
TEMPO COMO FREQUENTADOR(A)



FREQUÊNCIA DE IDA AO LARGO



PERÍODO DO DIA EM QUE FREQUENTA



Com o andamento do trabalho em 2020, e o contexto de pandemia enfrentado, algumas das conversas realizadas no Largo puderam ser aprofundadas em entrevistas online com maior duração e profundidade, realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

Através de uma abordagem interseccional, buscou-se visibilizar e olhar de maneira mais aprofundada as vivências, lutas e articulações dos corpos que resistem no Arouche e como elas se manifestam no espaço urbano, por meio da realização de entrevistas detalhadas com 12 pessoas LGBTQIA+ que ocupam

o Largo, permitindo assim compreender com maior aproximação as subjetividades e territorialidades que produzem, as ameaças e violências sobre seus corpos, e analisar como seus repertórios de ação, sobretudo dos coletivos ativistas territorializados na região, têm se engajado contra os projetos e políticas higienistas no Arouche, investigando as práticas de comunalização desenvolvidas e os principais empecilhos para que suas lutas e resistências se consolidem.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento das entrevistas partiu, primeiramente, do desejo



de dialogar com a diversidade presente no Largo do Arouche em termos não somente de orientação sexual, mas também de identidade e performatividade de gênero, raça, classe, etnia e faixa etária.

Nesse sentido, foram entrevistadas e entrevistados: ativistas dos primeiros movimentos de resistência da região durante a ditadura militar; integrantes do coletivo Arouchianos; integrantes da Família Stronger; participantes do projeto “Arouche, uma Fotobiografia”; mulheres em situação de prostituição na região; artistas Drag Queen da região; integrantes da ONG EternamenteSou localizada no Largo do Arouche voltada à população LGBTQIA+ idosa; moradores LGBTQIA+ do Arouche; e LGBTQIA+ que já estiveram em situação de rua na região.

Tendo em vista que este trabalho foi desenvolvido durante o período da quarentena em São Paulo, devido a pandemia do coronavírus, as entrevistas, em sua maioria, foram realizadas por vídeo chamadas online, de modo que o uso das redes sociais foi essencial para estabelecer os contatos, não obstante as dificuldades encontradas devido ao contexto de distanciamento tenham refletido também no número de pessoas entrevistadas, inferior ao planejado inicialmente. Em alguns casos específicos, que requeriam o contato e o diálogo em campo, as conversas foram realizadas no Largo do Arouche e região.

Na formulação dos roteiros optou-se pela utilização de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas pré-determinadas pensadas visando direcionar a conversa de forma a estimular a pessoa entrevistada a responder os questionamentos desenvolvidos pelo trabalho, mas permitindo também aprofundar

mais ou menos em diferentes assuntos a partir dos caminhos trazidos pela própria pessoa, e incluir novas perguntas e discussões, permitindo assim uma troca mais afetiva durante a conversa, na medida em que a pessoa entrevistada tem espaço para trazer aspectos da sua subjetividade que influenciam em suas visões e vivências.

A elaboração das perguntas dos roteiros se deu de maneira bastante atenta e cuidadosa no sentido de adequá-las a cada uma das pessoas entrevistadas, ainda que mantendo uma estrutura geral organizada em 5 blocos de conversa: história de vida; relação pessoal com o Largo do Arouche; ameaças e segregações no Arouche; redes de apoio e resistências coletivas; e possíveis caminhos para a interseccionalidade LGBTQIA+ no Largo e para além dele.

As entrevistas realizadas foram essenciais para uma compreensão mais sensível e em detalhe das distintas experiências que atravessam corpos tão diversos de acordo com suas próprias realidades e trajetórias, bem como permitiram uma análise mais aprofundada acerca da relação direta e intrínseca entre as vivências desses corpos com o território em que reproduzem grande parte de suas vidas, o Largo do Arouche, manifestando os significados históricos dessa relação para a memória, identidade e resistência LGBTQIA+ interseccional na cidade de São Paulo.

Para além das subjetividades pessoais e das singularidades das pessoas entrevistadas, foi possível extrapolar os diálogos para discussões e interpretações de cunho mais amplo e coletivo. Foram abordadas as ameaças e violações que grupos sociais específicos, considerados indesejáveis, enfrentam dentro e fora do Largo do Arouche, e

as relações dessas segregações e marginalizações com os processos investigados neste trabalho, de transformação e mercantilização do espaço urbano pela apropriação capital, de maneira que diversas conversas se direcionaram também no sentido de questionar o papel e os impactos da Arquitetura e do Urbanismo e do Poder Público nesse contexto.

Ao conversar com coletivos ativistas e organizações territorializadas no Arouche, foi possível identificar com maior aproximação quem são os atores envolvidos e como se estruturam, quais foram e são as motivações para seus engajamentos, e quais são suas estratégias de atuação, a partir do conhecimento de suas pautas de luta e repertórios de ação.

Dessa forma, as entrevistas buscaram investigar como se dão as práticas de comunalização do território desenvolvidas pelos coletivos atuantes no Largo do Arouche e, em que medida, constituem resistências aos processos de limpeza social em curso na região, analisando quais são os principais obstáculos para que as lutas alcancem suas reivindicações e se consolidem em escalas mais amplas e estruturais.

Por fim, a realização das entrevistas permitiu lançar luz sobre possíveis alternativas e estratégias para fortalecer as lutas e resistências LGBTQIA+ interseccionais no Largo e fora dele, e esboçar possíveis articulações e caminhos de enfrentamento a projetos de cidade antidemocráticos, higienistas e mercantilizadores do espaço urbano.

As conversas desenvolvidas no primeiro bloco levantaram questões muito sensíveis acerca das opressões enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+, tanto em seus núcleos familiares, como nas ruas.

“ NASCI EM UMA FAMÍLIA DE TESTEMUNHAS DE JEOVÁ. TENTEI SUICÍDIO TRÊS VEZES AO LONGO DE MINHA VIDA. NUNCA FUI ACEITO DENTRO DA MINHA FAMÍLIA E POR ISSO SAÍ DE ITAMARAJU NA BAHIA E VIM PARA SÃO PAULO. JÁ ESTIVE EM SITUAÇÃO DE RUA E JÁ FUI GAROTO DE PROGRAMA AQUI. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, BISSEXUAL, 35 ANOS, BRÁS). ”

“ ME DESCOBRI LÉSBICA AOS 12 ANOS. FOI UM PROCESSO MUITO COMPLICADO. QUANDO ME ASSUMI, MINHA MÃE NÃO ME ACEITOU, FOI QUANDO SAÍ DE CASA. ELA FICOU UM ANO SEM FALAR COMIGO. (MULHER, CISGÊNERO, BRANCA, LÉSBICA, 25 ANOS, LARGO DO AROUCHE). ”

“ FUI CRIADO EM UM MEIO EVANGÉLICO. COM 12 ANOS, POR NÃO ME ENCAIXAR NAQUELE CÍRCULO, TENTEI SUICÍDIO. A ACEITAÇÃO SEMPRE FOI DIFÍCIL, NA FAMÍLIA, NA ESCOLA, NA RUA. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 25 ANOS, CAPÃO REDONDO). ”

“ NÓS SOMOS MUITO ESTIGMATIZADAS. QUANDO VOCÊ NÃO TEM APARÊNCIA CIS, É MUITO DIFÍCIL, EU JÁ FUI FORTEMENTE AGREDIDA NA RUA MAIS DE UMA VEZ. (MULHER TRANSGÊNERO, NEGRA, HETEROSSEXUAL, 27 ANOS, BRÁS). ”

O Brasil é um dos países com mais assassinatos motivados por LGBTfobia no mundo, com aproximadamente uma morte a cada 23h, segundo a pesquisa desenvolvida em 2019 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a partir de notícias publicadas em veículos de comunicação, informações de parentes das vítimas e registros policiais, de modo que o número de casos pode ser ainda maior, devido ao alto índice de subnotificação.

Além disso, adolescentes e jovens LGBTs têm uma das maiores taxas de suicídio no Brasil. De acordo com a pesquisa realizada pela psicóloga



Daniela Ghorayeb em sua tese de Doutorado “Homossexualidades na Adolescência”, jovens LGBTs que sofrem rejeições da família ou da sociedade têm oito vezes mais chance de ter depressão e cometer suicídio que jovens cis heterossexuais. Dificuldades financeiras também são apontadas como fatores estruturais nesse contexto, devido a impossibilidade de independência e autonomia.

Durante as entrevistas, diversas pessoas relacionaram as vulnerabilidades que atravessam com a necessidade de buscar territórios e círculos sociais em que se sintam seguros, acolhidos e com maiores oportunidades.

“ EU TIVE CONTATO COM O LARGO DO AROUCHE MUITO CEDO, DESDE OS 16 ANOS, PORQUE A GENTE QUANDO SE ENTENDE COMO LGBTQIA+ BUSCA LUGARES SEGUROS, E O LARGO REPRESENTAVA UM LOCAL ACOLHEDOR. O AROUCHE É NOSSO STONEWALL BRASILEIRO, REPRESENTA SEGURANÇA, AFETO, COMPANHEIRISMO, AMIZADE. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 24 ANOS, BUTANTÃ).

“ FOI NO AROUCHE QUE EU CONHECI MEU COMPANHEIRO, MEUS AMIGOS, MEU TRABALHO. QUANDO EU CHEGUEI EM SÃO PAULO ME SENTIA MUITO SOZINHO E DESAMPARADO, FOI NO LARGO DO AROUCHE QUE ENCONTREI MEU REFÚGIO. O LARGO É UM LUGAR DE ACOLHIMENTO PARA HOMENS E MULHERES PERIFÉRICAS, TRANS, NÃO-BINÁRIES, IMIGRANTES, QUE NÃO SÃO DO CENTRO OU DA CIDADE DE SÃO PAULO. EXISTE UM ELO ENTRE AS PESSOAS QUE OCUPAM O LARGO DO AROUCHE. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 28 ANOS, LIBERDADE).

“ O AROUCHE É PRA MIM UM LUGAR DE OPORTUNIDADES. OPORTUNIDADE DE EMPODERAMENTO, DE CONHECER PESSOAS, DE APOIO, DE TRABALHO, DE VIDA. (MULHER TRANSGÊNERO, NEGRA, BISSEXUAL, 37 ANOS, BOM RETIRO).

“ O LARGO DO AROUCHE É UM ABRAÇO. AO MESMO TEMPO QUE É UM AMBIENTE QUE TE PERMITE SER LIVRE, TAMBÉM É UM AMBIENTE QUE PRECISA DE CUIDADO. SOBRETUDO AS PESSOAS QUE ESTÃO AQUI. QUANDO OCUPAMOS O AROUCHE NOS SENTIMOS PARTE DO TERRITÓRIO E QUEREMOS FAZER ALGO POR ELE E PELAS PESSOAS QUE ESTÃO AQUI. (MULHER, CISGÊNERO, BRANCA, LÉSBICA, 25 ANOS, LARGO DO AROUCHE).

“ PARA MIM O LARGO DO AROUCHE FOI UM LUGAR DE FORMAÇÃO MORAL, ÉTICA E POLÍTICA. EU SOU QUEM SOU HOJE GRAÇAS ÀS PESSOAS QUE CONHECI LÁ E A TODOS MOMENTOS QUE VIVI NAQUELE TERRITÓRIO. (HOMEM CISGÊNERO, BRANCO, HOMOSSEXUAL, 60 ANOS, VILA MARIANA).

Em diversos momentos durante as conversas foi enfatizada a importância do território para a construção das vidas e das relações sociais de quem ocupa o Largo do Arouche, e os significados históricos dessa ocupação para a memória e identidade LGBTQIA+ em São Paulo.

IMG. 46/ PROTESTO CONTRA O PROJETO “PETIT PARIS” DE REVITALIZAÇÃO DO LARGO DO AROUCHE (2019).  
FONTE: ACERVO COLETIVO AROUCHIANOS.



IMG. 45/ AROUCHE UMA FOTO BIOGRAFIA (2019).  
FONTE: ACERVO INSTAGRAM @FAMILIASNOAROUCE.



“ A PRIMEIRA REGIÃO EM SÃO PAULO QUE CONHECI FOI A RUA VIEIRA DE CARVALHO NO AROUCHE. NÃO ME ESQUEÇO DA IMAGEM DE DOIS HOMENS DE MÃOS DADAS TROCANDO BEIJOS SEM MEDO. O AROUCHE É UMA ILHA DE ESPERANÇA EM UMA CIDADE E EM UM PAÍS TÃO AGRESSIVO PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+. UMA ILHA QUE RESISTE HÁ MAIS DE 60 ANOS. DEVERIA EXISTIR UM CANTINHO DE AROUCHE EM CADA CIDADE DO BRASIL. (HOMEM CISCÊNERO, NEGRO, BISSEXUAL, 35 ANOS, BRÁS).

”

“ A PRIMEIRA DRAG QUEEN DA HISTÓRIA DO BRASIL, MISS BIÃ, SURTIU NO AROUCHE. MARCIA PANTERA SURTIU E CRIOU O BATE CABELO NA REGIÃO, É UM FATO HISTÓRICO E CULTURAL. DIVERSOS NOMES DRAGS E TRAVESTIS DA NOITE COMO SILVETTY MONTILLA, SALETE SAMPAIO, VICTORIA PRINCIPAL, DIANA PEQUENO SURGIRAM, TRABALHAM E MORAM NA REGIÃO. O PRINCIPAL PONTO DE PROSTITUIÇÃO PARA TRAVESTIS - QUE É O QUE RESTA PARA MUITAS DAS NOSSAS IRMÃS - É A RUA REGO FREITAS NO AROUCHE. (MULHER TRANSGÊNERO, BRANCA, HETEROSSEXUAL, 33 ANOS, REPÚBLICA).

”

“ O AROUCHE É IMPORTANTE NÃO SOMENTE PORQUE NÓS ESTAMOS AQUI AGORA. É IMPORTANTE PORQUE AQUI SE DESENVOLVERAM LUTAS PARA QUE A GENTE EXISTISSE E COEXISTISSE. JÁ FOMOS CAÇADAS E MORTAS AQUI, ENTÃO É AQUI QUE A GENTE VAI RENASCEER, PORQUE FOI AQUI QUE MUITAS DAS NOSSAS FORAM ASSASSINADAS. É DAQUI QUE SAEM NOSSOS AMORES, NOSSOS AFETOS, NOSSOS ABRAÇOS, NOSSOS ACOLHIMENTOS. É DAQUI QUE SAI NOSSA FORÇA PARA NÃO COMETER SUICÍDIO. É DAQUI QUE SAI NOSSAS VONTADES DE PRODUZIR UM NOVO LUGAR DE VIDA. (NÃO-BINARIE, NEGRA, 30 ANOS, BRÁS).

”

IMG. 47 / AROUCHE UMA FOTO BIOGRAFIA (2019).  
FONTE: ACERVO INSTAGRAM @FAMILIASNOAROUCE.



É notório que a construção desse território como um marco para a comunidade LGBTQIA+no Arouche se deu não somente pelas relações de sociabilidade na região, mas sobretudo pela resistência de corpos não-hegemônicos às inúmeras perseguições e violações ocorridas. O Arouche é construído e entendido como um símbolo político dessa ocupação histórica.

“ NO COMEÇO DOS ANOS 60 E FINAL DOS ANOS 70 DURANTE A DITADURA MILITAR HAVIA UM MOVIMENTO DE DIREITA MUITO FORTE NA POLÍCIA EM SÃO PAULO. PERSEGUIAM E MATAVAM MULHERES TRANS E PROSTITUTAS NO LARGO DO AROUCHE. QUEM ESTAVA NA RUA COM SEU NAMORADO E SEM CARTEIRA DE TRABALHO ERA CONSIDERADO VAGABUNDO, LEVAVAM PARA A DELEGACIA. FUI PRESO POR ALGUNS DIAS NAQUELA ÉPOCA. LEMBRO DE ME JOGAREM AGUA FRIA E PERGUNTAREM ‘QUEM É VIADO AI?’. ALÉM DE UMA CRIMINALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, ERA UM MOVIMENTO DE ASSEPSIA, DE LIMPEZA MORAL E IDEOLÓGICA. (HOMEM CISCÊNERO, BRANCO, HOMOSSEXUAL, 60 ANOS, VILA MARIANA).

”

“ A REPRESSÃO NO LARGO DO AROUCHE NUNCA DEIXOU DE EXISTIR, AS ESTRATÉGIAS QUE FORAM SE TRANSFORMANDO. DURANTE A DITADURA MILITAR, AS PERSEGUIÇÕES À LGBTQIA+ NA REGIÃO ERAM EXPLÍCITAS E NA BASE DA VIOLÊNCIA FÍSICA. HOJE EM DIA, É MAIS VELADO. O ESTADO TIRA A PROTEÇÃO DAS PESSOAS QUE OCUPAM O LOCAL, COMO ACONTECEU AO FECHAREM O CENTRO DE CIDADANIA DO AROUCHE, E DEPOIS APRESENTAM UM PROJETO FRANCÊS DE ‘REVITALIZAÇÃO’ COMO SE AS VIDAS E HISTÓRIAS QUE JÁ EXISTEM NÃO IMPORTASSEM. AGORA É UM MOVIMENTO MAIS ESTRUTURAL. CRIA-SE UMA CULTURA DE QUE AQUELE AMBIENTE SERIA MAIS ‘QUALIFICADO’ SE A COMUNIDADE LGBTQIA+ POPULAR NÃO ESTIVESSE ALI. (MULHER CISCÊNERO, NEGRA, LÉSBICA, 64 ANOS, BARRA FUNDA).

”

Ao aprofundar nas entrevistas a comparação entre as repressões sofridas desde a ditadura militar com processos mais recentes de segregação territorial no Arouche, diversos depoimentos apontaram o projeto de “revitalização” do Largo como uma estratégia sintomática de iniciativas que buscam expulsar da região ocupantes não-hegemônicos, em termos de gênero, raça, classe e orientação sexual.

“ QUANDO A GENTE PENSA NA HISTÓRIA DO LARGO AROUCHE E NOS CORPOS QUE O OCUPAM, E ANALISA ESSA PSEUDO REQUALIFICAÇÃO E REFORMA - QUE NÓS DAMOS OUTRO NOME, É HIGIENIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO - DÁ-SE A ENTENDER QUE ESSE PROJETO VEM PARA RECODIFICAR O QUE É O LARGO DO AROUCHE, PARA MUDAR A ESTRUTURA DE DEMARCAÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE CORPOS PRETOS, DE CORPOS LGBTQIA+, DE CORPOS DE RESISTÊNCIA. SOU CONTRA QUALQUER PODER DE UMA SUPREMACIA QUE CHEGA EM UM ESPAÇO QUE SE CONSTRUÍU NA BASE DA RESISTÊNCIA SEM NENHUM DIÁLOGO COM ESSES CORPOS. UMA SUPREMACIA BRANCA, RACISTA E CLASSISTA. (NÃO-BINARIE, NEGRA, 30 ANOS, BRÁS).

”

“ ALGUMAS AMEAÇAS SÃO MAIS SUTIS MAS DEIXAM CLARO OS OBJETIVOS DE EXPULSÃO NO LARGO DO AROUCHE. O CENTRO DE CIDADANIA LGBTQIA+, POR EXEMPLO, QUE ERA LOCALIZADO NO AROUCHE E ATENDIA A POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL, FOI REMOVIDO PARA A AV. PAULISTA E POSTERIORMENTE FOI FECHADO, NO MESMO GOVERNO QUE LANÇOU O PROJETO DE PEQUENA PARIS PARA DESCARACTERIZAR A REGIÃO. ESSAS PESSOAS NÃO ESTÃO PREOCUPADAS COM QUEM OCUPA O ESPAÇO PÚBLICO, ELES QUEREM HIGIENIZAR O TERRITÓRIO E TRANSFORMAR O AROUCHE EM UMA HIGIENÓPOLIS, E EXPULSAR QUEM REALMENTE OCUPA O ESPAÇO, QUE É A POPULAÇÃO LGBTQIA+ PERIFÉRICA. (HOMEM CISCÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 24 ANOS, BUTANTÃ).

”

“ ESSA REVITALIZAÇÃO É PARA EXPULSAR NOSSAS IRMÃS E NOSSOS IRMÃOS QUE OCUPAM O LARGO DO AROUCHE. E ESSA INICIATIVA NÃO VEM SÓ DO GOVERNO. PARA QUE ESSE PROJETO ACONTECESSE FOI NECESSÁRIO O APOIO DE MORADORES E DE ESTABELECIMENTOS DA REGIÃO, E MUITOS DELES SÃO OS GAYS DA ELITE. ISSO É O QUE MAIS ME APAVORA. A PRÓPRIA COMUNIDADE GAY DESUMANIZA A LUTA DAS PRETAS PERIFÉRICAS. (HOMEM CISCÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 25 ANOS, CAPÃO REDONDO).

”

Diferentes entrevistados denunciaram como uma das maiores problemáticas nesse âmbito da segregação e marginalização dos corpos mais vulneráveis do Arouche, e como um dos principais empecilhos para que suas lutas e resistências se consolidem, a própria elite branca masculina homossexual. Em consonância com a atuação do mercado na região, esse grupo têm apoiado os processos mais recentes de higienização e expulsão social. A consequente mercantilização do movimento pela apropriação da “diversidade” pelo capitalismo rosa tem desvirtuado e manipulado o sentido das lutas, a partir da referência normativa do homem branco de alta classe.

“ UMA DAS PRINCIPAIS AMEAÇAS PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ PRETA E PERIFÉRICA DO AROUCHE SÃO OS PRÓPRIOS HOMENS GAYS DA ELITE BRANCA PAULISTANA. MUITOS DELES APOIARAM A HIGIENIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO DO LARGO SOB O NOME DE PEQUENA PARIS. ESSE É O PINKMONEY. O QUE ELES QUEREM É FREQUENTAR SEUS BARES E BALADAS DESCOLADAS, MORAR EM SEUS EDIFÍCIOS DE ELITE E LIMPAR O LARGO DO AROUCHE DA APROPRIAÇÃO PRETA E POBRE. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, BISSEXUAL, 35 ANOS, BRÁS).

“ A PARADA LGBTQIA+ DE SÃO PAULO, POR EXEMPLO, ESTÁ VOLTADA PARA O MERCADO, PARA O PINKMONEY. ELA É ORGANIZADA E COMANDADA SEMPRE PELOS MESMOS HOMENS BRANCOS DA ELITE. PESSOAS HISTÓRICAS, NEGRAS E ATIVISTAS, PRECURSORAS DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA, NÃO SÃO SEQUER MENCIONADAS. É UM APAGAMENTO MUITO FORTE. OS CORPOS MAIS MARGINALIZADOS SÃO AS TRAVESTIS PRETAS. ELAS SÃO COMPLETAMENTE RECORTADAS DA SOCIEDADE. ESSAS QUESTÕES PRECISAM URGENTEMENTE SER QUESTIONADAS DENTRO DA COMUNIDADE LGBTQIA+. (MULHER CISGÊNERO, NEGRA, LÉSBICA, 23 ANOS, REPÚBLICA).

“ A INTOLERÂNCIA E A VIOLÊNCIA COM CORPOS NÃO-HEGEMÔNICOS TAMBÉM É UMA QUESTÃO INTERNA DA COMUNIDADE LGBTQIA+. TEM MUITO ELITISMO, MACHISMO E RACISMO DENTRO DA COMUNIDADE, PRINCIPALMENTE POR PARTE DE HOMENS GAYS BRANCOS. (MULHER CISGÊNERO, NEGRA, LÉSBICA, 26 ANOS, LARGO DO AROUCHE).

Ao conversar sobre as articulações e estratégias de luta contra os processos que buscam invisibilizar e expulsar os atuais ocupantes do Largo, ficou muito clara a dimensão e importância das redes de apoio e resistência coletiva desenvolvidas no território. O Largo do Arouche é entendido por esses grupos como um bem comum reproduzido coletivamente, e é a base para a construção de possibilidades de vida para corpos que historicamente foram violentados.

“ O LARGO DO AROUCHE É UM BORBULHO DE VIDA RESISTENTE, DE CORPOS RESISTENTES QUE SEGUIRÃO OCUPANDO O TERRITÓRIO. MEU CORPO SÓ ESTÁ AQUI HOJE PORQUE MUITOS OUTROS CORPOS RESISTIRAM HISTORICAMENTE À REPRESSÃO E RESISTEM HOJE À EXPULSÃO. (MULHER TRANSGÊNERO, NEGRA, HETEROSSEXUAL, 27 ANOS, INTEGRANTE DO COLETIVO AROUCHIANOS, BRÁS).

“ ARTICULAMOS TODOS OS COLETIVOS E CORPOS QUE HABITAM E RESISTEM EM ARTE E POLÍTICA NO LARGO AROUCHE PARA ESTRUTURAR UMA BARREIRA QUE IMPEÇA QUE ESSE PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO ACONTEÇA. O CAPITAL E A PREFEITURA ESTÃO JUNTOS TENTANDO APAGAR NOSSOS CORPOS, MAS ESTAMOS NO AROUCHE E VAMOS CONTINUAR. OS ATOS E EVENTOS QUE DESENVOLVEMOS NO LARGO SÃO PARA RESISTIR EM UM TERRITÓRIO COMUM E NÃO HIERÁRQUICO. NÓS CONSTRUÍMOS COLETIVAMENTE O LARGO DO AROUCHE HÁ DÉCADAS E SEGUIREMOS AQUI. ESSE TERRITÓRIO TAMBÉM É NOSSO. (NÃO-BINARIE, NEGRA, 30 ANOS, INTEGRANTE DO COLETIVO AROUCHIANOS, BRÁS).

“ O QUE FAZEMOS NO LARGO DO AROUCHE É UM ATO POLÍTICO. ESTAMOS LUTANDO COLETIVAMENTE PELAS NOSSAS VIDAS. (MULHER TRANSGÊNERO, NEGRA, HETEROSSEXUAL, 27 ANOS, INTEGRANTE DO COLETIVO AROUCHIANOS, BRÁS).

O Coletivo Arouchianos é um dos principais movimentos territorializados no Largo do Arouche que busca resistir aos processos de expulsão e defender a ocupação sócio-cultural LGBTQIA+ negra e periférica da região. Ao entrevistar alguns de seus integrantes, foi possível observar o repertório diverso que o coletivo apresenta como forma de organização, mobilização e reivindicação política, e as estratégias de articulação para o fortalecimento de oportunidades de moradia, estudo, trabalho e apoio psicossocial para a comunidade.

“ O COLETIVO AROUCHIANOS FOI IDEALIZADO INSPIRADO NA FORMA DE FAZER POLÍTICA DA MARIELLE FRANCO. OCUPAR A PRAÇA, LEVAR A CAIXA DE SOM, ESTIMULAR EVENTOS, OFICINAS, ATOS E DEBATES COLETIVOS COMO FORMA DE MANIFESTAÇÃO E ARTICULAÇÃO CULTURAL E SOCIAL, E TAMBÉM COMO POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS AOS CORPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DO LARGO DO AROUCHE. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, BISSEXUAL, 35 ANOS, INTEGRANTE DO COLETIVO AROUCHIANOS, BRÁS).

“ NÓS FOMOS O PRIMEIRO COLETIVO A FALAR DENTRO DO CONDEPHAAT SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO LGBTQIA+. ORGANIZAMOS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM O APOIO DE INTEGRANTES DO PSOL E DO PT. NOS ARTICULAMOS EM REDE E RESISTIMOS ESTRATEGICAMENTE AO PROJETO HIGIENISTA PARISIENSE. ENFRENTAMOS ATÉ MESMO DENTRO DA ALESP, ARTICULADOS COM A DEPUTADA ERIKA MALUNGUINHO, AS AMEAÇAS À NOSSA OCUPAÇÃO HISTÓRICA NO AROUCHE.” (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 24 ANOS, INTEGRANTE DO COLETIVO AROUCHIANOS, BUTANTÃ).



IMG. 48/ PROTESTO CONTRA O PROJETO “PETIT PARIS” DE REVITALIZAÇÃO DO LARGO DO AROUCHE (2019).  
FONTE: ACERVO COLETIVO AROUCHIANOS.

“ NÓS DO AROUCHIANOS FUNDAMOS UMA CASA DE ACOLHIDA NA REGIÃO, PARA ATENDER LGBTs EXPULSAS DE CASA. A MANUTENÇÃO DA CASA É ESSENCIAL PARA QUE AS PESSOAS ACOLHIDAS CONSIGAM ESTUDAR, TER UM EMPREGO E CONQUISTAR SUA AUTONOMIA. A CASA AROUCHIANOS FORNECE TAMBÉM ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO PARA MORADORES E VISITANTES. NOSSA INTENÇÃO FUTURA É CONSEGUIR TRANSFORMAR O EQUIPAMENTO EM UM ESPAÇO COM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E COM UM NÚCLEO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LGBTQIA+ DO AROUCHE. MAS DEPENDEMOS DE DOAÇÕES E PROGRAMAS DE ARRECADAÇÃO, POIS NÃO TEMOS SUPORTE DA PREFEITURA. (MULHER TRANSGÊNERO, NEGRA, HETEROSSEXUAL, 27 ANOS, INTEGRANTE DO COLETIVO AROUCHIANOS, BRÁS).



IMG. 49/ MANIFESTAÇÃO DIA NACIONAL DA  
VISIBILIDADE TRANS (2019). FOTO: ROBSON B.  
SAMPAIO.

IMG. 50/ ATO EVENTO NO LARGO DO AROUCHE (2019).  
FONTE: ACERVO COLETIVO AROUCHIANOS.



Durante a pandemia, o coletivo buscou maneiras alternativas de seguir atuando ativamente no território e de ampliar as redes de apoio para os grupos mais afetados, por meio de programas humanitários para a população LGBTQIA+ em situação de prostituição e em situação de rua, financiados através de campanhas de articulação e arrecadação em rede.

“ DURANTE A PANDEMIA O COLETIVO AROUCHIANOS REALIZOU 19 AÇÕES HUMANITÁRIAS, DURANTE 19 SÁBADOS. ALÉM DE APOIO PSICOLÓGICO PROFISSIONAL, FORAM 1090 CESTAS BÁSICAS ENTREGUES À COMUNIDADE LGBTQIA+ EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, PRINCIPALMENTE EM SITUAÇÃO DE RUA E DE PROSTITUIÇÃO. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, BISSEXUAL, 35 ANOS, BRÁS).

“ AS AÇÕES HUMANITÁRIAS SÃO ESSENCIAIS PORQUE DURANTE A PANDEMIA AS BIXAS PRETAS PERIFÉRICAS QUE OCUPAVAM O LARGO PASSARAM A TER QUE CONVIVER MAIS COM SEUS AGRESSORES E ABUSADORES DENTRO DE SUAS CASAS. AS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO PERDERAM GRANDE PARTE DE SUA CLIENTELA, DE SUA ÚNICA FONTE DE TRABALHO. NÃO PODER OCUPAR O AROUCHE PARA ESSAS PESSOAS SIGNIFICOU PERDER REDES DE PROTEÇÃO E SUSTENTO. (MULHER TRANSGÊNERO, BRANCA, HETEROSSEXUAL, 33 ANOS, BRÁS).

“ DURANTE A PANDEMIA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ EM SITUAÇÃO DE RUA AUMENTOU MUITO TAMBÉM. O NÚMERO DE MORADORES DE RUA NA REGIÃO DO LARGO DO AROUCHE, DO TERMINAL AMARAL GURGEL E EMBAIXO DO MINHOÇÃO É ABSURDAMENTE MAIOR. (MULHER, CISGÊNERO, BRANCA, LÉSBICA, 25 ANOS, LARGO DO AROUCHE).

Nesse sentido, os impactos em decorrência da pandemia foram muito mais intensos para alguns grupos mais vulneráveis, que dependem diretamente do território para sobreviver. Ainda, foi levantado por diferentes pessoas entrevistadas o fato da pandemia ter servido também de “estratégia” para os interesses dominantes que buscavam, com o projeto de “revitalização”, esvaziar o território da ocupação periférica, além de servir como narrativas de criminalização corpos que, por necessidade, seguiam ocupando o espaço.

“ PERCEBO QUE DURANTE A PANDEMIA TORNOU-SE MAIS FÁCIL PARA O GOVERNO E PARA OS MORADORES DA REGIÃO CRIMINALIZAREM NOSSAS PRESENÇAS. ANTES DA PANDEMIA, MESMO COM A REFORMA, O LARGO ERA MAIS OCUPADO E VIVO, PORQUE RESISTIAMOS À EXPULSÃO, MAS COM A PANDEMIA UM DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PROJETO FRANCÊS, QUE ERA ESVAZIAR O TERRITÓRIO, FOI ALCANÇADO. NOS FOI TIRADO UM POUCO DA NOSSA ESSÊNCIA DO LUGAR. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 28 ANOS, LIBERDADE).

“ COM A PANDEMIA FICA AINDA MAIS DIFÍCIL PRESERVAR A POUCA SAÚDE DOS QUE OCUPAM O LARGO DO AROUCHE. COMO RESISTIR DE UMA MANEIRA SEGURA? A PANDEMIA VIROU MAIS UMA ESTRATÉGIA DE EXPULSÃO E CRIMINALIZAÇÃO DESSES CORPOS. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 24 ANOS, BUTANTÃ).

No último bloco das conversas, as entrevistas estimularam refletir, a partir da visão de cada uma das pessoas entrevistadas, sobre possíveis estratégias e caminhos para fortalecer a luta interseccional no Largo do Arouche e para além dele, e assim, pensar possíveis caminhos estruturais de enfrentamento aos processos de marginalização e segregação socioterritorial na região.

“ SÃO PAULO PRECISA PARAR DE VARRER A SUJEIRA PARA DEBAIXO DO TAPETE. QUER MELHORAR O LARGO DO AROUCHE? QUER TORNÁ-LO MAIS SEGURO? FAÇA DISSO UM TRABALHO DE ACOLHIMENTO SOCIAL, PSICOLÓGICO E ECONÔMICO. O QUE PRECISAMOS SÃO MELHORIAS ESTRUTURAIS, DE POLÍTICAS SOCIAIS, DE UMA GESTÃO PÚBLICA QUE BUSQUE ENTENDER AS VULNERABILIDADES DE NOSSAS REALIDADES E QUE PASSE A ATUAR NESSE SENTIDO. (NÃO-BINARIE, NEGRA, 30 ANOS, INTEGRANTE, BRÁS).

“ NÃO EXISTEM POLÍTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO AROUCHE. O CENTRO DE CIDADANIA FOI FECHADO. A CASA DE ATENDIMENTO TAMBÉM. O MÁXIMO QUE VEMOS POR AQUI SÃO UNIDADES MÓVEIS TEMPORÁRIAS DA PREFEITURA. PRECISAMOS CONQUISTAR EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE APOIO À POPULAÇÃO VULNERÁVEL QUE OCUPA O AROUCHE. CASAS DE ACOLHIDA E CENTROS DE ATENDIMENTO DEVEM SER CENTRAIS NO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS. E UMA VEZ QUE AS CASAS E CENTRO SEJAM TERRITORIALIZADOS NO AROUCHE, SÃO POTENTES TAMBÉM NO SENTIDO DE CONSOLIDAR A OCUPAÇÃO ATUAL E ENFRENTAR AS DINÂMICAS DE EXPULSÃO SOCIAL. (MULHER, CISGÊNERO, NEGRA, LÉSBICA, 23 ANOS, REPÚBLICA).

Grande parte dos entrevistados acreditam que políticas públicas sociais e equipamentos de atendimento à população vulnerável territorializados na região são os principais caminhos para alcançar a garantia e a legitimidade da ocupação popular do Largo e condições mais dignas e seguras para essa população.

Por outro lado, muitos apontaram que é necessário, primeiramente, questionar a própria comunidade gay, que tem sucessivamente invisibilizado questões de gênero, raça e classe dentro do movimento, e tem se alinhado aos interesses do capital para a

mercantilização e elitização do espaço urbano por meio da apropriação de narrativas relacionadas a comunidade LGBTQIA+.

“ PRECISAMOS OLHAR PARA A PRÓPRIA COMUNIDADE LGBTQIA+. VEMOS UMA ELITE DE HOMENS GAYS BRANCOS QUE DEVEMOS URGENTEMENTE QUESTIONAR: O QUE ELES QUEREM DE FATO? A QUEM ELES ESTÃO DEFENDENDO? É MUITO DIFÍCIL LUTAR POR UMA COMUNIDADE QUE AINDA TEM UMA BASE DESARTICULADA, DESALINHADA E DESTRUÍDA PELOS PRÓPRIOS INTEGRANTES DA COMUNIDADE, QUE ATUAM PARA O PINKMONEY. ESSA ‘MILITÂNCIA’ SELETIVA BRANCA INVISIBILIZA E SEGREGA OS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS. AS PRETAS, AS TRANS, AS PERIFÉRICAS, PRECISAMOS NOS UNIR E ENFRENTAR ESSA APROPRIAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ QUE TEM SIDO FEITA PELO MERCADO E SEUS INTERESSES. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 24 ANOS, BUTANTÃ).

”

Ainda, outra questão muito recorrente nas falas foi a necessidade de desenvolver uma maior articulação entre diferentes movimentos e grupos marginalizados, a partir da união de pautas diversas e interseccionais, a fim de construir coletivamente ações organizadas que se consolidem por múltiplas frentes de atuação, e tenham assim uma maior potência para o enfrentamento dos interesses das classes dominantes e normativas.

“ A ARTICULAÇÃO DA MILITÂNCIA DO AROUCHE NÃO PODE ACABAR NA BANDEIRA LGBTQIA+. TEMOS MUITOS GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. IMIGRANTES, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, MULHERES QUE NÃO NECESSARIAMENTE SÃO DA COMUNIDADE LGBTQIA+, MAS QUE TAMBÉM ESTÃO EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO. SÃO MUITAS CAMADAS, DIVERSIDADE NÃO É SÓ SOBRE A COMUNIDADE LGBTQIA+. (MULHER CISGÊNERO, NEGRA, LÉSBICA, 64 ANOS, BARRA FUNDA).

”



“ É ESSENCIAL DESENVOLVER UMA MAIOR ARTICULAÇÃO DENTRO DA MILITÂNCIA. OS COLETIVOS QUE ATUAM NO AROUCHE PRECISAM SE ARTICULAR TAMBÉM COM OS GRUPOS DE IMIGRANTES QUE VIVEM E TRABALHAM AQUI. SEGREGAR AS LUTAS É PERDER O POTENCIAL DA FORÇA COLETIVA. SINTO TAMBÉM QUE FALTA ESPAÇO E VISIBILIDADE PARA AS MULHERES, COMO NA MAIORIA DOS LUGARES. AQUI NO AROUCHE TAMBÉM EXISTEM CONTRADIÇÕES QUE PRECISAM SER SUPERADAS PARA PODER AVANÇAR NAS LUTAS. (MULHER, CISGÊNERO, NEGRA, LÉSBICA, 23 ANOS, REPÚBLICA).

”

Um dos entrevistados trouxe como referência a articulação de diferentes grupos sociais no bairro do Bixiga, estimulada pelos projetos desenvolvidos pelo Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIA+ Casa 1, que tem constituído uma potencial resistência aos processos de gentrificação em curso na região do

Bixiga. Essa articulação promovida pelo Centro se dá através de um movimento anti-segregação (Duarte, 2019), que não exclui o restante da vizinhança de sua atenção e programação fortalecendo os vínculos entre a população mais pobre, moradora de cortiços e ocupações na região, além de possibilitar um intercâmbio cultural e assistencial entre diferentes grupos que ocupam a região, como imigrantes, população em situação de rua, voluntários que trabalham nos equipamentos do Centro e crianças que vivem no bairro. A Casa1 apresenta um diálogo com diversos grupos da sociedade civil, promovendo eventos articulados com movimentos de militância LGBTQIA+, negra e feminista, além de relacionar-se também com equipamentos da rede pública, ampliando uma rede de resistência preexistente no bairro.

“ EU MOREI NA CASA 1, NO BIXIGA, EM 2017, E PARA MIM FOI UM EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL EFETIVA, QUE ARTICULA DIVERSAS QUESTÕES, NÃO SOMENTE AQUELAS RELACIONADAS COM A COMUNIDADE LGBTQIA+, MAS TAMBÉM COM IMIGRANTES, COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. O PROJETO É PENSADO PARA ACOLHER E UNIR TODOS DO BAIRRO, QUE PASSAM A REIVINDICAR JUNTOS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REGIÃO, COM UMA FORÇA COLETIVA MUITO GRANDE. SÓ ASSIM É POSSÍVEL VENCER NOSSAS LUTAS, A PARTIR DA CRIAÇÃO DE PONTES DE ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES GRUPOS. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 28 ANOS, LIBERDADE).

”

IMG. 51/ AROUCHE UMA FOTO BIOGRAFIA (2019).  
FONTE: ACERVO INSTAGRAM @FAMILIASNOAROUCHE.  
IMG. 52/ PROTESTO CONTRA O PROJETO “PETIT PARIS” DE REVITALIZAÇÃO DO LARGO DO AROUCHE (2019).  
FONTE: ACERVO COLETIVO AROUCHIANOS.







Por fim, as eleições municipais de 2020, que ocorreram no período em que foram desenvolvidas as entrevistas, também foram um dos temas principais citados no último bloco das conversas. Foi levantado a importância da comunidade LGBTQIA+ negra, advindas das periferias das cidades, ocupar os espaços institucionais, para que de fato seja possível avançar estruturalmente a partir do desenho de políticas públicas pensadas não somente para esses grupos, mas por esses grupos, reinventando a forma de fazer política dentro dos governos.

“ PRECISAMOS OCUPAR OS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS. TIVEMOS UM GRANDE AVANÇO NO LEGISLATIVO EM SÃO PAULO NESSAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES. ERIKA HILTON, UMA MULHER NEGRA, TRANS, QUE VEIO DA PERIFERIA, FOI A VEREADORA MAIS VOTADA NO BRASIL. ACREDITO QUE ESSE É O CAMINHO, QUEBRAR PARADIGMAS E REINVENTAR A POLÍTICA DENTRO DOS GOVERNOS. (HOMEM CISGÊNERO, NEGRO, HOMOSSEXUAL, 28 ANOS, LIBERDADE). ”

O aumento significativo no número de candidaturas LGBTs disputando as eleições já apontava para uma maior diversificação no contexto eleitoral. Segundo o levantamento realizado pelo programa Voto Com Orgulho da Aliança Nacional LGBTQIA+, ao menos 435 pessoas que se identificam como LGBTQIA+ tentaram o pleito em novembro. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 294 eram mulheres e homens trans.

Em um marco histórico, os desdobramentos de anos de luta resultaram em mais de 80 vereadora(e)s LGBTQIA+ eleita(o)s no Brasil em 2020. Segundo a ANTRA, o número de pessoas trans eleitas a cargos públicos quadruplicou em relação às eleições de 2016. Dentre os muitos nomes LGBTQIA+ eleitos,

destacam-se os mandatos coletivos, resultados de uma união de minorias políticas que juntas demonstraram sua força e resistência. Contudo, alguns nomes eleitos são do campo conservador, que se apropriam de algumas narrativas para se promover, embora atuem sistematicamente contra as pautas de gênero e promoção da igualdade racial. Nesse sentido, as campanhas de fato progressistas, coordenadas majoritariamente por mulheres negras, evidenciaram a essencialidade de pautar a luta interseccional, e mostraram que as propostas devem abranger temáticas para além da representatividade, devem propor inovações sociais no campo progressista da administração pública, com projetos político conectados com as questões urbanas e com diálogo com os movimentos populares e instituições da sociedade civil.

Com o resultado do primeiro turno das eleições municipais de 2020 em São Paulo, o Largo do Arouche foi palco no final de novembro do evento “Brilho Negro - comemoração das eleitas LGBTQIA+”, organizado pela Setorial LGBTQIA+ do PSOL de São Paulo e pelo Coletivo Arouchianos, e contou com a presença de Erika Hilton, Samara Sóstheneis do Quilombo Periférico, Luana Alves, e Carolina Iara da Bancada Feminista, entre outras candidatas do PSOL, para comemorar e se articular coletivamente para o segundo turno, disputado por Guilherme Boulos e Erundina para prefeitura de São Paulo.

No entanto, o candidato do PSDB, Bruno Covas, foi reeleito. Seu vice, Ricardo Nunes, além de ter sido acusado de violência doméstica pela esposa e ser investigado por superfaturamento no aluguel de creches conveniadas com a prefeitura, é um conservador da bancada religiosa da Câmara Municipal e faz campanha permanente contra os direitos das mulheres e das LGBTQIA+.

Nesse sentido, os futuros para a região do Largo do Arouche e para os grupos populares que o ocupam são bastante incertos. A continuidade de uma gestão que mostrou-se totalmente aliada aos interesses do mercado, e com claras intenções higienistas para a região, demonstra que os próximos anos seguirão sendo de embate, e aponta, assim, para a necessidade de uma articulação ainda maior tanto entre os diferentes grupos ameaçados com os coletivos atuantes no território, como com grupos acadêmicos e políticos do legislativo engajados em defender e garantir a histórica ocupação LGBTQIA+ interseccional do Largo do Arouche e suas memórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver uma pesquisa sobre como movimentos sociais e coletivos ativistas têm constituído suas lutas nas cidades é um trabalho bastante complexo de se realizar, pois abarca temas extremamente diversos e interseccionais. Sendo assim, este trabalho não se propõe - e nem poderia - a estudar todas as nuances de movimentos tão múltiplos, mas parte do esforço de construir uma análise, a partir de perspectivas teóricas e empíricas, e de um recorte temporal amplo, das formas de organização e engajamento de diferentes atores no território, e de como essas atuações têm constituído resistências às iniciativas neoliberais de mercantilização e elitização do espaço urbano.

Essa análise parte do debate teórico relacionado às lutas pelos comuns, atualmente reconhecido como um horizonte impulsionador e articulador dos movimentos mas que, por vezes, demonstra-se bastante utópico quando limitado ao campo teórico. Nesse sentido, este trabalho, ainda que reconheça a potência da idealização dos comuns, coloca em questão as contradições e os impasses relacionados à capacidade do capital de reinventar-se para se apropriar das lutas, tendo em vista a frequente cooptação da produção dos comuns por práticas predatórias dos agentes imobiliários e dos consumidores de elite.

Ao olhar para essas questões de maneira territorializada no Largo do Arouche - caso de estudo escolhido para o desenvolvimento do trabalho -, pode-se observar como essa apropriação das lutas pelo capital se dá em um território cuja identidade foi construída historicamente como um lugar de memória e resistência LGBTQIA+ interseccional, mas que ao longo do tempo foi

sendo incorporado discursos da “diversidade” sexual à economia de mercado, voltados ao modelo do homem gay, cisgênero, branco e da elite. Com o aprofundamento da pesquisa, foi possível verificar que esse fenômeno de apropriação do capital cultural relaciona-se diretamente com as estratégias de mercantilização e elitização da região, tanto por parte do mercado imobiliário, através de estratégias de marketing voltadas ao público gay elitizado para a supervalorização do preço do solo urbano, como por parte do Poder Público, através de projetos de intervenção urbana que operam na chave da “revitalização” do território, deslegitimando e marginalizando as vidas dos corpos não hegemônicos que ocupam a região - em termos de gênero, raça, classe e orientação sexual -, e reforçando processos de expulsão e limpeza social.

Nesse sentido, através das entrevistas realizadas, o trabalho procurou visibilizar e compreender com maior aproximação as lutas e articulações dos coletivos que buscam resistir a esses processos e garantir a ocupação histórica sócio-cultural LGBTQIA+ negra e periférica do Largo do Arouche. Com as conversas, foi possível depreender que o Largo do Arouche é construído por esses grupos como um bem comum reproduzido coletivamente, e é a base para a criação de possibilidades de vida para corpos que historicamente foram violentados.

Contudo, foi possível observar que, embora os coletivos territorializados no Arouche tenham repertórios de lutas bastante diversos como forma de organização, mobilização e reivindicação política, existem empecilhos expressivos para que suas lutas e resistências se consolidem, muitos deles relacionados a mercantilização do movimento, sobretudo por parte da elite branca masculina homossexual, que têm apoiado os processos de

elitização do território e expulsão social, e outros relacionados a necessidade de desenvolver uma maior articulação entre diferentes movimentos e grupos marginalizados, a partir da união de pautas diversas e interseccionais, a fim de construir coletivamente ações organizadas que se consolidem por múltiplas frentes de atuação, e tenham assim um maior potência para o enfrentamento dos interesses das classes dominantes e normativas.

Ainda, foi possível refletir coletivamente sobre possíveis estratégias e caminhos para fortalecer a luta interseccional não somente do Largo do Arouche, mas para além dele. Políticas públicas sociais e equipamentos de atendimento à população vulnerável territorializados na região são alguns dos principais caminhos para alcançar a garantia e a legitimidade da ocupação popular do Largo e condições mais dignas e seguras para essa população. Ademais, a ocupação de espaços institucionais por integrantes da comunidade LGBTQIA+ negra, advindas das periferias das cidades, é essencial para alcançar uma reinvenção na forma de fazer política dentro dos governos.

Os temas desenvolvidos neste trabalho, ainda que tenham sido enfocados em um território específico, levantam uma série de análises e questionamentos que não se limitam apenas ao caso de estudo. Buscou-se lançar luz sobre questões mais amplas que estão presentes em diferentes movimentos em diferentes territórios. As questões referentes à apropriação capital das lutas e suas implicações no espaço urbano apontam para uma necessidade de compreendermos os movimentos de resistência e suas articulações para além da teoria. Analisar empiricamente e de forma territorializada como se dão suas lutas e repertórios é essencial para uma verdadeira compreensão dos conflitos e disputas

que, sistematicamente, constituem barreiras ao avanço de suas pautas e reivindicações, e assim, avançar de forma coletiva e articulada na construção de um projeto político coeso que consolide caminhos de enfrentamento a projetos mercantilizadores e elitizadores do espaço urbano, e de cidades higienistas e antidemocráticas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R., CAVALCANTI, C. **Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização**. Psicologia: Ciência e Profissão 2018 v. 38 (núm.esp.2.), 175-191.

BOIVIN, Renaud. **Rehabilitación Urbana y Gentrificación: la contribución Gay**. Revista Latino-americana de Geografía e Género, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 114-124, jan. / jul. 2013.

BRINGAS, Asier. **La Política de lo común**. Pensamiento, España. Vol. 72 (2016), núm. 272, pp. 593-616.

BULGARELLI, Lucas. **Estratégias de engajamento do movimento LGBTQIA+ de São Paulo**. Tese de Mestrado em Antropologia Social FFLCH USP, São Paulo, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, Yuri. **O Movimento Operário e a Ditadura Civil-Militar: resistência, luta e negociação**. Revista Latino-Americana de História, 2008.

CERQUEIRA, P. [et al]. **De Território de Consumo a Território de Luta Pela Livre Orientação Sexual**. XXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução?**

**Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017.

CONTARIM, Fernando A. **Marcando o Arouche como Território de Memória Queer**. Trabalho Final de Graduação Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, 2018.

COSTA, P. PIRES, P. **Between “ghettos”, “safe spaces” and “gaytrification”**. Dossier Queering The City. Madrid: set. 2019.

CYMBALISTA, Renato. **Guia dos Lugares Díficeis de São Paulo**. São Paulo: AnnaBlume, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. Primera edición. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE GRAZIA, Grazia. **Reforma Urbana e o Estatuto da Cidade**. In: Reforma Urbana e Gestão Democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

DE SOTO, Pablo. **De Istambul a Rio de Janeiro: as lutas pelo comum nas cidades rebeldes**. Mapeando el bien común urbano. 2014.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L.; BRAZ, C. **Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado**. Cadernos Pagu, n. 42, jan.jun./2014, p. 99-140.

FAUSTO, S. SORJ, B. **Internet e Mobilizações Sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil. Coleção: O Estado da Democracia na América Latina**. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. Editora Elefante, 2013.

FRÚGOLI, Heitor. **Ativismos Urbanos em São Paulo**. Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 82, p. 75-86, Jan./Abr. 2018.

GHORAYEB, Daniela. **“Homossexualidades na adolescência: saúde mental e identidade psicossocial”**. Tese de Doutorado em Psicologia na UNICAMP, Campinas, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **A Sociedade Brasileira em Movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, pp. 431-441, Maio/Ago. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, pp. 439-455, Set/Dez. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Caxambu, v. 16, n. 47, pp. 333-361, Maio/Ago. 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth: el Proyecto de una Revolución del Común**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão Feminista. Arte, Cultura, Política e Universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da Demoracia e da Modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 (1970).

LEFEBVRE, Henri. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing Livros, 2013.

MARICATO, Ermínia. COLOSSO, Paulo. **Da Cidade Segregada a Cidade Insurgente**. São Paulo: BrCidades, 2017. Letras. 2018.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia, [et. al]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.

MARINO, Aluizio. **Coletivos Culturais na Cidade de São Paulo: ação cultural como ação política**. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

MARQUES, Eduardo. **A Metrópole de São Paulo no início do século XXI**. Revista USP, nº102, pp. 23-32, 1 ago. 2014.

MARTINHO, Miriam. **19 de Agosto - Dia do orgulho**

**das lésbicas do Brasil.** Rede Um Outro Olhar, São Paulo, 2019.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: Experiências no Contexto do Desmanche.** Tese de Pós-Graduação de Sociologia da USP. São Paulo, 2008.

MIRANDA, Michelle. **Políticas Públicas LGBTQIA+: Transcidadania, a experiência de um programa para travestis e transexuais em São Paulo.** Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017.

MIRAFETAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e perspectiva de um urbanismo humano.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (on-line), Recife, v.18, n. 3, p.363-377, set.-dez. 2016.

MORAIS, Ana Cristina. **Periferias: da Militância ao Ativismo.** Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2019.

NEVES, Bernardo [et al.]. **Lutas Territoriais: Resistências ao Avanço do Urbanismo Neoliberal.** In: ROLNIK, Raquel. Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. 1. Ed. São Paulo: FAU USP, 2018.

PERDIGÃO, Murilo. **Presença-ausência LGBTQIA+ no Centro Novo de São Paulo.** Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2020.

PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

PUCCINELLI, Bruno. **Perfeito para você, no centro de São Paulo: mercado, conflitos urbanos e homossexualidades na produção da cidade.** Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2017.

RUI, Taniele. **Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana.** Revista Contemporânea, v. 3, n. 2 p. 287-310 Jul.–Dez. 2013.

RUIZ, Ignacio. **Explotando la Diversidad: la gentrificación y la población LGTBI.** Serie IV-4b Congreso Internacional Contested Cities, eje 4: Gentrificación. Madrid: 2016.

SANTOS, A. et al. **Ativismo afro-LGBT discriminações e violências.** Seminário Resistências LGBT Negras. Salvador, Bahia, jan. 2020.

SOUZA, Angela. **Urbanismo Neoliberal, Gestão corporativa e o Direito à Cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras.** Caderno Metrópole, São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 245-265, jan/abr 2018.

TATAGIBA, Luciana, [et. al.]. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 325 a 357.

TEIXEIRA, Antônio. **A Utopia Política de Negri e Hardt.** Lua Nova, São Paulo, 107: 203-233, 2019.

TIARAJÚ, Pablo D’Andrea. **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo.** Tese de Pós-Graduação de Sociologia da USP. São Paulo, 2013.

TIBLE, Jean; MORAES, Alana; TARIN, Bruno. **Cartografias da Emergência: novas lutas no Brasil.** São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

TREVISAN, João S. **São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti.** Rio de Janeiro: Lâmpião da Esquina, 1980, nº26.

TONUCCI, João Bosco. **Comum Urbano: A Cidade além do Público e do Privado.** Tese de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

TONUCCI, João Bosco. **Comum Urbano em Debate: dos Comuns na Cidade à Cidade do Comum.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais, São Paulo v. 21, n.3, pp. 487-504, set/dez 2019.

KLINTOWITZ, D. C. **As Lutas nas Cidades Hoje. Organização Stacy Torres e Tama Savaget.** – São Paulo : Instituto Pólis, 2019.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 2012.

## ARTIGOS E MATÉRIAS EM PERIÓDICOS E SITES

ALBUQUERQUE, Larissa [et al.]. **O Largo do Arouche: disputas polêmicas e a reforma que não aconteceu.** 2020. Disponível em: <<https://largodoarouche.com.br/reforma/>>.

ANTUNES, Leda. **Da Operação Limpeza à Cura Gay: os 40 anos de luta do movimento LGBT no Brasil.** 2018. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/05/31/da-operacao-limpeza-a-cura-](https://www.huffpostbrasil.com/2018/05/31/da-operacao-limpeza-a-cura-gay-os-40-anos-de-luta-do-movimento-lgbt-no-brasil)

[gay-os-40-anos-de-luta-do-movimento-LGBT-no-brasil\\_a\\_23448179/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/05/31/da-operacao-limpeza-a-cura-gay-os-40-anos-de-luta-do-movimento-lgbt-no-brasil_a_23448179/)>.

ARCHDAILY BRASIL. **Audiência Pública: Como consolidar o Arouche como território LGBT+.** 2019. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/925020/audiencia-publica-como-consolidar-o-arouche-como-territorio-LGBT+-plus>>.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Revitalização do Arouche é debatida na Câmara.** 2017. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/revitalizacao-do-arouche-e-debatida-na-camara/>>.

DE ANGELIS, Massimo, [et al.] **Commons: a Public Interview.** e-flux, New York, journal #17 – junho-agosto 2010. An Architektur. Disponível em: <<http://www.eflux.com/journal/on-the-commons-a-public-interview-with-massimo-de-angelis-and-stavrosstavrides/>>. Acesso em: 15 maio de 2020>.

DUARTE, Artur de Souza. CYMBALISTA, Renato. **A Casa 1 e o enfrentamento da gentrificação.** In: Seminário Internacional “Gentrificação: medir, prevenir, enfrentar”. Anais Seminário Internacional Gentrificação: Medir, Prevenir, Enfrentar. São Paulo: FAUUSP, 2018. Disponível em:<[https://www.academia.edu/39616027/A\\_CASA\\_1\\_E\\_A\\_RESIST%C3%80NCIA\\_%C3%80\\_GENTRIFICA%C3%87%C3%83O\\_EM\\_S%C3%83O\\_PAULO](https://www.academia.edu/39616027/A_CASA_1_E_A_RESIST%C3%80NCIA_%C3%80_GENTRIFICA%C3%87%C3%83O_EM_S%C3%83O_PAULO)>.

EL DIARIO. **Capitalismo Rosa y Pinkwashing Político: utilización del orgullo.** 2020. Disponível em: <<https://www.elsaltodiario.com/lgtbiq/pinkwashing-capitalismo-apropia-orgullo>>.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Livro com anônimos**



do Arouche vira marco para elevar largo a patrimônio imaterial LGBT. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/livro-com-anonimos-do-arouche-em-sp-vira-marco-para-elevar-largo-a-patrimonio-imaterial-LGBT.shtml>>.

FOLHA DE S. PAULO. Prefeitura recorre a consulados e a empresas estrangeiras para reformar pontos da cidade. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2017/04/1877181-prefeitura-faz-parcerias-internacionais-para-revitalizar-largo-do-arouche.shtml>>.

IVM – Institut pour la Ville em Mouvement. Relatório de Levantamento dos Usuários do Largo do Arouche. 2017. Disponível em: <[https://cidadeemmovimento.org/wpcontent/uploads/2017/11/170312\\_RELATORIO\\_FINAL\\_AROUCHE.pdf](https://cidadeemmovimento.org/wpcontent/uploads/2017/11/170312_RELATORIO_FINAL_AROUCHE.pdf)>.

SILVERA, Luciana. 8M visibiliza resistência de mulheres quilombolas, indígenas e campesinas. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/03/para-educadora-brasileira-este-8m-visibiliza-resistencia-de-mulheres-quilombolas-indigenas-e-campesinas/>>.

TERRA NETWORKS BRASIL. SP: Liminar suspende obras da Prefeitura no Largo do Arouche. 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/liminar-paralisa-obras-da-prefeitura-de-sp-no-largo-do-arouche,bff298acce41fb29619cc82c5924a0d4ogzgry8b.html?fbclid=IwAR2JnlhHR-VaKdFZ6OdbdxgLF9wVyG1yKJxMGJeZkpJqJYopJmd-El5c5qw>>.

O GLOBO G1. Prefeitura quer transformar Largo

do Arouche em ‘boulevard’ com inspiração francesa. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/24/prefeitura-quer-transformar-largo-do-arouche-em-boulevard-com-inspiracao-francesa.ghtml>>.

QUINALHA, Renan. Orgulho e Resistências: LGBT na Ditadura. Memorial da Resistência de São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=38&c=444&s=0>>.

ALBUQUERQUE, Larissa [et al.] O Largo do Arouche: disputas polêmicas e a reforma que não aconteceu. 2020. Disponível em: <<https://largodoarouche.com.br/reforma/>>.

Relatório - Tomo I - Parte II - Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em: <[http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/I\\_Tomo\\_Parte\\_2\\_Ditadura-e-Homossexualidades-Iniciativas-da-Comissao-da-Verdade-do-Estado-de-Sao-Paulo-Rubens-Paiva.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/I_Tomo_Parte_2_Ditadura-e-Homossexualidades-Iniciativas-da-Comissao-da-Verdade-do-Estado-de-Sao-Paulo-Rubens-Paiva.pdf)>.

SÂMIA BOMFIM. Audiência Pública para discutir o projeto de revitalização do Largo do Arouche. 2017. Disponível em: <<https://samiabomfim.com.br/blog/audiencia-publica-boulevard-frances-arouche-LGBTQIA+/>>.

SÃO PAULO SÃO. Justiça libera obras de revitalização no Lago do Arouche. 2019. Disponível em: <<https://saopaulosao.com.br/nossos-encontros/4772-justi%C3%A7a-libera-obras-de-revitaliza%C3%A7%C3%A3o-no-largo-do-arouche.html#>>.

VIEIRA, Kauê. Interseccionalidade LGBT: contra a opressão em movimentos de “diversidade”. Revista Hypeness, 2020. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2020/08/interseccionalidade-LGBT+-intelectualidade-negra-luta-contra-opressao-em-movimentos-por-diversidade/>>.

## DOCUMENTÁRIOS

FAMÍLIAS LGBTQIA+. Direção: André Bomfim e Paula Sacchetta. São Paulo 2018. Produção Mirafilmes. Disponível em: <<http://mirafilmes.net/photos/familias>>.

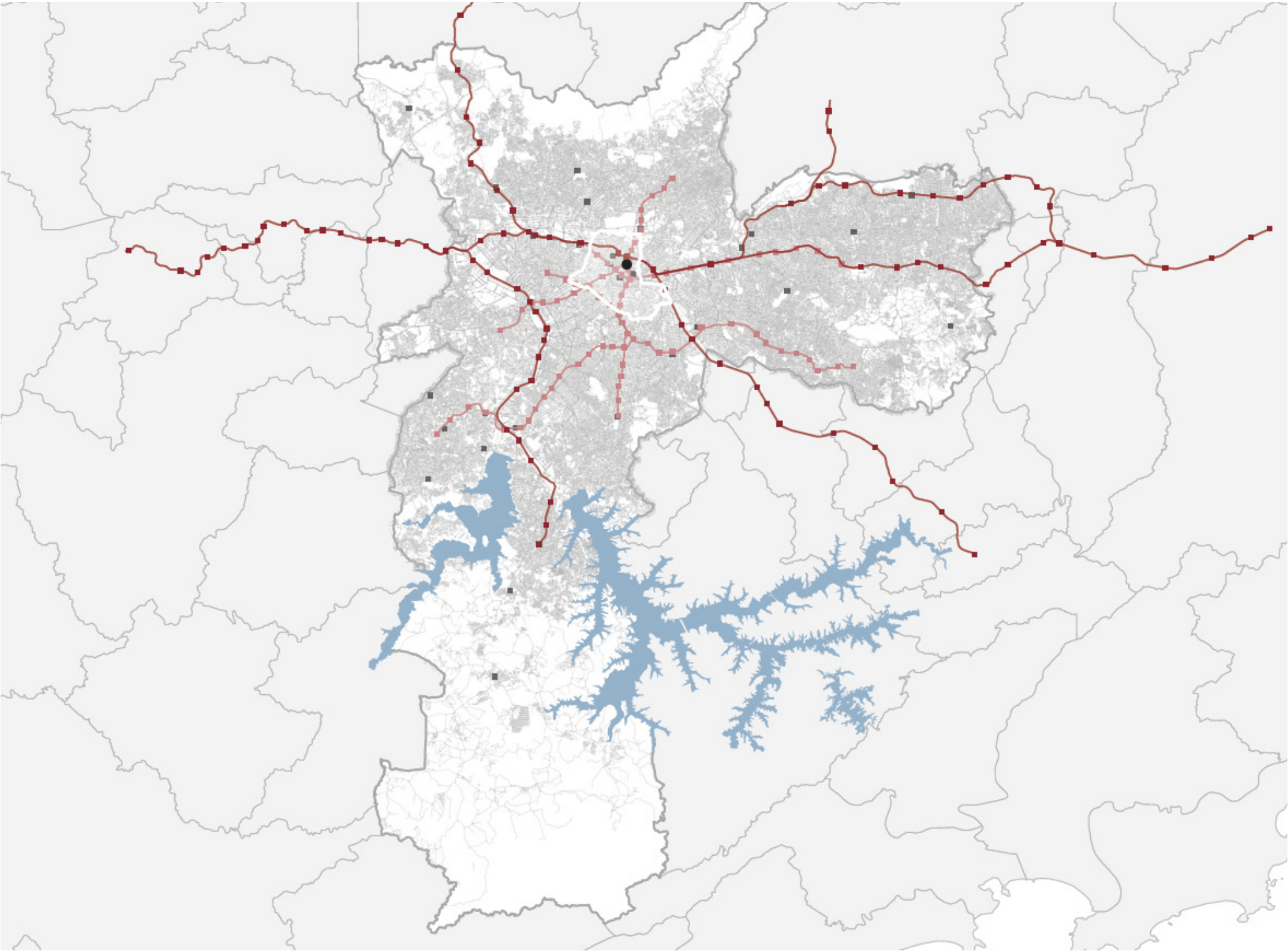
FAMÍLIAS NO AROUCHE. Direção: Casa da Lapa. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PvIBoMyoPGU&fbclid=IwAR3VTxYMBcIeyLwwldCoR-BiwlNtJDaH0b3HrGcXpl87xE94RfAufyiTvi0>>.

TEMPORADA DE CAÇA. Direção de Rita Moreira. São Paulo, 1988. Publicado pelo canal Rita Moreira Videos. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=rjan\\_Yd0C5g](https://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g)>. Acesso em 12 de outubro de 2020>.

## LEGISLAÇÃO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. nº1029637-53.2019.8.26.0053 código 72C0E7B.

ANEXO 1/ MAPAS



01/ INSERÇÃO  
URBANA AROUCHE

Subprefeitura Sé



Largo do Arouche



CPTM linhas e estações de trem



linhas e estações de Metrô



terminais de ônibus



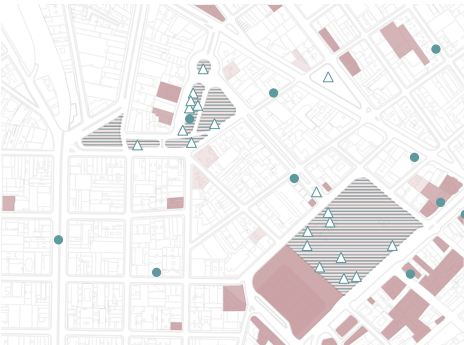
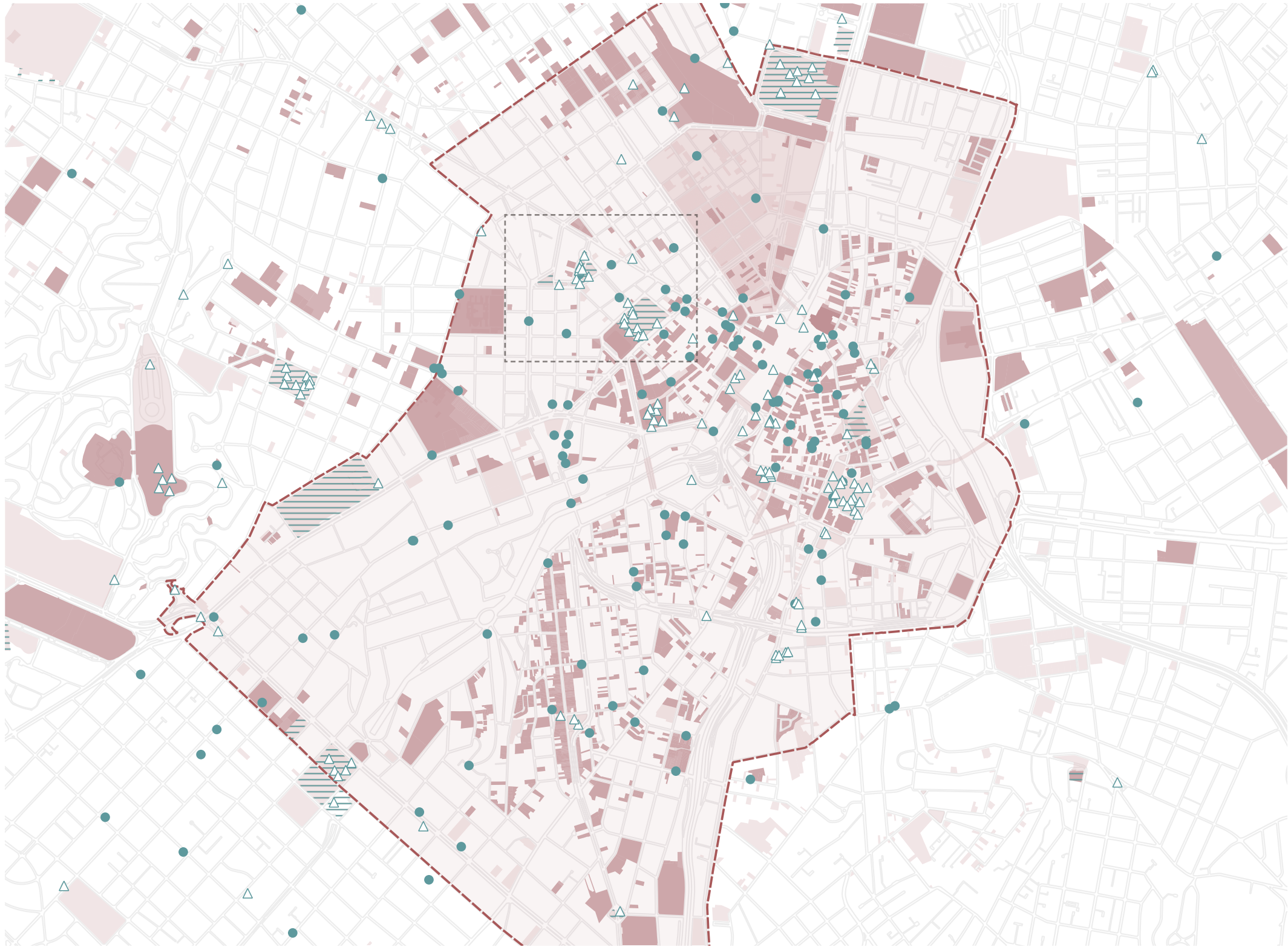


02/PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

ESC. 1:30000



- ZEPEC - APC
- Área Proteção Paisagística
- bens tombados
- inventário memória paulistana
- monumentos



03/MORADIA

ESC.1:6000



lançamentos imobiliários

- 01. Cosmopolitan Santa Cecília
- 02. Novo Centro Arouche
- 03. Uptown Arouche
- 04. Smart Santa Cecília
- 05. Boulevard Arouche
- 06. Helbor Trend Hingenópolis
- 07. BK30 Largo do Arouche
- 08. Helbor Urban Resort
- 09. SP New Home
- 10. Setin Downtown Republic
- 11. Vibe República

vertical alto/médio padrão

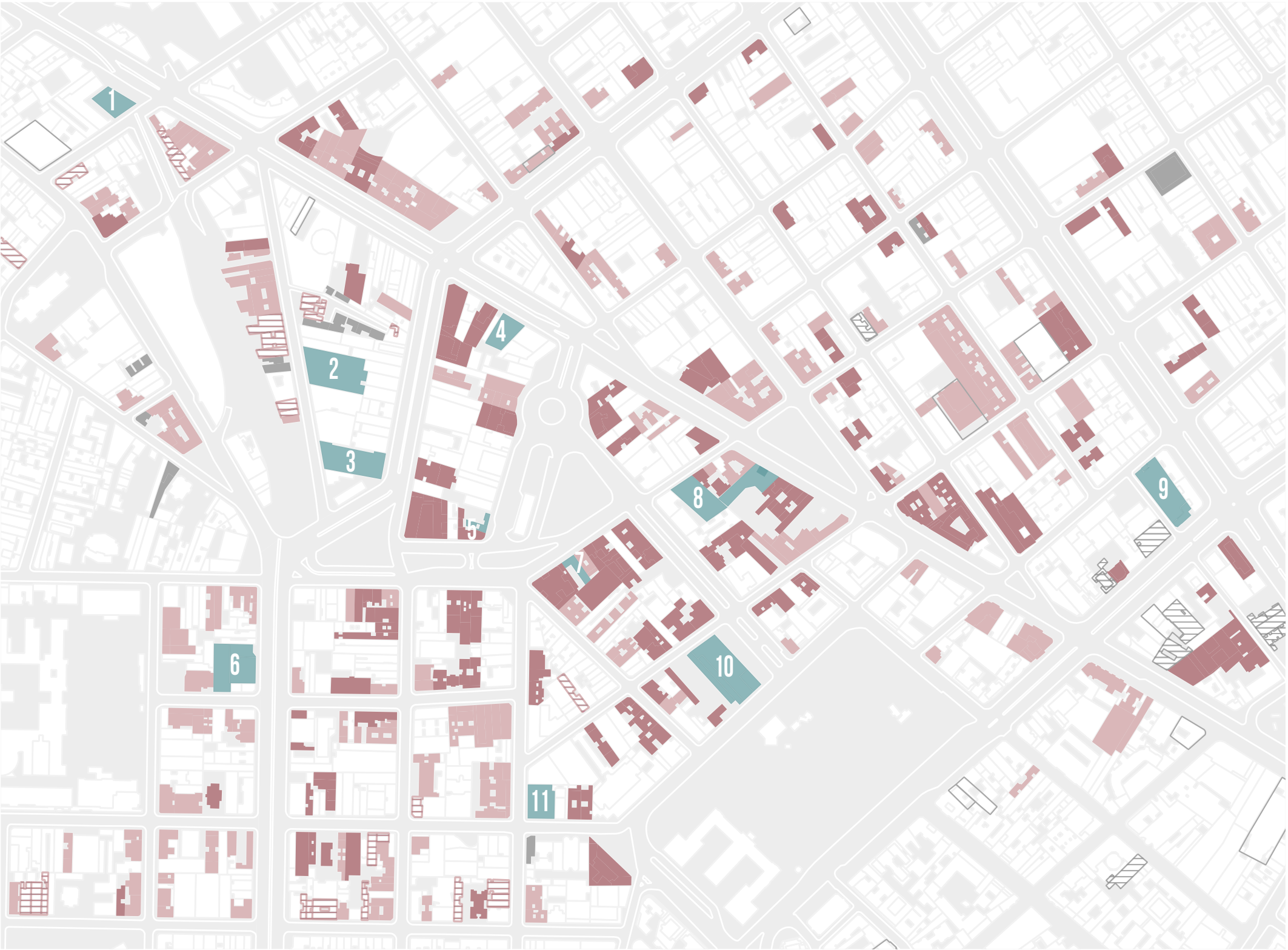
vertical médio/baixo padrão

horizontal médio/baixo padrão

cortiços

provisão habitacional SEHAB

ocupações de moradia





04/ USOS

ESC.1:6000



institucional

- 01. Sindicato dos Rodoviários do Estado
- 02. Academia de Letras/Sec. da Educação
- 03. Casa do Turismo
- 04. DPPC - Polícia Civil
- 05. DP - Polícia Civil
- 06. Tribunal Regional do Trabalho
- 07. AFBRAS - Associação de Tributos
- 08. FUNCEF - Fundo de Economiários
- 09. APEOESP - Sindicato dos Professores
- 10. Secretaria da Educação
- 11. Sindicato dos Professores do Estado
- 12. Secretaria Municipal de Saúde
- 13. IAB São Paulo
- 14. Ministério da Justiça Federal
- 15. Il Tabelião de Notas de São Paulo
- 16. Sindicato Empresas de Segurança
- 17. Ministério Público do Estado de SP

saúde

- 01. Hospital Santa Casa
- 02. Coordenação de Vigilância em Saúde
- 03. FUNASA - Fundação Nac. da Saúde

comércios/serviços no térreo

hotéis de alto/medio padrão

hotel/motel baixo padrão

educação

- 01. EMEI
- 02. Faculdade de Ciencias Médicas

cultura

- 01. Grupo teatral Folias D´Arte
- 02. Cine Arouche
- 03. Cine Teatro Santana
- 04. Cine Marabá
- 05. Cine Paris República
- 06. Centro Cultural Olido
- 07. Cine Don José
- 08. SESC 24 de Maio
- 09. Teatro Fernando de Azevedo
- 10. Teatro aliança francesa
- 11. Teatro Paiol Cultural

assistência social

- 01. Centro de Acolhida de Idosos



05/ PRESENÇAS  
LGBTQIA+

ESC. 1:6000



resistências e apropriações



- 01. delegacia W. Richetti - Operação Limpeza (1980)
- 02. assassinato de Edson Neris (2000) julgado como primeiro crime de ódio no Brasil
- 03. apropriação periférica interseccional
- 04. bloco carnavalesco da diversidade

ONG EternamenteSou



clubes noturnos



- 01.ABC Bailão
- 02. Ayo Night
- 03. Sensation
- 04. Blackout
- 05. Cantho Clube
- 06. Queen

antigos - clubes noturnos



- 01. Prohibidus
- 02. Homo Sapiens
- 03. Val improviso

bares/restaurantes



- 01. Fama
- 02. Sputnik
- 03. Lucy´s Bar
- 04. O Gato que Ri
- 05. Soda Pop
- 06. Caneca de Prata
- 07. Vermont
- 08. Brahama

antigos - bares/restaurantes



- 01. 266 West Bar
- 02. Mens Country
- 03. Mocambo
- 04. Jeca Bar

saunas/cine pornô

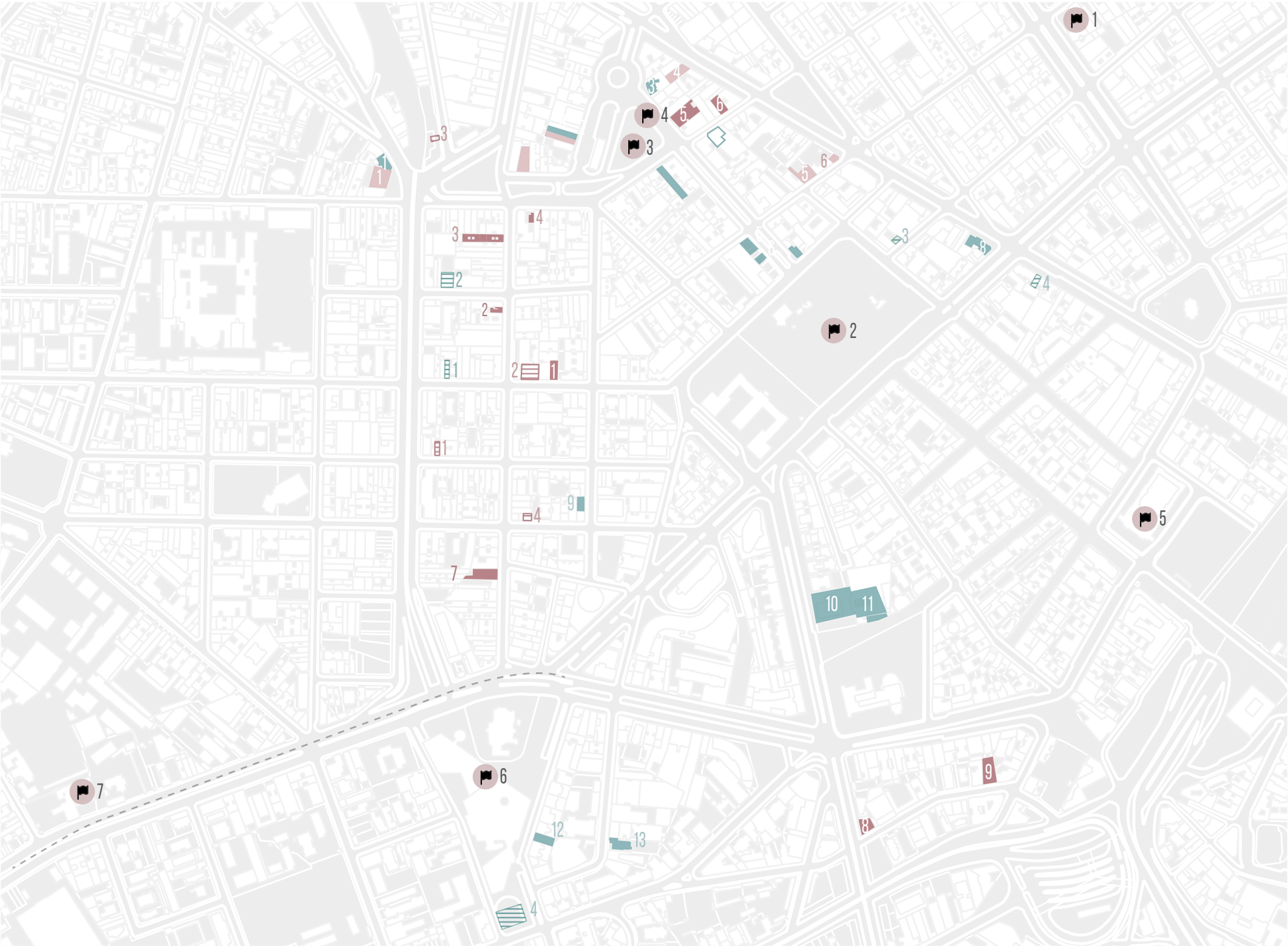


- 01. 269 Chilli Pepper
- 02. Cine Arouche
- 03. Cine Teatro
- 04. Point Zen
- 05. Orion
- 06. Woof

áreas de prostituição







## 06/ PRESENÇAS LGBTQIA+

ESC.1:8000



### resistências e apropriações

- 05. 1ª passeata contra repressão 13 junho 1980
- 06. 1ª parada LGBTQIA+ em 1996
- 07. percurso atual da parada LGBTQIA+

### clubes noturnos

- 07. Danger
- 08. Zig
- 09. Clube Caravaggio

### antigos - clubes noturnos

- 04. Planet G

### bares/restaurantes

- 09. Baiuca's
- 10. Galeria Metropole
- 11. Pari Bar
- 12. Bar amigos do Zé
- 13. Drosophy Bar

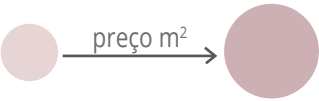
### antigos - bares/restaurantes

- 04. Ferro's Bar
- 05. Quero Mais



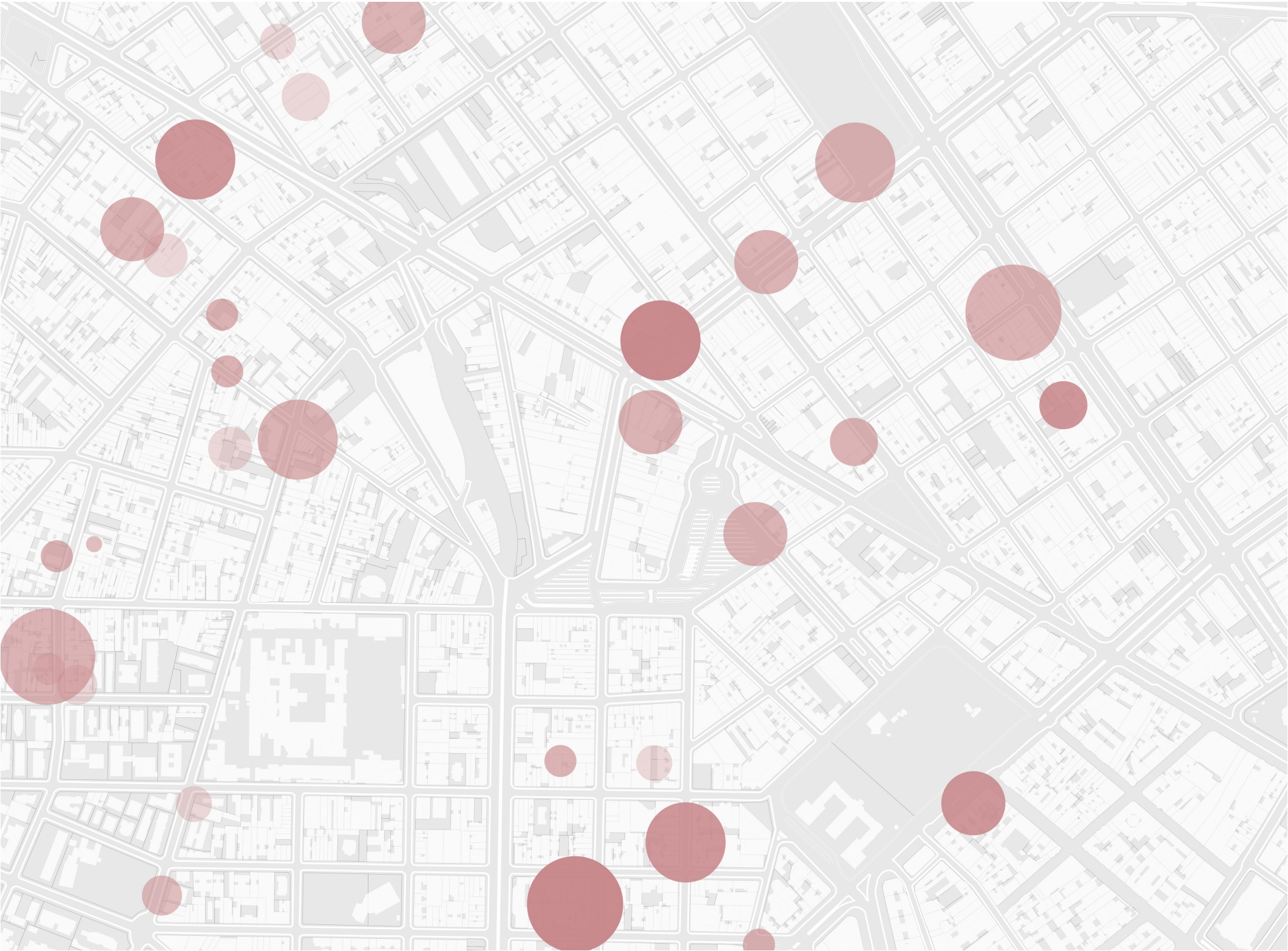
07/ LANÇAMENTOS  
IMOBILIÁRIOS  
RES. 1985-1999

ESC. 1:6000



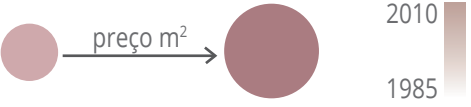
1999  
1985





08/ LANÇAMENTOS  
IMOBILIÁRIOS  
RES. 1985-2010

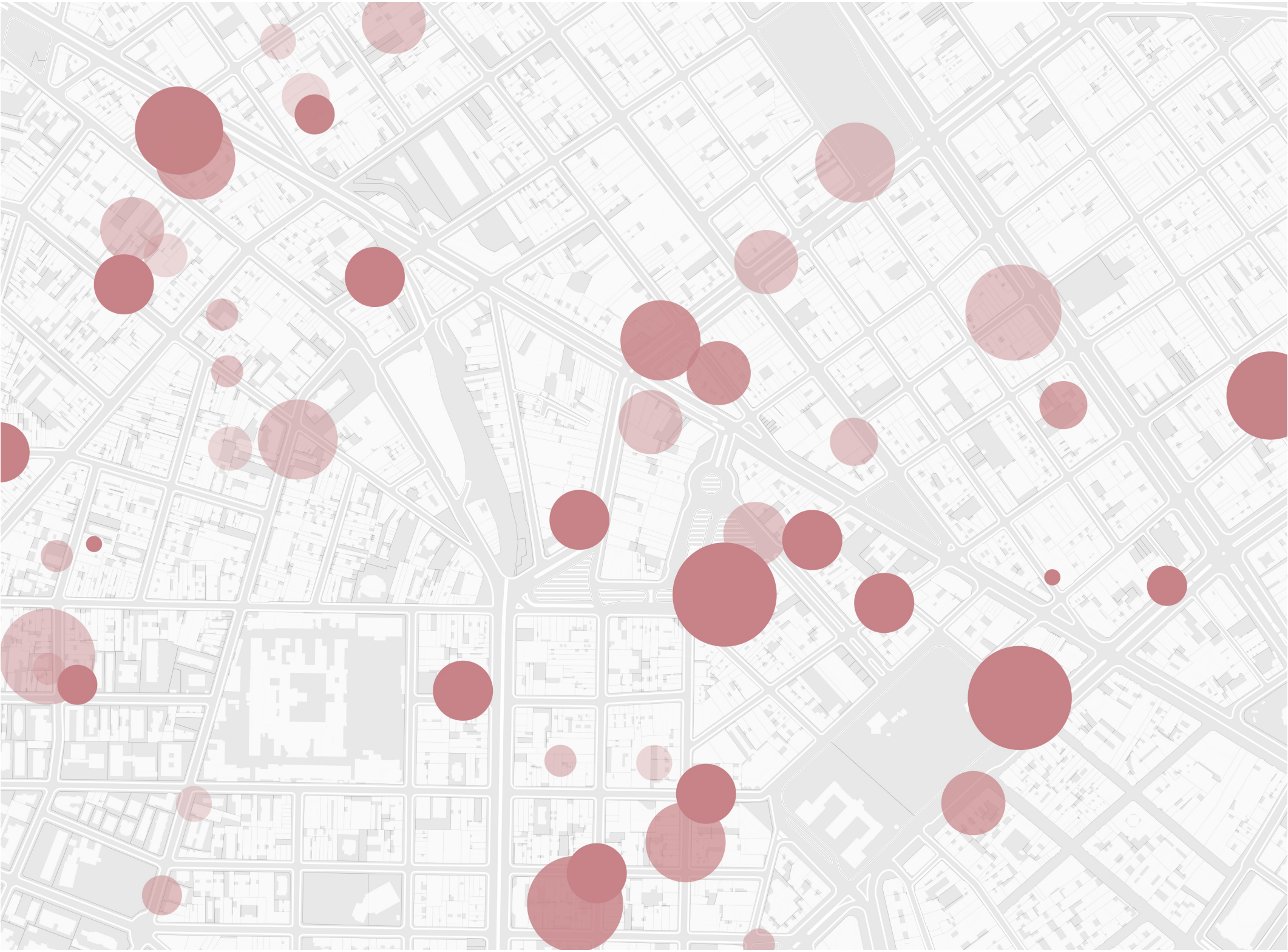
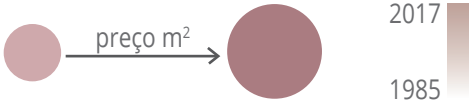
ESC.1:6000





09/ LANÇAMENTOS  
IMOBILIÁRIOS  
RES.1985-2017

ESC.1:6000





10/ POTENCIAL  
DE TRANSFORMAÇÃO

ESC.1:6000



PEUC

imóveis subutilizados



imóveis não utilizados



terrenos não edificados



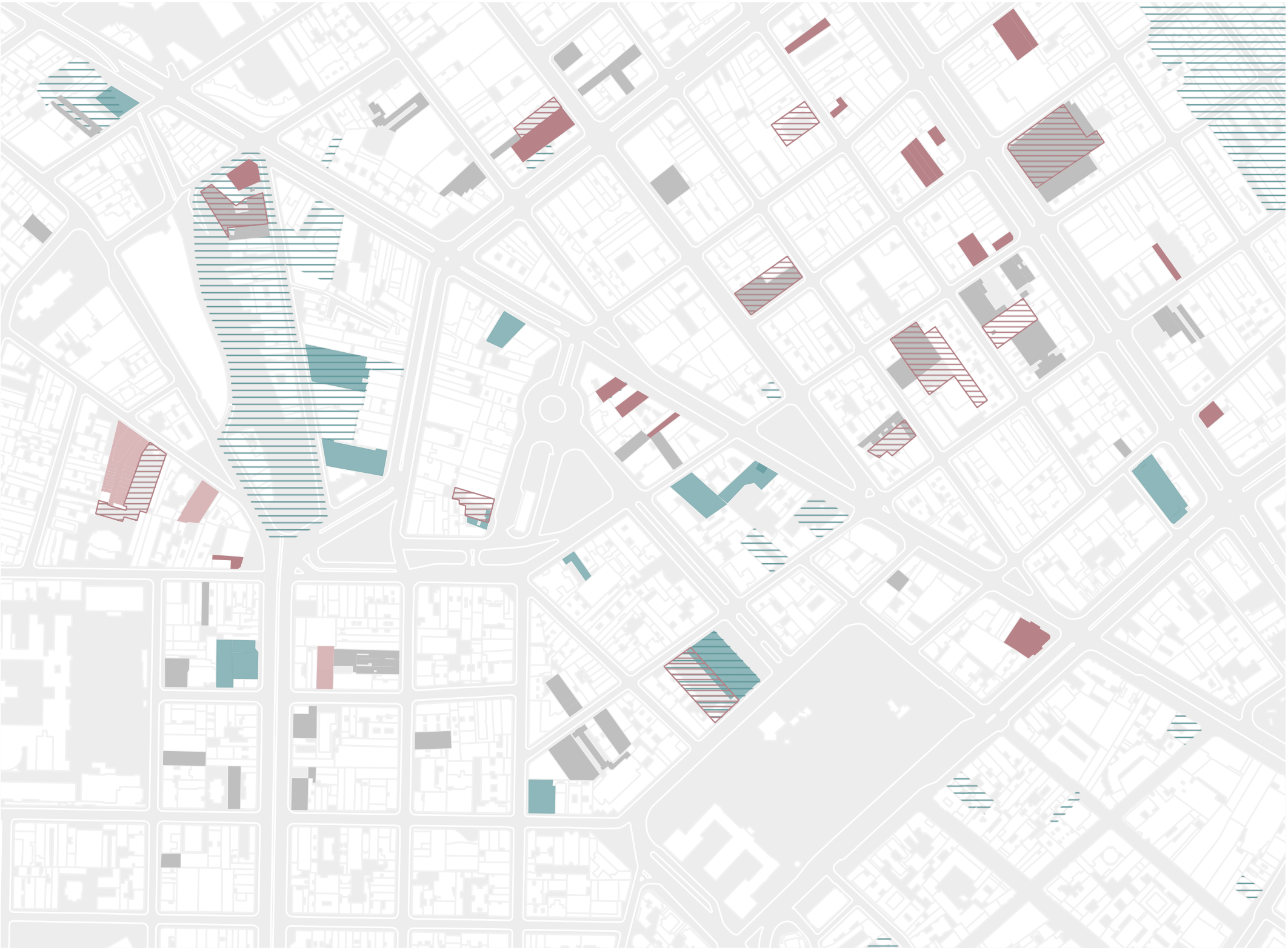
ZEIS 3

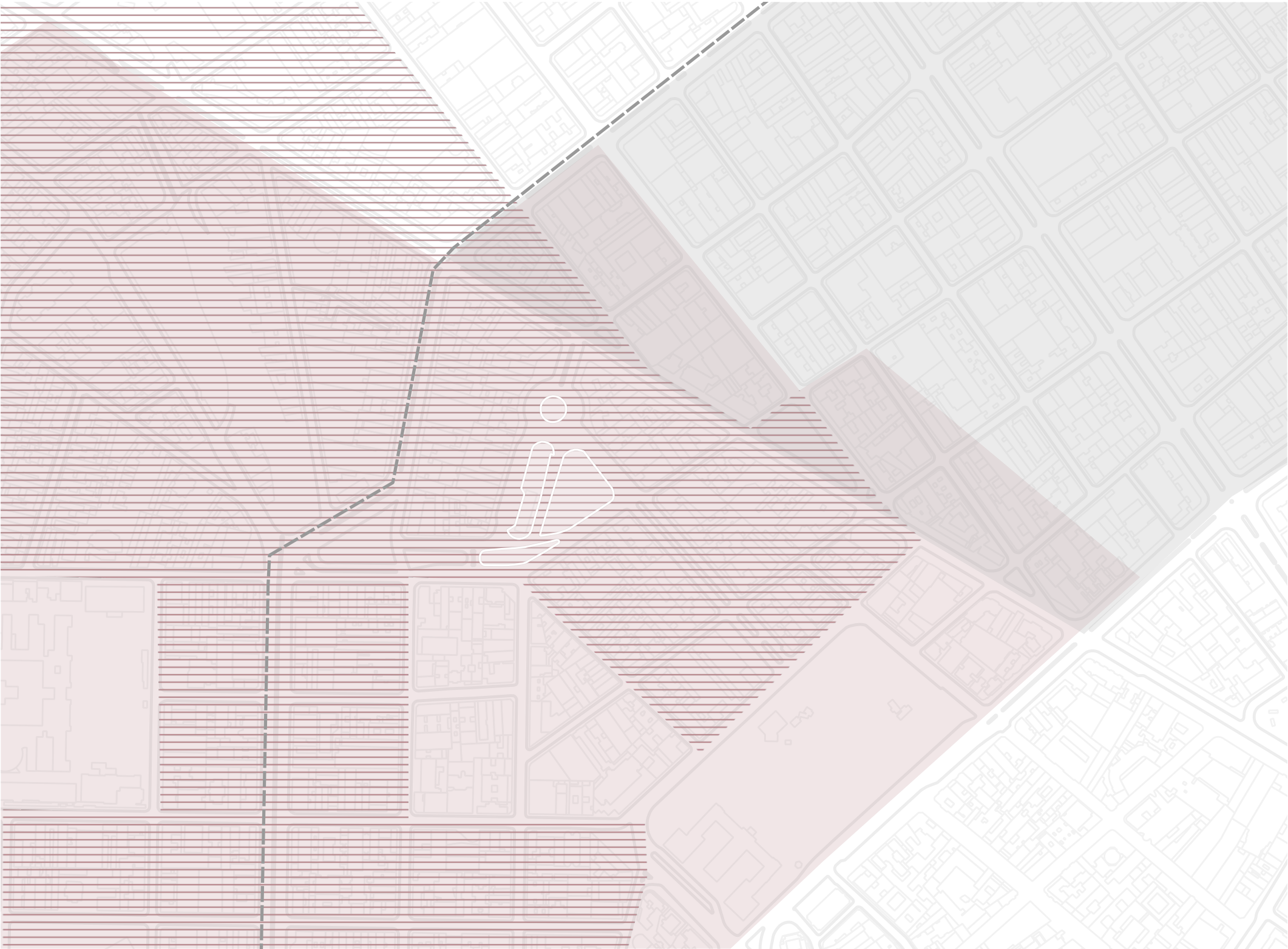


estacionamentos



lançamentos imobiliários





11/ PROJETOS DE  
INTERVENÇÃO URBANA

ESC. 1:6000



Projeto Revitalização Arouche



PIU Terminal Amaral Gurgel



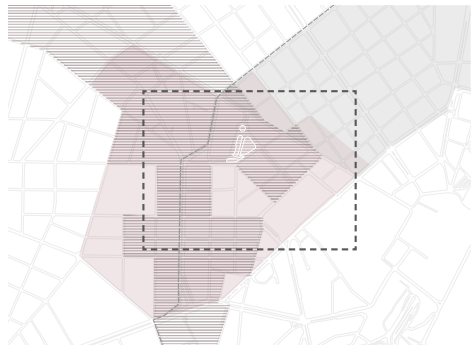
PIU Minhocão



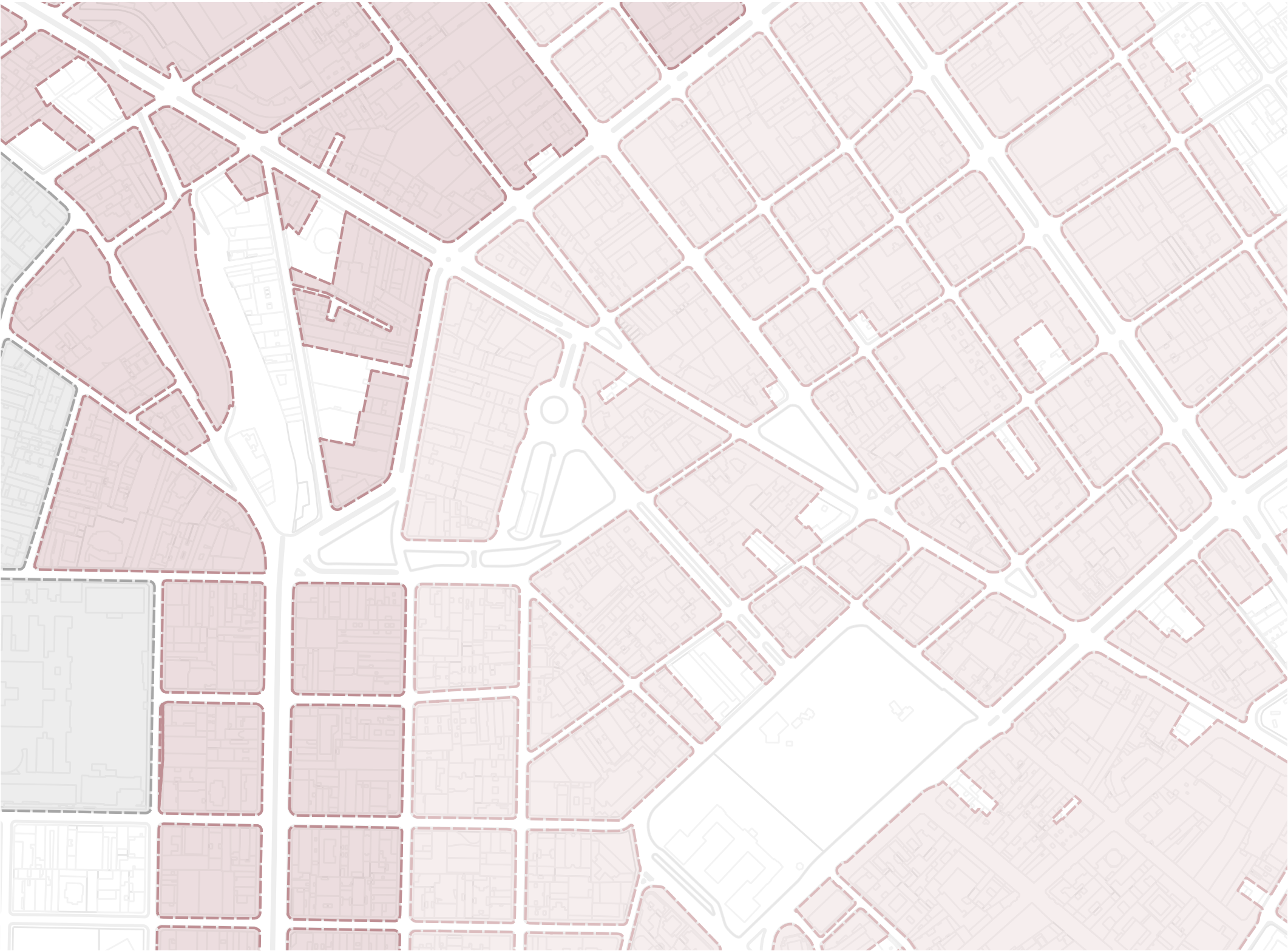
Projeto Nova Luz



OUC Centro







12/ ZONEAMENTO

ESC.1:6000



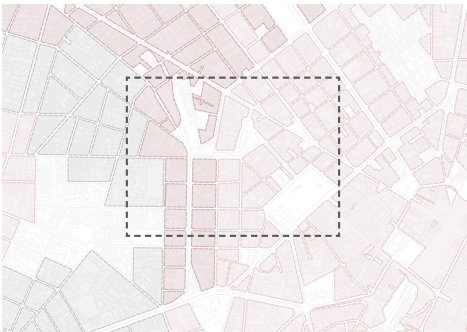
ZC Zona de Centralidade



ZEM Eixo de Transformação  
Metropolitana



ZEM Eixo de Transformação  
Urbana



## ANEXO 2/ ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### 1/ História de vida e trajetória pessoal.

- local de nascimento; idade; identidade de gênero; orientação sexual; autodeclaração racial;
- bairro onde mora atualmente; escolaridade; atuação profissional;
- como sua identidade gênero e/ou orientação sexual impactou ao longo de sua vida; quais foram as dificuldades e discriminações enfrentadas;

### 2/ Relação pessoal com o Largo do Arouche.

- como conheceu o Arouche e em que contexto passou a ocupar a região - período em que começou a frequentar, motivações, apropriações;
- quais redes de sociabilidade foram criadas e como se relacionam com a história de identidade e resistência LGBTQIA+ da região;
- o que representou/representa o Largo para você e qual o significado das presenças LGBTQIA+ na região; e quais são as ameaças e ataques que, na sua visão, essas presenças têm sofrido;
- durante a pandemia, quais foram os impactos para você e, na sua visão, para a população que ocupava o Largo do Arouche, de não poder se apropriar da região da mesma forma que antes;

### 3/ Ameaças e segregações no Arouche.

- na sua visão, quais são as segregações existentes no Arouche em função não somente da orientação sexual dos ocupantes, mas também de suas identidades de gênero, raças, e classes;
- se e como as recentes dinâmicas de transformação do território por parte de empresas e do mercado imobiliário têm contribuído para essas segregações;
- como você classificaria a atuação do Estado nesse contexto, analisando as duas últimas gestões da Prefeitura de São Paulo - a gestão de Fernando Haddad e posteriormente de João Dória e Bruno Covas;

- quais têm sido as resistências desenvolvidas contra tais segregações para a permanência dos grupos ameaçados; e se você considera que essas resistências têm sido suficientes para lutar contra os processos de segregação;

### 4/ Redes de apoio e resistências coletivas.

- como foi o surgimento e o desenvolvimento do coletivo - quando foi criado, quais são os atores envolvidos, quais foram as motivações para a formação do coletivo;
- quais são as principais pautas de luta e políticas reivindicadas; qual a estrutura de organização; quais são os repertórios de ação e as atividades desenvolvidas pelo coletivo;

- quais são e como são as interações com o Estado, com as esferas institucionais da municipalidade e com partidos políticos;
- se e como se articulam com demais grupos sociais marginalizados e com outros coletivos e movimentos da região;
- durante a pandemia, como o coletivo se articulou para continuar atuando no território e quais foram os desafios enfrentados;

### 5/ Possíveis caminhos para a interseccionalidade LGBTQIA+ no Largo e para além dele.

- quais seriam, na sua visão, as alternativas e estratégias possíveis para fortalecer e consolidar essas resistências em escalas mais amplas e estruturais;
- qual seria o papel da articulação entre diferentes coletivos com pautas interseccionais para alcançar esse fortalecimento e quais seriam, na sua visão, os meios para fazê-lo;
- qual seria o papel do diálogo com o Estado, e da ocupação dos espaços institucionais da municipalidade para alcançar esse fortalecimento, e quais seriam, na sua visão, os meios para fazê-lo;



ANEXO 3/ TERMO DE  
CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a), do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de graduação Mariana Assef Lavez, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, nº USP 9318272, que pode ser contatada pelo e-mail mariana.alavez@gmail.com e pelo telefone (11) 970594208. Tenho ciência que o estudo tem em vista a realização de entrevistas com mulheres e homens que têm relação com o Largo do Arouche, visando, por parte da referida aluna a realização de seu trabalho final de graduação, sob orientação da Prof. Dra. Paula Freire Santoro. Minha participação consistirá em conceder

Nome e assinatura da estudante

uma entrevista que será gravada e transcrita, e será parte essencial para o desenvolvimento do trabalho com as conclusões obtidas pela aluna. Entendo que o estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e assim, não receberei nenhum pagamento por esta participação, e os resultados obtidos serão divulgados sob forma de análise do conjunto das entrevistas realizadas, preservando se desejado o anonimato dos participantes. Se solicitado por mim, a aluna providenciará a gravação da entrevista e uma cópia da sua transcrição para o meu conhecimento. Consinto em participar desse estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data da entrevista

ANEXO 4/ QUADRO DE  
AMOSTRAGEM

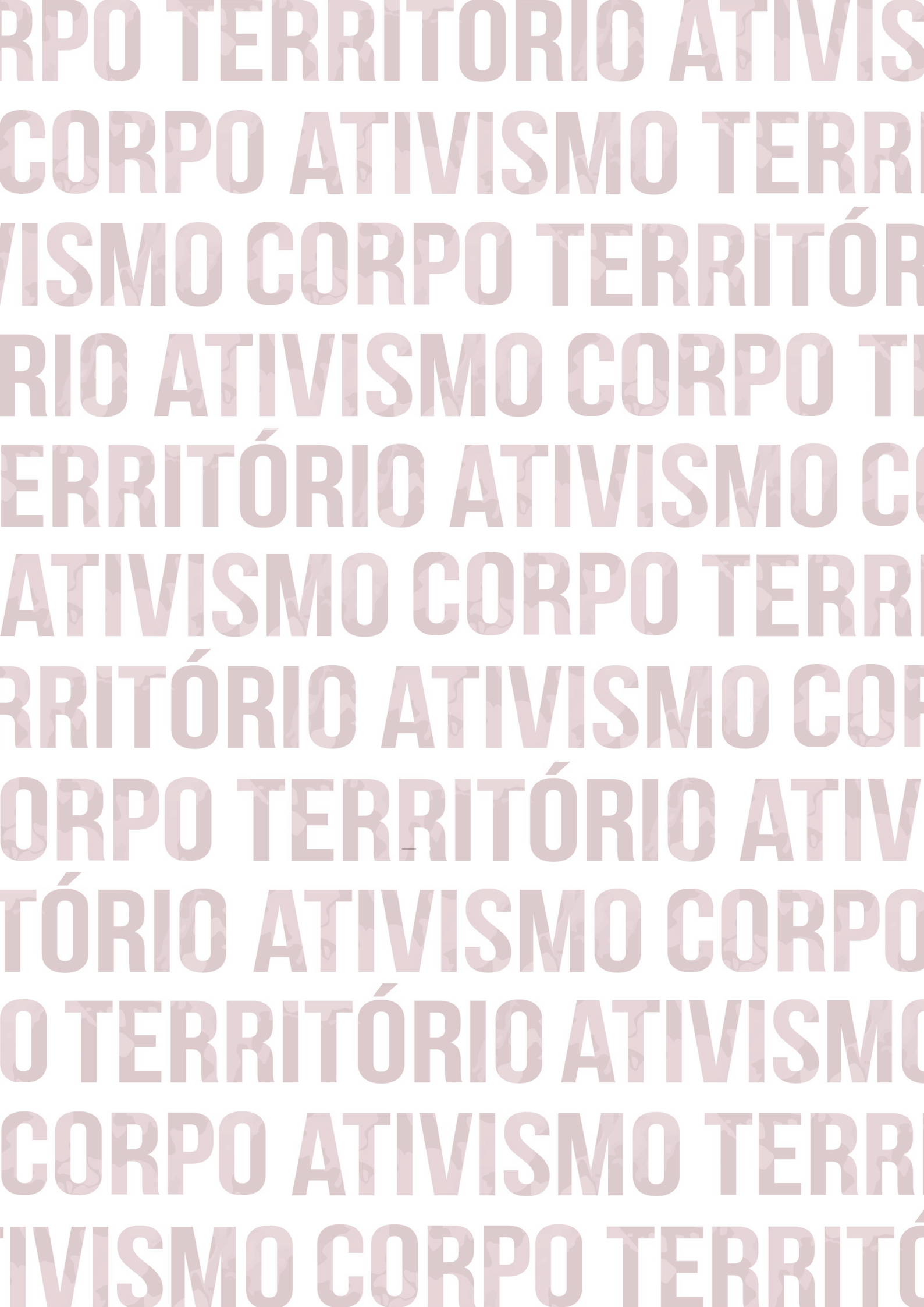
	IDENTIDADE DE GÊNERO	COR/RAÇA	ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDADE	LOCAL DE NASCIMENTO	LOCAL DE MORADIA
01/	mulher cisgênero	negra	homossexual	64 anos	São Paulo (SP)	Barra Funda
02/	mulher transgênero	negra	bissexual	37 anos	São Paulo (SP)	Bom Retiro
03/	mulher transgênero	branca	heterossexual	33 anos	São Paulo (SP)	República
04/	mulher transgênero	negra	heterossexual	27 anos	São Paulo (SP)	Brás
05/	mulher cisgênero	branca	homossexual	25 anos	Uberlândia (MG)	Largo do Arouche
06/	mulher cisgênero	negra	homossexual	23 anos	São Paulo (SP)	República
07/	não-binárie	negra	pansexual	30 anos	Araraquara (SP)	Brás
08/	homem cisgênero	branco	homossexual	60 anos	São Paulo (SP)	Vila Mariana
09/	homem cisgênero	negro	bissexual	35 anos	Itamaraju (BA)	Brás
10/	homem cisgênero	negro	homossexual	28 anos	Caxias (RS)	Liberdade
11/	homem cisgênero	negro	homossexual	25 anos	São Paulo (SP)	Capão Redondo
12/	homem cisgênero	negro	homossexual	24 anos	São Paulo (SP)	Butantã

---

# ATIVISMO, CORPO E TERRITÓRIO

MARIANA ASSEF LAVEZ  
FAU USP /2020





CORPO TERRITÓRIO ATIVISMO  
CORPO ATIVISMO TERRITÓRIO  
ATIVISMO CORPO TERRITÓRIO  
TERRITÓRIO ATIVISMO CORPO  
CORPO TERRITÓRIO ATIVISMO  
ATIVISMO CORPO TERRITÓRIO  
TERRITÓRIO ATIVISMO CORPO  
CORPO TERRITÓRIO ATIVISMO  
ATIVISMO CORPO TERRITÓRIO  
TERRITÓRIO ATIVISMO CORPO  
CORPO ATIVISMO TERRITÓRIO  
ATIVISMO CORPO TERRITÓRIO